

**MÁRCIA CAMPOS GOMES**

**POPULAÇÕES TRADICIONAIS EM FLORESTAS NACIONAIS: UM ESTUDO  
DE CASO NA FLORESTA NACIONAL DE HUMAITÁ, AMAZONAS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

**VIÇOSA- MINAS GERAIS  
2016**

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

G633p  
2016  
Gomes, Márcia Campos, 19-  
Populações tradicionais em florestas nacionais : um estudo  
de caso na floresta nacional de Humaitá-Amazonas / Márcia  
Campos Gomes. – Viçosa, MG, 2016.  
xiv, 102f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui anexo.

Inclui apêndices.

Orientador: Marcelo Leles Romarco de Oliveira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Inclui bibliografia.

1. Florestas - Humaitá. 2. Florestas - Legislação -  
Amazonas. 3. População - Amazonas (Estado).  
4. Sustentabilidade florestal. I. Universidade Federal de Viçosa.  
Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-graduação  
em Extensão Rural. II. Título.

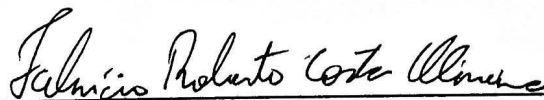
CDD 22 ed. 581.7098113

MÁRCIA CAMPOS GOMES

**POPULAÇÕES TRADICIONAIS EM FLORESTAS NACIONAIS: UM  
ESTUDO DE CASO NA FLORESTA NACIONAL DE HUMAITÁ-  
AMAZONAS**

Dissertação apresentada à  
Universidade Federal de Viçosa, como  
parte das exigências do Programa de  
Pós-Graduação em Extensão  
Rural, para obtenção do título de  
*Magister Scientiae*.


APROVADA: 06 de julho de 2016.



Fabricio Roberto Costa Oliveira



Pablo Murta Baião Albino



Marcelo Leles Romarco de Oliveira  
(Orientador)

Dedico esse trabalho à minha querida e amada mãe Raimunda Aida Campos Cruz Gomes, que por meio do seu amor e incentivo me ensinou que a educação formal é o único caminho capaz de nos levar ao sucesso. Dedico também a todos os moradores da Floresta Nacional de Humaitá, Amazonas.

## AGRADECIMENTOS

Tentarei expressar em algumas linhas o sentimento de felicidade e gratidão que estou sentindo por finalizar uma etapa muito importante da minha vida. Maior que a felicidade sentida, é o privilégio de ter contado com anjos tão especiais que foram fundamentais para a obtenção dessa conquista, pois, tenham certeza, não conseguiria sozinha.

Por isso, inicialmente gostaria de agradecer a DEUS pela oportunidade de uma nova reencarnação e pela dádiva de novos caminhos e descobertas, além das dificuldades enfrentadas que foram imprescindíveis para meu crescimento.

Agradeço também à minha mãe Raimunda Ainda Campos, minha fonte de amor e exemplo, que me ensinou por meio da sua simplicidade os valores mais importantes e imprescindíveis para minha formação ética. E mesmo não aceitando muito bem a minha escolha de ficar mais de 4.000 km longe de casa, me apoiou, incentivou e buscou compreender minha ausência física e não me deixou esmorecer nos momentos de tristeza e fraqueza. Mãe, te amo, essa conquista é muito mais sua do que minha!

A prof. Ana Cláudia Fernandes Nogueira, que foi a principal responsável por eu ter chegado aonde cheguei: foi quem me motivou, apoiou e me fez acreditar que eu poderia fazer mestrado. Nunca terei como agradecer tudo que fizestes por mim, terás minha eterna gratidão. Muito obrigada de coração.

À minha amada vizinha Tereza Campos, que por meio das suas incessantes orações me deram força para permanecer firme nessa jornada. Aos meus irmãos por acreditarem e confiarem em mim; e à toda família Campos, tias, tios, primos e primas queridas, o meu muito obrigada.

Não posso deixar de mencionar os meus amigos que sonharam comigo esse sonho desde o início e, apesar da distância, sempre estiveram presente nessa caminhada. Jefferson Barros, meu grande amigo e irmão, que me auxiliou, me motivou e me ouviu em tantos momentos. Rian Javé, pelos inúmeros momentos de partilha, compreensão e amizade, pois-amigo é amigo e FDP é FDP. Giovana Tenório e Leidi, obrigada pelo carinho e incentivo de sempre e por me colocarem para cima fossem com puxões de orelha ou com palavras doces e de incentivo, isso sem mencionar o acolhimento nas minhas voltas a Humaitá.

Ao Núcleo de Pesquisa e Extensão em Ambiente, Socioeconomia e Agroecologia – NUPEAS/UFAM por ter me proporcionado a oportunidade de

participar das ações de pesquisa e extensão durante o final da minha graduação, além do apoio financeiro para a realização da pesquisa do mestrado. Agradeço à família NUPEAS (Prof. André Bordinhon, Jéssica, Ísis) pelo apoio e confiança. Aprendi muito com vocês.

Aos amigos que construí em Viçosa nesses dois anos e quatro meses. Noele, o anjo da minha vida, minha irmã, amiga, companheira, conselheira... Obrigada por ter me ajudado a crescer, amadurecer e a encarar a vida de forma mais leve (cheguei tão conservadora, inocente e imatura e você me ajudou a desmistificar e aprender tanta coisa). Esteve comigo incessantemente não apenas na leitura atenciosa, mas em todos os passos para a construção deste trabalho: projeto de qualificação e dissertação. Você acompanhou de perto essa caminhada que não foi fácil. Obrigada pela força, por aturar minhas inconstâncias, inquietações, intensidade e exageros com tanta sabedoria e paciência. Te amo, Nono, estamos juntas seja no Amazonas, Viçosa, São Bernardo ou no fim do mundo.

Geusinha, pessoa tão doce, prestativa e atenciosa, obrigada pela amizade, carinho e por estar sempre prestes a me ajudar. Conviver e aprender com você foi um privilégio! Você mora no meu coração.

Priscilla, minha Bebete, como eu amo! Fica difícil escrever esse texto sem passar um filme na minha cabeça e eu não me emocionar. Você sabe que também é minha irmã, foram muitos momentos compartilhados, alguns de tristeza, mas com toda certeza muito mais de alegria. E esses foram os melhores da minha vida! Obrigada por ter me acolhido na sua casa e na sua vida desde que cheguei à Viçosa. Valeu por tudo e pode contar comigo para o que precisar. Ah, o orelhudo está incluso nesse amor todo, viu!

Minha gratidão aos meus queridos amigos dessa estadia inesquecível nesta cidade maravilhosa e que eu vou levar no meu coração: Luiza, Chico, Judith, Marcela e Narely, adorei conhecê-los e obrigada por todos os momentos de descontração e insanidade compartilhados.

Ao meu orientador, Prof. Marcelo Romarco, pela paciência e compreensão diante das minhas limitações e por ter confiado no meu trabalho, ajudando-me a percorrer um caminho que, para mim, representou mais que uma conquista profissional. Sou muito grata! Ao meu coorientador, Prof. José Ambrósio, pela leitura cuidadosa da minha dissertação, pela compreensão e competência, bem como pelo tratamento

generoso e pelas conversas sempre regadas de muita troca de conhecimentos, ensinamentos e reflexões.

Aos amigos e colegas que estiveram comigo nessa caminhada, em especial a turma de mestrado de 2014. Luiz, Hada, Mano, Cátia, Lívia, Aline, Nilson e os outros que não tive tanta proximidade, obrigada pelos momentos de descontração, discussão e diálogo, vocês também fazem parte da minha formação acadêmica. À turma de 2013 que nos acolheu tão bem, foram os melhores veteranos que tive, valeu galera. Às turmas seguintes de 2015 e 2016: Marcelo Horta, Rafael, Alessandra, Carla, Ana, Thaís, Túlio, Diana Juliana, obrigada pelos momentos compartilhados de angústia e inquietações na salinha do mestrado nesses últimos meses.

Aos membros da banca, Prof. Pablo e Fabrício, por terem contribuído nesse ritual acadêmico tão importante, com fundamentais sugestões, discussões e ensinamentos.

Ao Romildo, Helena e Margarida, por todo carinho e prestação de serviço que desempenham a nós alunos da Pós-Graduação do Departamento de Economia Rural sempre com muita alegria e dedicação, nos ajudando no que é preciso.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM), pela concessão da bolsa durante todo período do mestrado.

Agradeço especialmente a todas as pessoas entrevistadas, em especial aos moradores da Floresta Nacional de Humaitá, pela disponibilidade e generosidade em compartilhar seu tempo e conhecimentos comigo. Sem a participação de vocês, este trabalho, da maneira como foi realizado, não seria possível.

De forma geral, espero que esta dissertação traga novas inquietações, diálogos e reflexões não apenas para a academia, mas principalmente para as pessoas que fazem parte do contexto social ao qual os atores dessa pesquisa estão inseridos.

Enfim, obrigada! Gratidão é a palavra que me define!

## SUMÁRIO

ÍNDICE DE FIGURAS .....	viii
ÍNDICE DE TABELAS .....	ix
ÍNDICE DE QUADROS .....	x
LISTA DE SIGLAS .....	xi
RESUMO .....	xiii
ABSTRACT .....	xiv
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1: METODOLOGIA.....	4
1.2. Unidade de Pesquisa: Floresta Nacional de Humaitá .....	4
1.2. Procedimentos Metodológicos.....	7
CAPÍTULO 2: PROCESSO DE CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL: FLORESTAS NACIONAIS.....	13
2.1. O processo de criação das Unidades de Conservação no Brasil: breve contextualização histórica.....	13
2.2. Floresta Nacional .....	22
2.3. Importância das Florestas Nacionais para conservação da Amazônia.....	27
CAPÍTULO 3: FLORESTA NACIONAL DE HUMAITÁ: DA CRIAÇÃO AOS DESAFIOS.....	31
3.1. Floresta Nacional de Humaitá: Processo de criação .....	31
3.2. Floresta Nacional de Humaitá: Percepção das famílias quanto a sua criação. ....	37
3.3. Participação Social e Gestão da Floresta Nacional de Humaitá .....	43
3.4. Sobreposição da Terra Indígena Jiahuí com a Flona Humaitá .....	56
CAPÍTULO 4 – VIVER NA FLONA: HABITAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO.....	63
4.1. Perfil das famílias da Floresta Nacional de Humaitá.....	63
4.2. As comunidades da Flona de Humaitá .....	65

4.3. Organização Social das famílias que compõem a Flona de Humaitá .....	75
4.4. Organização de Trabalho: Relação com recursos naturais da Flona. ....	79
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	83
6. REFERÊNCIAS .....	86
APÊNDICE .....	93
APÊNDICE 1: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	93
APÊNDICE 2: ENTREVISTA COM GESTOR (A) DA FLORESTA NACIONAL DE HUMAITÁ. ....	96
APÊNDICE 3: ENTREVISTA COM MORADOR (A) DA FLORESTA NACIONAL DE HUMAITÁ. ....	97
ANEXOS .....	100
ANEXO I: AUTORIZAÇÃO DO ICMBIO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO NA FLORESTA NACIONAL DE HUMAITÁ, AMAZONAS. ....	100

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa com destaque em Verde para a localização da Flona Humaitá. ....	4
Figura 2 - Mapa de localização das Famílias da Flona Humaitá em 2015.....	6
Figura 3 - Balsas de garimpo no Rio Madeira.....	54
Figura 4 - Mapa da Flona Humaitá com destaque para a área de sobreposição com Terra Indígena Jiahuí.....	59
Figura 5 - Escolas das comunidades da Flona de Humaitá. ....	64
Figura 6 - Formas de habitação das famílias na Flona de Humaitá.....	68
Figura 7 - Destinação de resíduos sólidos praticados pelas famílias da comunidade Barreira do Tambaqui.....	71
Figura 8 - Local e o gerador de energia comunitário da comunidade Barreira do Tambaqui.....	73
Figura 9 - Imagem da padroeira de Humaitá na igreja da comunidade Barreira do Tambaqui.....	77
Figura 10 - Forma de comercialização de produtos pelas famílias da Flona Humaitá...	82

## INDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Número de entrevistados extrativistas, comunidade, sexo, idade, profissão e tempo de residência na área da Floresta Nacional de Humaitá. ....	10
Tabela 2 - Unidades de Conservação Federais no Brasil até janeiro de 2016.....	21
Tabela 3 - Atividades realizadas para criação do Conselho Consultivo da Flona Humaitá. ....	47
Tabela 4. Composição do Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Humaitá.....	48

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Descrição das categorias de Unidade de Conservação de Proteção Integral. .....	17
Quadro 2 - Descrição das categorias de Unidade de Conservação de Uso Sustentável... .....	20
Quadro 3 - Principais mudanças ocorridas na vida das famílias que compõem as comunidades da Floresta Nacional de Humaitá .....	39

## LISTA DE SIGLAS

AAP – Associação dos Agricultores do Paraisinho  
AMARIM – Associação Maicí-Mirim  
AMPAB – Associação dos moradores do Paraná-Buiuçú  
AMBATAM – Moradores das Barreiras do Tambaqui  
AMORBARV – Associação dos Moradores de Barro Vermelho  
APA – Área de Proteção Ambiental  
APIJ – Associação do Povo Indígena Jiahuí  
APROCAM – Associação dos Produtores de Calama e Maicí  
APROPAG – Associação dos Produtores da Comunidade do Paraíso Grande  
ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico  
CNFP – Cadastro Nacional de Florestas Públicas  
CDB – Convenção sobre a Diversidade Biológica  
CF – Constituição Federal  
COOPMAH – Cooperativa Mineral e Agropecuária de Humaitá  
CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento  
DNPM – Departamento Nacional de Proteção Mineral  
ESEC – Estação Ecológica  
FLONA – Floresta Nacional  
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade  
IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas  
IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil  
IPA – Instituto Pacto Amazônico  
IPAAM – Instituto de Proteção ao Ambiente do Amazonas  
ISA – Instituto Socioambiental  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
ONGs – Organizações não governamentais  
OPIPAM – Organização do Povo Indígena Parintintin do Amazonas  
PARNA – Parque Nacional

PAOF – Plano Anual de Outorga Florestal  
PLG – Permissão de lavra garimpeira  
PM – Polícia Militar  
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável  
REBIO – Reserva Biológica  
REFAU – Reserva de Fauna  
RESEX – Reserva Extrativista  
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural  
RVS – Refúgio da Vida Silvestre  
SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena  
SFB – Serviço Florestal Brasileiro  
SNUC – Sistema Nacional de Unidade de Conservação  
TCLE – Termo de Consentimento Livre Esclarecido  
TI – Terra Indígena  
UC – Unidade de Conservação  
UFAM - Universidade Federal do Amazonas  
UFV – Universidade Federal de Viçosa  
WWF – World Wildlife Fund

## RESUMO

GOMES, Márcia Campos. Universidade Federal de Viçosa, julho de 2016. **Populações Tradicionais em Floresta Nacional: um estudo de caso na Floresta Nacional de Humaitá, Amazonas.** Orientador: Marcelo Leles Romarco de Oliveira. Coorientador: José Ambrósio Ferreira Neto.

Este estudo teve como objetivo investigar o processo de criação da Floresta Nacional de Humaitá, Amazonas, e analisar as mudanças que as populações tradicionais que mantêm relação com essa Unidade enfrentam, em função das normativas estabelecidas pelo Estado a partir do ato de sua criação. Trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo com abordagem qualitativa. Desse modo, o procedimento metodológico adotado para elucidar a questão empírica dessa pesquisa foi um estudo de caso cuja principal técnica utilizada para coleta de dados foi entrevistas semiestruturadas. Além das entrevistas e uso de imagem, também foi realizado um levantamento de informações no banco de dados gerado pelo convênio entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Universidade Federal de Viçosa (UFV) no ano de 2015, e consulta de leis e das Atas do Conselho Consultivo da Unidade. É importante destacar que a criação das Unidades de Conservação como forma de resguardar determinadas áreas para proteção dos ecossistemas existentes tem se tornado um instrumento importante para a preservação ambiental no mundo inteiro, pois, além das inúmeras benfeitorias para a preservação dos recursos naturais, a criação desses espaços também traz benefícios às populações locais na forma de políticas públicas, garantia do território e etc. No caso da Floresta Nacional de Humaitá o que pode ser constatado é que alguns elementos contradizem essa visão geral, visto que as populações tradicionais locais pouco percebem a magnitude e importância da criação da Unidade. Uma vez que, constatou-se que nenhum tipo de consulta pública para a criação desta Unidade foi realizada e, diante desse acontecimento por intermédio dos relatos dos entrevistados pode-se inferir, que eles se encontram, no geral, insatisfeitos com sua criação por afirmarem que as formas de uso dos recursos naturais passaram a ser restringidos e limitados, já que foram criadas diversas regras modificando, assim, as maneiras de uso do espaço e conseqüentemente seus modos de vida. Entretanto, cabe ressaltar que mesmo com todos os entraves vividos pelas populações tradicionais locais, não há como negar que a criação da Unidade trouxe benefícios para a região sul do Amazonas e para as próprias populações que utilizam esse território como, por exemplo, a conservação do patrimônio natural da biodiversidade Amazônica, o ordenamento territorial local, o acesso a algumas políticas públicas, como o Bolsa Verde, além de ter minimizado a destruição da floresta que vinha se ampliando em direção a região devido à expansão da fronteira agrícola. Obviamente que muitos desafios existem para que os objetivos primordiais de preservação, utilização de forma sustentável e geração de renda as populações desta Unidade sejam cumpridos. Dentre eles, está à atuação mais eficaz por parte do Estado para que haja, além do interesse em proteger o patrimônio natural local, viabilizar um retorno econômico e social às pessoas que utilizam esse território.

## ABSTRACT

GOMES, Márcia Campos. Universidade Federal de Viçosa, July de 2015. **Traditional peoples in National Forest: a case study in the National Forest of Humaitá, Amazonas.** Advisor: Marcelo Leles Romarco de Oliveira. Co-Advisor: José Ambrósio Ferreira Neto

This study aimed to investigate the creation process of the National Forest of Humaita, Amazonas, and analyze the impacts that the regulations established through this process have caused on the traditional populations everyday life who are somehow connected to the forest. This is a descriptive investigation with a qualitative approach. More precisely, we developed here a case study based on semi-structured interviews. Besides the interviews and image use, we also conducted a survey in the database generated by the agreement between the Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) and the Universidade Federal de Viçosa (UFV) in 2015, and analyzed laws and the Advisory Board Meeting Minutes of the forest unit. It is important to note that the establishment of protected areas has become an important tool for environmental conservation worldwide, because in addition to numerous improvements to the preservation of natural resources, the creation of these spaces also brings benefits to local people in the form of public policies, such as the demarcation of territories to the traditional population. In the case of the National Forest Humaita what can be seen is that some elements contradict this overview, as local traditional people little realize the magnitude and importance of the unit of conservation. First of all, no kind of public consultation for the creation of this unit was carried out. Furthermore, through the respondents reports, we could infer that they are, in general, dissatisfied with the fact that the use of natural resources has become more restricted and limited since the conservation policy was established. However, it is noteworthy that even with all the obstacles faced by traditional local populations, there is no denying that the creation of the Unit brought benefits to the south of the Amazon region and to the people themselves who use this territory. Among them we can highlight the following: the conservation of natural heritage of the Amazon biodiversity; the implementation of local land use planning, the access to some public policies, such as the Bolsa Verde, and the reduction in deforestation that had been expanding toward the region due to the expansion of the agricultural frontier. Despite the benefits derived from the new regulations, it is clear that the conservation policy analyzed still needs to be improved in order to meet its primary objectives. To do so, the State should act not only to protect the natural heritage site, but also to enable economic and social returns to the people who use this territory.

## INTRODUÇÃO

A tônica da discussão sobre preservação ambiental ao longo dos anos acontece principalmente devido à preocupação de conciliar o crescimento econômico com a preservação sustentável do meio ambiente. Esse debate leva a refletir que o modelo econômico vigente tem possibilitado profundas transformações ambientais e, em alguns casos, tem causado danos irreversíveis, uma vez que a procura desenfreada por recursos naturais com fins de suprir a demanda das atividades produtivas traz sérios problemas, como destruição das florestas, rios, poluição da água, solo e do ar.

Em busca de alternativas para mitigar os referidos problemas e encontrar opções outras para a preservação e conservação ambiental, o Brasil implementou as Unidades de Conservação (UCs). A implementação dessas áreas protegidas no País tornou-se um marco importante para a preservação da natureza. E, nesse contexto, ao longo do século XX, os debates e embates sobre a preservação desses espaços foram sendo delineados e consolidados.

Com a criação das UCs, o Estado brasileiro percebeu a necessidade de implementar uma política ambiental, sendo esta construída gradualmente desde o Código Florestal de 1965. O avanço da política ambiental no País diversificou, categorizando-se as UCs em Unidades de Uso Sustentável e Proteção Integral. Diante disso, esse novo arranjo específico para as UCs demandou a criação de uma nova política, que foi materializada por meio da criação do Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC) no ano de 2000. Essa política nasceu com objetivo de regulamentar a criação, a implementação e a gestão de todas as UCs do País.

A partir dessas novas categorias de UCs, destacam-se as unidades de Uso Sustentável, em especial a categoria da Floresta Nacional (FLONA), que é o objeto desta pesquisa. Esse modelo de unidade permite a exploração de seus recursos naturais por parte de populações tradicionais<sup>1</sup> e também por empresas. O objetivo das UCs de Uso Sustentável é a compatibilização entre a conservação da natureza com a utilização antrópica. Suas principais modalidades são conhecidas como: as Reservas Extrativistas (RESEX), Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e as Florestas Nacionais.

---

<sup>1</sup> Este trabalho utilizará o conceito de povos e comunidades tradicionais definido pelo Decreto nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007.

Ressalta-se que a implementação das UCs de Uso Sustentável trouxe em seu escopo uma série de novos arranjos que afetam diretamente a vida das populações locais, sejam eles positivos ou negativos, pois a criação dessas unidades passa a dar acesso e garantir direitos, mas também exige um manejo específico da área de acordo com a especificidade da sua categoria, conduzindo, assim, algumas restrições para utilização desses espaços.

As Florestas Nacionais, por exemplo, têm como princípio básico o manejo sustentável dos recursos naturais renováveis, a proteção e a manutenção da biodiversidade, dos recursos hídricos e a recuperação de áreas que foram degradadas. Segundo a legislação, não é permitida a permanência de populações dentro do seu perímetro, salvo se elas já estiverem nesses locais antes da sua criação.

Nesse sentido, este estudo traz a seguinte indagação: quais os tipos de mudanças e interferências no âmbito social, cultural e econômico das populações tradicionais que exploram esses espaços? Esse questionamento parte do pressuposto que, se o Estado estabelece critérios e normas para utilização dos recursos naturais desses locais, isso acaba inferindo no cotidiano desses grupos.

Portanto, o objetivo desta pesquisa foi investigar o processo de criação da Floresta Nacional de Humaitá-AM e analisar as mudanças que as populações tradicionais enfrentam em função das normativas estabelecidas pelo Estado em decorrência do ato de criação desta Flona.

Para atingir esse objetivo, foi realizado um estudo de caso por meio de trabalho de campo junto às comunidades que utilizam os recursos naturais da Flona de Humaitá, no município de Humaitá, localizado na região Sul do estado do Amazonas.

Desta forma, a organização estrutural dessa dissertação está disposta em quatro capítulos, além dessa introdução. O primeiro trata das motivações e caminhos metodológicos usados para o alcance dos resultados da pesquisa. O segundo capítulo divide-se em três seções: a primeira seção trata do processo histórico da criação de Unidades de Conservação no Brasil e é uma discussão mais conceitual das categorias de Unidades de Conservação de acordo com SNUC (2000); a segunda seção discute o surgimento da categoria de Floresta Nacional e seus desdobramentos; e a terceira, trata da importância dessa categoria para a Região Amazônica. O terceiro capítulo conta com um breve histórico do processo de criação da Flona de Humaitá e principais desafios enfrentados pelas populações que utilizam os recursos naturais dessa Unidade e

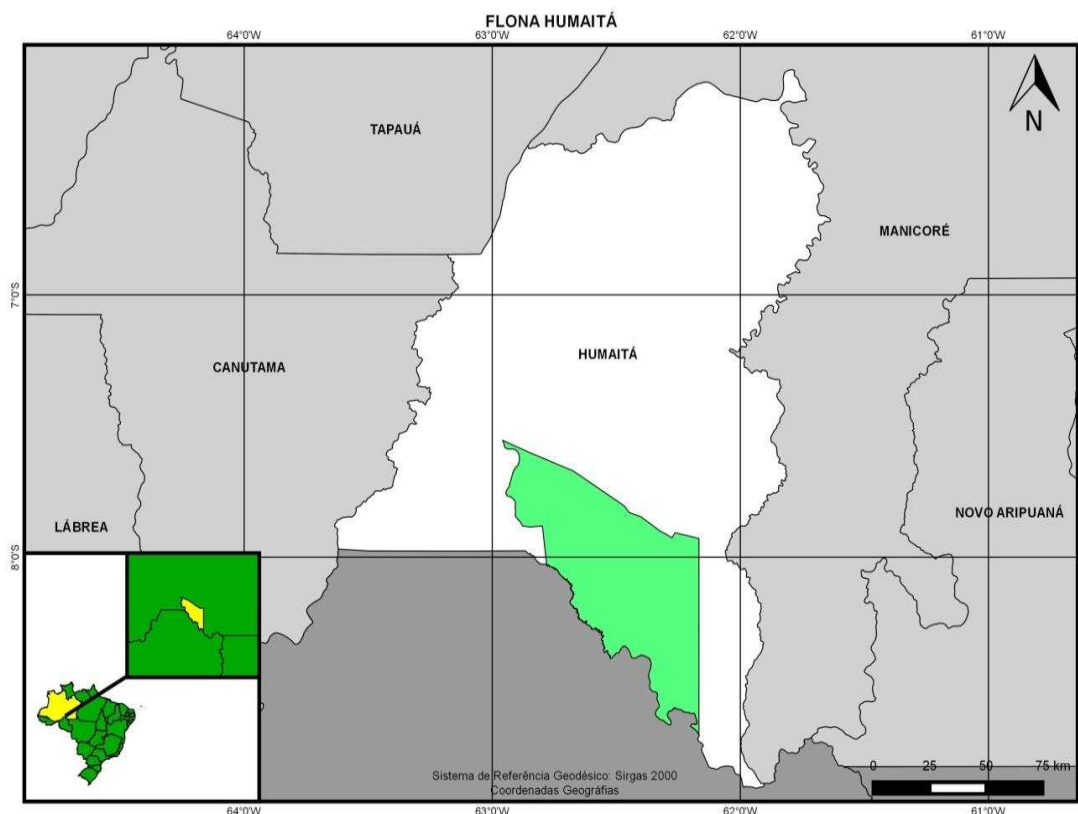
mudanças que ocorreram em suas vidas desde esse acontecimento. Também nesse capítulo contará sobre a participação social e o funcionamento da gestão da unidade e dos conflitos identificados. Para finalizar o capítulo, foi realizada uma discussão sobre a questão da sobreposição da Flona Humaitá com a Terra Indígena Jiahuí e as consequências causadas em função dessa sobreposição. Por último, o capítulo quatro procura contextualizar como as populações tradicionais da Flona de Humaitá vivem atualmente, dando ênfase no perfil das famílias que compõem as comunidades da Flona, da infraestrutura, das formas de habitação, da saúde, da educação, da organização social e do trabalho, também discutindo a relação de convivência entre essas populações e suas maneiras tradicionais de vivência. E, por fim, nas considerações são realizados apontamentos finais sobre a Flona de Humaitá.

## CAPÍTULO 1: METODOLOGIA

A escolha da Flona Humaitá como unidade de pesquisa é decorrente dos seguintes escopos: em primeiro lugar, por fazer parte de uma região que desperta grandes interesses políticos e econômicos, pois apresenta um grande potencial como fronteira agrícola e espaço de preservação ambiental. Em segundo, por possuir interesse em pesquisar uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável na Amazônia onde as populações tradicionais locais fizessem uso dos recursos dessa unidade. E, em terceiro, por ser natural do município de Humaitá e ciente da existência de uma Floresta Nacional ali localizada, bem como por compreender seu funcionamento e como vivem as pessoas que dependem dessa área.

### 1.2. Unidade de Pesquisa: Floresta Nacional de Humaitá

A Flona Humaitá localiza-se no Sul do Estado do Amazonas (Figura. 1), no município homônimo, a Flona. Segundo dados do censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o município de Humaitá apresenta uma área de 33.072 km<sup>2</sup> de extensão e uma população estimada, até o ano de 2014, de 50.230 habitantes.



**Figura 1 - Mapa com destaque em Verde para a localização da Flona Humaitá.**

Fonte: Dados UFV/ICMBIO, 2015.

O ordenamento territorial do município é composto, sobretudo de assentamentos de reforma agrária, unidades de conservação e terras indígenas (COSTA, 2014). Até meados dos anos de 1970, o município era ocupado basicamente por populações indígenas e ribeirinhas. Com a construção da Rodovia Transamazônica (BR-230) em 1972 e da Rodovia Porto Velho - Manaus (BR-319) em 1979, a migração para a região se acentuou. Esses migrantes vinham principalmente da região Nordeste do país, dando origem nos anos de 1980 às atividades de exploração de madeira e garimpo artesanal (CASTELLANET et. al., 2013).

A criação da Flona de Humaitá se deu por meio do Decreto n° 2.485, de 2 de fevereiro de 1998. Na época sua gestão era de responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais (IBAMA). Atualmente está sob a jurisdição do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), instituição ligada ao Ministério do Meio Ambiente (MMA). A unidade possui uma área aproximada de 468.790 hectares, correspondendo a cerca de 15% da área ao sul do município de Humaitá.

É uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável que tem objetiva compatibilizar a conservação da natureza por meio do manejo sustentável dos recursos naturais renováveis e também apoiar o desenvolvimento sustentável das áreas limítrofes à unidade. Faz parte da Bacia Amazônica e está inserida na Bacia do Madeira, encontrando-se à margem direita do município de Humaitá (BRASIL, 2011).

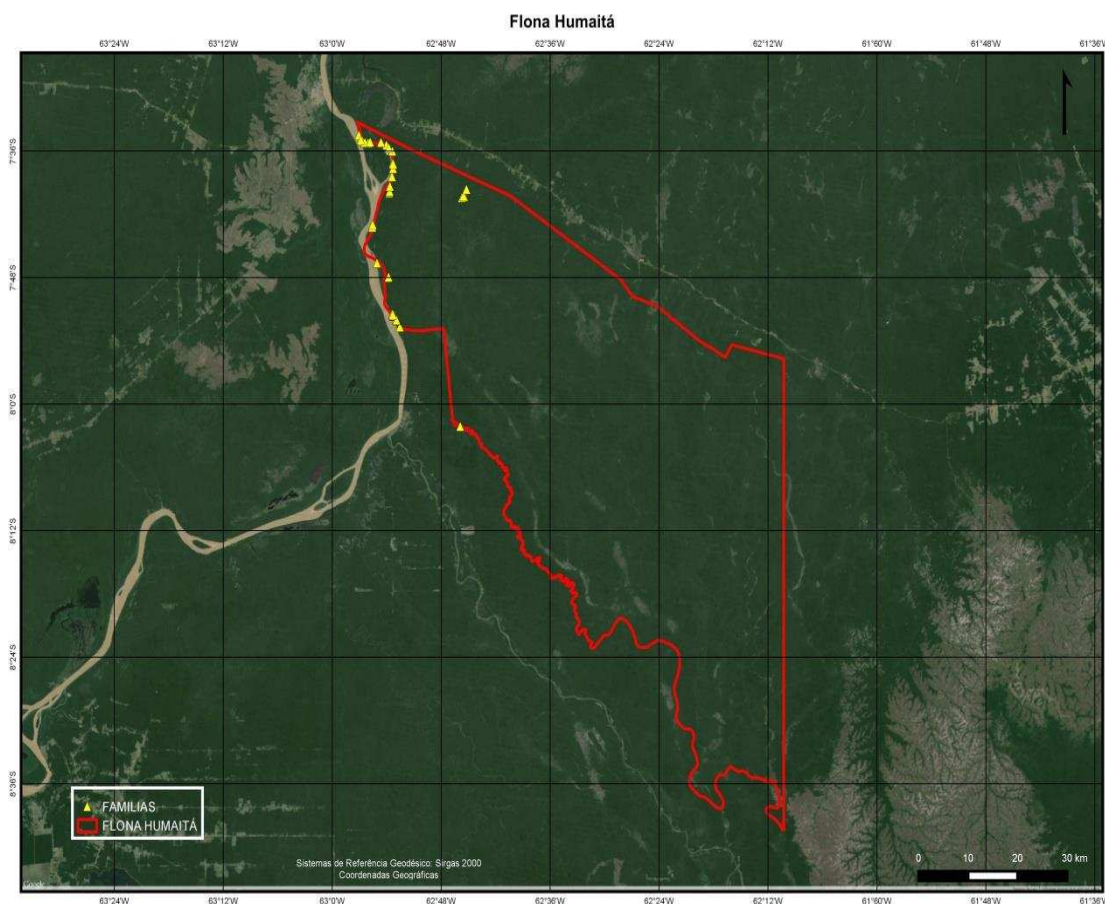
O acesso à Flona se dá de duas maneiras preferenciais: pelo rio Madeira, principal via de acesso ao interior da Flona; e também pela Rodovia Transamazônica (BR-230) que compreende a porção norte da sua Zona de Amortecimento<sup>2</sup>.

A Flona é composta por sete comunidades: Barreira do Tambaqui, Barro Vermelho, Boa Esperança, Paraná do Buiuçú, Maicí Mirim, Palha Preta e Salomão. É importante destacar que, apesar do Acordo de Gestão da Flona apontar que existem populações que residem dentro dos perímetros da Unidade e os entrevistados também afirmarem essa percepção, contudo, em um levantamento feito pelo UFV/ICMBio (2015), mostra (Figura 2) que a maior parte das famílias estariam residindo no limite da

---

<sup>2</sup> “Zona de Amortecimento se refere ao entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade (MMA, 2016).”

demarcação da área, com exceção das famílias da comunidade Palha Preta. A disposição dessas famílias pode ser observada na Figura 2 (UFV/ICMBio, 2015).



**Figura 2 - Mapa de localização das Famílias da Flona Humaitá em 2015.**

**Fonte:** Dados UFV/ICMBIO, 2015.

No ano de 2014, as comunidades da Flona eram compostas por 73 famílias, totalizando 264 pessoas, isto é, 1,9% da população rural total do município de Humaitá. No que se refere à origem dessa população, apontar-se que em torno de 89% dos membros desses grupos familiares são originados do estado do Amazonas, sendo 84% oriundos do município de Humaitá, o que permite inferir que eles possuem uma forte ligação de ancestralidade com esse território, e outros 5% vindo do município de Manicoré (distante cerca de 400 km de Humaitá). Uma parcela de 3,5% é oriunda do município de Porto Velho (RO), distante cerca de 205 km de Humaitá. Outros estados como Paraná, Alagoas, Mato Grosso e Piauí contribuem com mais ou menos 5% do total desses membros familiares (UFV/ICMBio, 2015).

A Flona apresenta um potencial produtivo diversificado, que vai desde a produção agrícola à extrativista. A produção agrícola é composta pelo plantio das

culturas do abacate, abacaxi, arroz, banana, batata, cacau, café, cupuaçu, feijão, mamão, mandioca/macaxeira, maxixe, melancia, milho, pimenta, tomate e piquiá. E em relação ao potencial extrativista, as culturas de maior destaque são a do açaí, castanha e tucumã (UFV/ICMBio, 2015).

## **1.2. Procedimentos Metodológicos**

Este trabalho trata-se de uma pesquisa de caráter descritivo com abordagem qualitativa. A pesquisa descritiva objetiva-se em registrar os fatos como são observados, devendo ser interpretados e analisados sem nenhuma interferência do pesquisador, ou seja, apenas descritos como ocorrem. A fundamentação para abordagem qualitativa dessa pesquisa centra-se nos autores Gerhardt e Silveira (2009), no qual afirmam que “A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (p.32)”. Sendo esta pesquisa altamente descritiva, está sujeita à capacidade perceptiva do pesquisador.

Desse modo, o procedimento metodológico adotado para elucidar a questão empírica dessa pesquisa foi um estudo de caso, cuja principal técnica utilizada foi as entrevistas semiestruturadas. Segundo Marconi e Lakatos (1991), a entrevista é um instrumento importante para extrair informações de um indivíduo acerca de um determinado assunto ou problema que tenha relação com o fato. Boni e Quaresma (2005) complementam que as entrevistas denominadas semiestruturadas consistem na combinação de perguntas tanto abertas quanto fechadas, sendo uma técnica amplamente utilizada em averiguações sociais e que permite limitar a quantidade de informações que se pretende coletar. O pesquisador deve conduzir a entrevista similar a uma conversa informal, deixando o entrevistado falar livremente, sem esquecer, porém, apenas de não deixar o entrevistado desviar-se do tema. Optou-se por essa técnica por compreender que seria a melhor alternativa para entender a ótica das populações tradicionais envolvidas, de como é viver na Flona e de quais principais mudanças foram ocasionadas nesse espaço a partir da criação dessa unidade e de quais desafios a serem enfrentados. É importante destacar que todas as entrevistas foram gravadas e as falas utilizadas nesse trabalho transcritas na íntegra.

Outro instrumento utilizado como enriquecimento para o trabalho foi as fotografias, que possuíram o intuito de mostrar detalhes do cotidiano das famílias

entrevistadas. Ressalta-se que todos entrevistados participantes desta pesquisa assinaram o Termo de Consentimento e Livre Esclarecido (TCLE) (Apêndice 1), concordando com a realização dela. Optou-se também por não os identificar nominalmente.

Além das entrevistas e do uso de imagem, foi realizado um levantamento de informações no banco de dados gerado pelo convênio entre o ICMBio e a Universidade Federal de Viçosa (UFV) no ano de 2015. O objetivo desse convênio foi gerar uma base de dados socioeconômica de todas as Unidades de Conservação de Uso Sustentável do Brasil. E uma das unidades investigadas foi a Flona de Humaitá. Além desses dados, fez-se uso da consulta de leis e das atas do Conselho Consultivo da Flona.

Quanto ao trabalho de campo, cabe destacar que se fez necessária a solicitação de uma autorização do ICMBio para que a pesquisa fosse liberada. Tal procedimento referente às Florestas Nacionais está previsto no Artigo 17, parágrafo 4º do SNUC (2000). Essa solicitação foi feita por meio do Sistema de Autorização e Informação e Biodiversidade (SISBIO) (ver Anexo1). A pesquisa também respeitou todos os trâmites internos da UFV, passando pela aprovação do Comitê de Ética da instituição para que a pesquisa de campo fosse autorizada.

O trabalho de campo foi realizado em três fases durante os meses de outubro a novembro de 2015. A primeira fase ocorreu no início do mês de outubro na qual foi realizada uma visita exploratória em companhia da gestora do ICMBio de Humaitá até a comunidade Salomão para apresentação da pesquisa ao presidente da associação comunitária desta comunidade e articulação para posterior visita de aplicação das entrevistas. A segunda visita ocorreu ainda na mesma semana, na comunidade Paraná do Buiúçu, decorrente de um convite realizado por um dos usuários permanentes<sup>3</sup> da Unidade, o qual relatou a importância da presença da pesquisadora em uma reunião que iria ocorrer, sendo assim uma excelente oportunidade para fazer o primeiro contato com um número expressivo de pessoas, pois eles iriam prestigiar a posse do novo presidente da Associação dos moradores do Paraná-Buiúçu - AMPAB<sup>4</sup>. Nesta reunião foi

---

<sup>3</sup> “População que possui residência e benfeitorias desde 1998 na área da Flona de Humaitá e residência na cidade de Humaitá (BRASIL, 2013, p.1)”.

<sup>4</sup> Associação dos Moradores do Paraná Buiúçu – AMPAB: é uma associação comunitária que foi criada em 5 de março de 2005 no município de Humaitá – AM. Apesar do nome englobar

apresentado o projeto de pesquisa e a questão de estarem ou não de acordo com a sua realização. Após alguns questionamentos, os que estavam presentes mostraram-se bastante entusiasmados em participar. Esse primeiro contato foi de suma importância para fazer um levantamento inicial e identificar as principais lideranças e verificar as figuras mais expressivas das comunidades.

A segunda fase ocorreu na segunda quinzena do mês de outubro. Nesse período foram percorridas quatro das sete comunidades que compõem a Flona cujo objetivo foi a realização das entrevistas.

A terceira fase ocorreu no mês de novembro de 2015 na cidade de Humaitá (AM), onde foram entrevistadas algumas famílias que ali se encontravam vendendo seus produtos ou por terem se mudado provisoriamente em decorrência da enchente histórica ocorrida no Rio Madeira entre os anos de 2013-2014, na qual muitos perderam suas residências e plantações e tiveram que recorrer à cidade para se alojar.

Além das populações locais, houve a necessidade de se entrevistar outros informantes que possuíam relação com a Flona, entre estes foram entrevistados a gestora da Flona e uma liderança indígena dos povos Jiahuí (etnia que possui sobreposição de terra com a Flona).

Diante disso, no total foram realizadas vinte e duas (22) entrevistas<sup>5</sup>: vinte (20) com moradores<sup>6</sup>, usuários permanentes e usuários esporádicos<sup>7</sup> (como mostra a tabela 1), uma (01) com a gestora<sup>8</sup>, uma (01) com uma liderança indígena Jiahuí. Todas realizadas no período de outubro a novembro 2015.

---

apenas a comunidade Paraná Buiucú, estão associados moradores de outras duas comunidades da Flona, as de Salomão e de Boa Esperança.

<sup>5</sup> Os entrevistados foram categorizados de acordo com as definições contidas no Acordo de Gestão (2013) da Flona de Humaitá.

<sup>6</sup> “Moradores: população que reside permanentemente na área da Flona de Humaitá, não possuindo residência em outros locais (BRASIL, 2013, p. 1).”

<sup>7</sup> “Usuários esporádicos: população que desde 1998 utiliza a área da Flona de Humaitá, não possuindo residência na área de UC, permanecendo esporadicamente na área e tendo minoria de sua produção na área da UC (BRASIL, 2013, p.1).”

<sup>8</sup> Optou-se em entrevistar a gestora da Unidade após as famílias porque o objetivo do trabalho é dar ênfase na percepção das populações tradicionais que mantêm relação com a Flona; nesse sentido, a visão da gestora era algo complementar ao que foi proposto.

**Tabela 1 - Número de entrevistados extrativistas, comunidade, sexo, idade, profissão e tempo de residência na área da Floresta Nacional de Humaitá.**

ENTREVISTADO	COMUNIDADE	SEXO	IDADE	PROFISSÃO	TEMPO DE RESIDENCIA NA ÁREA DA FLONA
1	Barro Vermelho	M	69	Agricultor <sup>9</sup>	46 anos
2	Barro Vermelho	M	53	Serviços gerais/Agricultor/Extrativista	53 anos
3	Paraná do Buiuçú	M	51	Pescador/Agricultor	24 anos
4	Salomão	M	61	Agricultor	61 anos
5	Barro Vermelho	M	61	Agricultor	61 anos
6	Barro Vermelho	M	69	Prof. Aposentado/Agricultor/Carpinteiro	45 anos
7	Palha Preta	F	47	Agricultora	40 anos
8	Palha Preta	M	50	Agricultor	40 anos
9	Paraná do Buiuçú	M	68	Agricultor	46 anos
10	Paraná do Buiuçú	M	59	Pescador	17 anos
11	Paraná do Buiuçú	M	58	Agricultor	18 anos
12	Paraná do Buiuçú	M	53	Agricultor	Não informou
13	Palha Preta	M	62	Agricultor	22 anos
14	Barreira do Tambaqui	F	84	Agricultora	30 anos
15	Barreira do Tambaqui	M	68	Agricultor	Não informou
16	Barreira do Tambaqui	M	39	Agricultor	37 anos
17	Barreira do Tambaqui	M	64	Agricultor	42 anos
18	Barreira do Tambaqui	F	27	Agente Comunitária de Saúde	27 anos
19	Salomão	M	46	Pescador/Garimpeiro	46 anos
20	Salomão	M	58	Agricultor	25 anos

**Fonte:** Elaborado pela autora. Pesquisa de Campo, 2015.

Como dito anteriormente, a Flona é composta por 73 famílias num universo total de 264 pessoas dispersas numa área de 468.790 hectares, o que dificultaria a realização de um Censo, por isso foi necessário definir alguns critérios para selecionar os entrevistados. São eles:

<sup>9</sup> Destaca-se que apenas três (3) dos vinte (20) entrevistados não se denominaram agricultores; os demais, mesmo se denominando como tal, disseram também desenvolver outras atividades, inclusive relacionadas ao extrativismo.

**1) Utilização dos recursos naturais da unidade:** esse critério teve por objetivo entrevistar aquele indivíduo que faz uso recorrente dos recursos naturais da Flona.

**2) Maior tempo de residência na comunidade:** foram selecionados componentes das famílias com maior tempo na comunidade, compreendendo os que estavam antes e depois da criação da Flona.

**3) Lideranças atuais e passadas:** em razão de apresentarem-se como importantes atores dentro das comunidades e de estarem a frente como interlocutores das populações que possuem relação com a Unidade.

**4) Acesso até a comunidade:** Em se tratando de logística na Região Amazônica, esse critério é muito importante, pois algumas comunidades demandam risco e alto custo, nesse sentido tornou-se inviável chegar a três (3) comunidades: Maicí-Mirim e Palha Preta por encontrarem-se mais distantes, e Barro Vermelho por conta do acesso, já que o nível das águas do Rio Madeira encontrava-se baixo e a embarcação não chegaria até lá.

As entrevistas obedeceram a um roteiro para servir de orientação sobre o tema da pesquisa. Conforme o decorrer da entrevista, esse roteiro foi mudando, uma vez que outras questões relevantes foram surgindo.

Ao longo do trabalho de campo, foi possível participar de espaços que foram ricos na observação da dinâmica de vida das populações locais, entre eles uma reunião da AMPAB para empossar o novo presidente dessa associação. Nessa reunião entre os moradores da comunidade Barreira do Tambaqui, eles se mobilizaram para resolver o problema da falta de energia elétrica na comunidade, que já persistia há 21 dias devido ao gerador de energia ter tido uma peça quebrada e o Poder Público municipal, a quem eles tinham solicitado apoio, não ter se manifestado para resolver o problema até então. Também houve uma peregrinação da imagem da padroeira<sup>10</sup> de Humaitá que se encontrava nesta comunidade.

Vale mencionar que, durante o período de estadia nas comunidades, a recepção foi bastante cordial, permitindo conhecer de perto a rotina das famílias. Entretanto, em alguns momentos, era notável a desconfiança por parte de alguns, o que é completamente justificável quando um ator social alheio ao contexto de vida e cotidiano

---

<sup>10</sup> Todo ano, no mês de dezembro, acontece uma peregrinação da imagem de Nossa Senhora da Conceição Padroeira de Humaitá nas comunidades ribeirinhas do município um mês antes das festividades na sede da cidade. Essa imagem percorre algumas comunidades ribeirinhas e, coincidentemente quando visitei a comunidade Barreira do Tambaqui, a imagem lá se encontrava.

da comunidade insere-se nesse local. Por esse motivo, durante algumas entrevistas, foi possível perceber que os entrevistados não se sentiam completamente à vontade, talvez pelo fato de fazerem ligação da pesquisadora com o órgão gestor da Flona. Evidentemente que não foi somente a desconfiança uma das dificuldades encontrada durante a pesquisa de campo, outros fatores também foram constatados, como:

**1) Logística:** Para chegar à maioria das comunidades, o deslocamento é por via fluvial, através de barco, canoa, lancha ou voadeira<sup>11</sup>. Nesse sentido, o acesso foi dificultado pela necessidade de contratação de um barqueiro e solicitação de uma embarcação do ICMBio de Humaitá, o que elevava o custo. Outro entrave em relação à logística foi o tempo gasto para chegar até os locais pretendidos. O tempo em média feito na viagem até a comunidade mais distante visitada foi de quatro horas.

**2) Memória:** Foi possível perceber que alguns entrevistados tiveram dificuldades para retratar o antes e o depois da criação da Flona de forma detalhada, talvez por não terem feito parte do processo de criação da unidade. Para que esse problema fosse sanado, foi necessário instigá-los com outras perguntas para que eles pudessem se sentir mais à vontade e buscassem na memória essa trajetória.

---

<sup>11</sup> Voadeira: é uma embarcação com o casco de metal e conduzida por um motor de popa, ou seja, motor com uma ou mais hélices. Essa embarcação é comumente utilizada na Amazônia, Pantanal e no Serrado para pescarias e transporte fluvial.

## **CAPÍTULO 2: PROCESSO DE CRIAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL: FLORESTAS NACIONAIS.**

Este capítulo tem por objetivo trazer uma contextualização histórica do processo de criação das Unidades de Conservação no Brasil e em especial da categoria de Floresta Nacional, perpassando pela importância e pelo estabelecimento dessa categoria de Unidade de Conservação na Região Amazônica.

O capítulo será dividido em três seções. A primeira seção abordará o processo histórico de criação das Unidades de Conservação no Brasil, bem como uma discussão conceitual sobre suas novas categorias a partir da criação do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) no ano de 2000. A segunda seção discutirá o surgimento da categoria de Floresta Nacional e os seus desdobramentos no cenário brasileiro. Por fim, a terceira seção tratará mais especificamente dessa categoria de UC no contexto da Região Amazônia.

### **2.1. O processo de criação das Unidades de Conservação no Brasil: breve contextualização histórica**

O meio ambiente possui uma diversidade de recursos naturais necessários à vida e à sobrevivência dos seres vivos, contudo esses recursos são finitos e o seu uso desordenado pode acarretar uma diversidade de problemas para a sociedade como um todo. A natureza e sua capacidade de resiliência por si só não são suficientes para suportar os estragos que vêm no decorrer dos anos sendo provocados pelos seres humanos em virtude, principalmente, do jeito desordenado de utilização dos recursos naturais.

Desse modo, a preocupação com o meio ambiente ao longo dos anos foi se revelando e consolidando-se de diferentes formas, estando presente na Constituição Federal (CF) de 1988. É o artigo 225 da CF de 1988 que assegura o direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, estabelecendo esse bem como uso comum, essencial à sadia qualidade de vida das populações. Sobretudo, esse mesmo artigo certifica também que é dever do Poder Público e da coletividade defender e preservar o meio ambiente, visando, assim, à proteção para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Baseado na definição da CF de 1988, pode-se dizer que o Estado e a sociedade são corresponsáveis por contribuir para a preservação e conservação da utilização

sustentável dos recursos naturais existentes no meio ambiente. No que diz respeito à atuação do Estado, este possui papel fundamental enquanto criador de políticas e formulador de ações estratégicas para contribuir com a preservação e a conservação de determinadas áreas ambientais.

Nesse sentido, a criação de uma Unidade de Conservação caracteriza-se como um importante instrumento de preservação e conservação ambiental instituído pelo Estado, que visa contribuir para a proteção de determinadas áreas ambientais. A criação desses espaços se dá pela necessidade de preservação das espécies vegetais e/ou animais, dispendo-se também colaborar para a sustentabilidade ambiental. As Unidades de Conservação constituem, pois, uma parcela de um ecossistema que se pretende preservar e que possui suas próprias regras de manejo e uso. Desse modo, o surgimento das áreas naturais protegidas se consolidou como uma das principais alternativas de proteção à natureza (DRUMMOND et. al., 2005).

Salienta-se que, embora não seja foco desse trabalho, é importante frisar que os conceitos de preservação e conservação ambiental remetem a duas correntes ideológicas distintas: a preservacionista e a conservacionista. Segundo Drummond et. al., (2005), as motivações para promover ações de proteção à natureza no mundo são voltadas para o debate dessas duas correntes. Assim sendo, os preservacionistas defendem a não interferência da ação humana nas áreas naturais. Já a perspectiva conservacionista, por sua vez, prevê que a utilização humana sobre os recursos naturais precisa ocorrer compativelmente com a preservação, isto é, que a utilização racional dos recursos naturais seja de forma sustentável (CINTRA, 2013).

No Brasil há relatos que, desde o período colonial, já existia por parte da coroa portuguesa uma preocupação voltada para proteção de áreas e recursos no país, no qual o objetivo era garantir o controle sobre o manejo principalmente da madeira e da água, o que já era feita na Europa.

Segundo Medeiros (2006), a primeira iniciativa para criação de um Parque Nacional no país partiu do engenheiro André Rebouças no ano de 1876, pautado no modelo norte-americano do Parque Yellowstone (1872), como forma de resguardar os espaços da natureza distantes da ação do homem. A partir de então, começa a ser discutida a criação desses espaços. Somente em 1937 foi institucionalizada a primeira UC no país, o Parque Nacional do Itatiaia (RJ/MG). A criação desse parque foi a materialização de um longo processo de debates sobre áreas protegidas no país, sendo

estas ainda reproduzidas nos moldes de unidades de conservação mundiais. Os próximos parques criados foram o Parque do Iguaçu (PR) e Serra dos Órgãos (RJ) no ano de 1939 (SILVA e SOUZA, 2009).

Corroborando com Silva e Souza (2009), Bartace (2010) afirma que o processo de expansão dos Parques Nacionais no Brasil não foi simples, pois os primeiros parques foram criados na década de 1930 e só voltam a ser retomados na década de 1950. Ainda de acordo com Bartace (2010), as regiões que mais receberam grande parte dos Parques Nacionais até o final da década de 1950 foram as regiões Sul e Sudeste. Com a expansão agrícola e destruição das florestas nas demais regiões do país na década de 1960, estas passam também a ser contempladas com os Parques Nacionais, pois começa a existir uma preocupação em frear essas atividades.

Para Hassler (2006), entre os anos de 1937 a 1970, a criação das Unidades de Conservação no Brasil era fundamentada simplesmente por interesses políticos e econômicos e pela beleza cênica do local, não possuía nenhum tipo de estudo técnico e nem científico que embasasse a criação desses espaços.

Na década de 1980, mais precisamente até o ano de 1981 no Brasil, existiam legalmente apenas três categorias de UCs criadas e instituídas em todo território, sendo estas a de Parque Nacional, a de Reserva Biológica e a de Floresta Nacional (MOREIRA, 2000). A partir do ano de 1987, o governo brasileiro, influenciado pelo Relatório *Brundtland*, conhecido também como Relatório Nosso Futuro Comum, passa a dar maior atenção às questões ambientais. Esse relatório foi elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, com apoio da Organização das Nações Unidas (ONU), e dava margem para a retomada do debate sobre as questões ambientais. A partir do ano 1988, esse debate também se intensifica por meio das pressões sociais devido à morte do líder seringueiro Chico Mendes no estado do Acre.

Com isso o governo precisava inserir na sua agenda política a criação de áreas públicas com intuito de proteger o meio ambiente. Todavia, segundo Villarreal e Toni (2012), o governo brasileiro só passou a assumir um compromisso maior com a política de conservação ambiental após a assinatura da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB)<sup>12</sup> no ano de 1992 durante a ECO-92 – Conferência das Nações Unidas

---

<sup>12</sup> Convenção da Diversidade Biológica (CDB): é um tratado que foi definido na ECO-92, visando estabelecer normas e princípios para orientar o uso e proteção da diversidade biológica de forma racional e sustentável sem agredir o meio ambiente, sendo esse considerado mundialmente o principal fórum de discussão sobre as questões ambientais.

sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) realizada no Rio de Janeiro. Dentre os compromissos assumidos nesse tratado estava a preservação de pelo menos 10% da área de cobertura de cada bioma brasileiro. A partir desse compromisso firmado, o processo de expansão das Unidades de Conservação abancou um aumento significativo no Brasil.

Sendo assim, o marco na criação, na implementação e na gestão de todas as UCs do Brasil ocorreu no ano 2000 com a instauração da Lei nº 9.985, de 18 de julho, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), tendo como objetivo regulamentar as Unidades de Conservação, definindo suas especificidades e estabelecendo critérios e normas para sua criação e gestão.

De acordo com Teixeira (2005), a criação do SNUC ocorreu depois de uma década de discussões resultantes de diversos interesses e com a participação de segmentos sociais envolvidos como os de movimentos ambientalistas, de organizações governamentais e não governamentais (ONGs), de representantes das populações tradicionais, de cientistas, de organizações ambientalistas internacionais, de organizações privadas, entre outras. Nesse momento lidar com a ocupação humana nesses espaços era uma questão preocupante, tornando- um assunto muito discutido.

Com a institucionalização do SNUC (2000), o artigo 2º, inciso I desse documento trouxe em seu escopo a definição de Unidade de Conservação como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se ampliam garantias adequadas de proteção (BRASIL. Lei nº9.985, de 18 de julho de 2000).

O objetivo primordial do SNUC (2000) foi consolidar as normas, critérios para criação, gestão e implantação das UCs, trazendo a organização e padronização das categorias de manejo dessas áreas. Diante disso e a partir dessa legislação, as UCs do Brasil passaram a ser divididas em dois grupos: as de Proteção Integral e as de Uso Sustentável (BRASIL, 2000). Esses grupos são organizados em categorias, denominadas como categorias de manejo, porque cada uma possui objetivos e especificidades diferentes. As UCs de Proteção Integral estão divididas em cinco (5) categorias e as UCs de Uso Sustentável em sete (7).

O grupo de Proteção Integral compreende Estação Ecológica (ESEC), Reserva Biológica (REBIO), Parque Nacional (PARNA), Monumento Natural (MN), Refúgio da

Vida Silvestre (RVS). O objetivo geral é o da preservação da natureza, concebendo apenas o uso indireto dos recursos, isto é, não é permitida a permanência de pessoas no interior desses espaços; o uso é autorizado apenas para projetos educacionais, lazer e pesquisa, com a autorização prévia do órgão gestor da unidade (BRASIL, 2010). A seguir, no quadro 1, serão apresentadas com detalhes as características desse conjunto de UCs.

**Quadro 1 -Descrição das categorias de Unidade de Conservação de Proteção Integral.**

<b>UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL</b>		
<b>Categoria</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Especificidades</b>
<b>Estação Ecológica (ESEC)</b>	Preservação da natureza; pesquisas Científicas.	Domínio público; é proibida a visitação pública, com exceção apenas para vistas educacionais de acordo com regulamento específico.
<b>Reserva Biológica (REBIO)</b>	Preservação Integral da Biota; interferência humana indireta como medida de manejo de ecossistemas alterados.	Domínio público; é proibida a visitação pública, com exceção apenas para vistas educacionais de acordo com regulamento específico.
<b>Parque Nacional (PARNA)</b>	Preservação de ecossistemas naturais com grande importância ecológica e beleza cênica; pesquisa Científica.	Domínio público; são permitidos Turismo Ecológico, Atividades Recreativas, Educacionais e Ambientais de acordo com o plano de manejo da unidade e regulamento específico.
<b>Monumento Natural (MN)</b>	Preservação de sítios naturais raros.	Domínio particular, no entanto, a utilização dos recursos naturais existentes deve ser compatível aos objetivos da unidade, caso contrário a área deve ser desapropriada e passa a ser de posse do domínio público; permitida a visitação pública, sujeita às normas estabelecidas pelo órgão gestor da unidade e às restrições estabelecidas no plano de manejo.
<b>Refúgio de Vidas Silvestres (RVS)</b>	Preservação de ambientes naturais que visem garantir a existência e reprodução de espécies vegetais locais ou animais sejam eles residentes ou migratórias;	Domínio particular, no entanto, a utilização dos recursos naturais existentes deve ser compatível aos objetivos da unidade, caso contrário a área deve ser desapropriada e passa a ser de posse do domínio público; permitida a visitação pública sujeita às normas pelo órgão gestor da unidade e às restrições estabelecidas no plano de manejo.

**FONTE:** Elaborado pela autora. A partir das informações do SNUC, 2011.

O outro grupo criado pelo SNUC (2000) é as UCs de Uso Sustentável, cuja finalidade é a utilização dos recursos naturais de forma sustentável e compatível com a preservação do meio ambiente, garantindo o uso contínuo dos recursos ambientais renováveis, protegendo a biodiversidade de forma economicamente viável e justa (BRASIL, 2010). Nesse grupo são encontradas sete categorias: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Nacional (FLONA), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna (REFAU), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). No Quadro 2 é possível observar detalhadamente as finalidades de cada uma dessas categorias.

**Quadro 2 - Descrição das categorias de Unidade de Conservação de Uso Sustentável.**

<b>UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL</b>		
<b>Categoria</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Especificidades</b>
<b>Área de Proteção Integral (APA)</b>	Proteção da diversidade biológica; asseguramento da sustentabilidade do uso dos recursos naturais e da disciplina do processo de ocupação.	Áreas geralmente extensas; posse de domínio público e privado; possuem certo grau de ocupação humana.
<b>Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)</b>	Proteção de ecossistemas naturais de importância regional e local; regulação do modo e uso dessas áreas compatível com a conservação da natureza.	Áreas geralmente de pequena extensão; características naturais extraordinárias e exemplares raros da biota regional.
<b>Floresta Nacional (FLONA)</b>	Uso diversificado dos recursos florestais; pesquisas científicas, com foco principalmente na utilização de métodos de exploração sustentável das florestas nativas.	Área com cobertura florestal e espécies predominantemente nativas; posse de domínio público e as áreas privadas devem ser desapropriadas; permitida a permanência de populações dentro da área desde que já residam antes da criação da unidade; possuem um conselho consultivo.
<b>Reserva Extrativista (RESEX)</b>	Proteção dos meios de vida e da cultura das populações tradicionais existentes nessas áreas; garantia do uso sustentável dos recursos naturais.	Área utilizada por populações tradicionais; uso dos recursos baseado no extrativismo com complementação na agricultura familiar e criação de animais de pequeno porte; domínio público e as áreas privadas devem ser desapropriadas; possuem um conselho deliberativo.
<b>Reserva de Fauna (REFAU)</b>	Estudos técnicos-científicos sobre o manejo econômico e sustentável dos recursos faunísticos.	Área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias.
<b>Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)</b>	Preservação da natureza; asseguramento dos meios de produção e melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais; valorização, conservação e conhecimento das técnicas de manejo do ambiente.	Área que abriga populações tradicionais; a exploração dos recursos deve ser de forma sustentável. Domínio público.
<b>Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)</b>	Conservação da diversidade biológica.	Área privada; visitas com objetivos turísticos, educacionais e recreativos.

**FONTE:** Elaborado pela autora. A partir das informações do SNUC, 2011.

As UCs podem ser categorizadas nas instâncias federais, estaduais e municipais. De acordo com o ICMBIO (2016), até maio de 2016, os números de Unidades de Conservação Federais existentes no Brasil correspondiam a 320 (Tabela 2), sendo 143 de Proteção Integral e 117 de Uso Sustentável. É relevante enfatizar que as maiorias das UCs estão concentradas na região Norte do Brasil. Destas, as de Uso Sustentável estão localizadas em maior número na região Amazônica (ICMBIO, 2016).

**Tabela 2 - Unidades de Conservação Federais no Brasil até janeiro de 2016.**

<b>CATEGORIA</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>ÁREA (HA)</b>
<b>Federal</b>		
<b>PROTEÇÃO INTEGRAL</b>		
<b>ESEC</b>	32	7.469.755,34
<b>REBIO</b>	30	3.903.894,92
<b>PARNA</b>	71	25.346.456,20
<b>MN</b>	3	44.286,27
<b>RVS</b>	7	201.722,05
<b>Total UC PI: 143</b>		<b>36.966.114,78</b>
<b>USO SUSTENTÁVEL</b>		
<b>APA</b>	32	10.020.202,25
<b>ARIE</b>	16	44.700,03
<b>FLONA</b>	67	16.396.473,13
<b>RESEX</b>	62	12.475.799,17
<b>REFAU<sup>13</sup></b>		0
<b>RDS</b>	2	102.619,45
<b>RPPN</b>	647	511.815,74
<b>Total UC US: 177</b>		<b>39.039.794,02</b>

**Fonte:** Dados site ICMBIO, 2016.

Conforme os dados da Tabela 2, em termos de quantidade e áreas, a categoria de Unidade de Conservação de Proteção Integral mais representativa no Brasil é a de Parques Nacionais e a de Uso Sustentável, com as Flonas, seguida da de Resex.

Como o objeto desse trabalho é uma Floresta Nacional (FLONA), é importante entender como essa categoria surgiu e como foi sendo delineada até agora. Diante disso, a próxima seção contará com um breve apanhado histórico desse cenário.

<sup>13</sup> Até maio de 2016, não há registro de Reservas de Fauna no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC).

## 2.2. Floresta Nacional

O apanhado histórico do surgimento das Florestas Nacionais faz-se necessário para percebermos os desdobramentos que essa categoria tomou durante a história da discussão de exploração, preservação e conservação dos recursos naturais brasileiros, e como seus objetivos foram sendo modificados para chegada do arranjo institucional atual.

Diante desse contexto, a ideia de manejar os recursos florestais cientificamente emerge na Alemanha no século XVIII. Nessa época os produtos madeireiros eram uma das principais receitas dos países da América Central. Nessa ocasião, a escassez desses produtos (madeira) tornava-se uma grande preocupação, visto que a população vinha crescendo demasiadamente (IORES, 2008).

Esse modelo de manejo florestal chega aos Estados Unidos no século XIX e começa a influenciar vários movimentos de criação de reservas florestais no país, assim surgem as Reservas Florestais, que mais tarde passam a ser chamadas de Florestas Nacionais. Concebidas como um espaço protegido pelo Estado, a sua principal finalidade era produzir madeira para suprir o setor industrial madeireiro. Esse modelo de manejo florestal foi herdado da Alemanha, que visava conceder ao Estado o domínio dos recursos florestais (IORES, 2008).

Segundo Iores (2008), a partir de então, esse modelo de manejo florestal se espalhou pelo mundo, chegando ao Brasil após a Segunda Guerra Mundial, sendo um dos últimos países da América Latina a adotar essa categoria de área protegida. Nesse momento, a preocupação do Estado era proteger e regulamentar as florestas em virtude do desmatamento que vinha ocorrendo. Diante desse cenário, alguns estudiosos e cientistas como Alberto Loefgren defendiam a necessidade de criação de Florestas Nacionais e estaduais sobre o mesmo modelo vigente nos Estados Unidos, porém através de uma exploração mais racional, apontando para a obrigatoriedade de criação de um código florestal a fim de regulamentar e proteger as florestas do País. Apesar desses esforços, a preocupação por parte do governo em proteger os recursos florestais ainda era pequena (IORES, 2008).

Por conseguinte, as primeiras iniciativas registradas ocorreram no ano de 1911 no Rio de Janeiro, com a criação do Horto Florestal, que tinha como objetivo a produção de espécies florestais e frutíferas para a distribuição. No ano de 1921, o Horto Florestal se transformou em Serviço Florestal, mas o órgão não possuía expressividade

devido à falta de apoio financeiro, além de não ter uma legislação para concretizar a política florestal do país (IORES, 2008).

De acordo com Alcântara (2010), é somente a partir de 1930 que a preocupação com a proteção das florestas brasileiras começa a ganhar formas mais delineadas graças à elaboração do Código Florestal. O primeiro Código Florestal Brasileiro foi criado em 23 de janeiro de 1934, através do Decreto de nº 23.793. Esse Código regulamentou a criação e estabelecimento das Florestas Públicas e a exploração dos recursos florestais existentes, conferindo ao Estado o dever e o domínio de proteger os recursos florestais, além de reconhecer as florestas como espaço público de interesse em comum de todos os habitantes do país. Em seu Art. 3º, o Código Florestal classificou as florestas em quatro categorias: protetoras, remanescentes, modelo e de rendimento (BRASIL, 1934).

As **florestas protetoras** foram denominadas segundo a sua localização e com finalidade de conservar os cursos d'água, de evitar a erosão do solo pela ação dos próprios agentes naturais, de garantir a defesa das fronteiras, de proteger sítios com uma beleza cênica exuberante, de fixar dunas e de proteger espécies raras da fauna. As **florestas remanescentes**, por sua vez, nas áreas onde apresentassem um interesse biológico ou estético para ser preservada, podem compreender as áreas de parques, fossem eles nacionais, estaduais ou municipais. As **florestas modelo**, denominadas áreas artificiais, seriam aquelas compostas por um número limitado de essências florestais e com finalidades meramente econômicas. Por fim, as **florestas de rendimentos** são as que não estavam compreendidas nas outras categorias classificadas (BRASIL, 1934).

Segundo Ribeiro (2011), o Código Florestal de 1934 procurou regulamentar e estabelecer regras específicas, já sinalizando um sentido bastante preservacionista, podendo ser observado, sobretudo, na definição de florestas protetoras; entretanto, o propósito de criação dessas áreas ainda era voltado principalmente para extração madeireira. Diante desse contexto na década de 1940, de acordo com Marques (2007), o Instituto Nacional do Pinho (INP) foi criado. Este instituto estava ligado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e tinha o intuito de representar o interesse das indústrias e dos produtores e exportadores do Sul e Sudeste do País que trabalhavam com a espécie de araucária. Nesse momento, com a criação desse instituto, surgiram os chamados Parques Florestais que posteriormente passariam a ser denominados como

Florestas Nacionais. Esses espaços eram áreas compradas pelo governo com a principal finalidade de produzir madeira.

Durante esse período, foram criadas as primeiras Florestas Nacionais no Brasil, a Floresta Nacional de Araripe-Apodi, estado do Ceará no ano de 1946, a segunda no estado de Minas Gerais, Floresta Nacional do Jaíba no ano de 1959 (SILVA, 1996), e posteriormente a Floresta Nacional de Caxiuanã no Pará em 1961 (RYLANDS e BRANDON, 2005). Porém, a criação dessas florestas não possuía a intenção de exploração madeireira, mas a de conservação dos recursos naturais existentes nesse espaço (SILVA, 1996).

No ano de 1965, o Código Florestal é editado e essas modificações passam a trazer em seu escopo novos regulamentos para controlar o uso dos recursos das florestas, por exemplo, a obrigatoriedade da elaboração de um Plano de Manejo (PM) para áreas designadas à exploração de madeira, além da determinação de que as propriedades privadas na região Amazônica preservassem 50% da sua cobertura florestal e o restante do país apenas 20%. Outra novidade do Código foi à inserção de duas novas categorias de áreas protegidas: as “reservas ambientais”, que seriam instituídas pelo Estado, como a Reserva de Proteção Integral e Reserva de Uso direto. As Reservas de Proteção integral incluíam os Parques (nacionais, estaduais e municipais) e as Reservas Biológicas, a outra categoria denominada de Uso Direto, incluíam apenas as Florestas (nacionais, estaduais e municipais), cujo uso dos seus recursos era permitido para fins sociais, econômicos e técnicos (IORES, 2008).

Com a consolidação do Código Florestal de 1965 e o estabelecimento de regras para manejar os recursos existentes nas áreas protegidas existentes no País, havia a necessidade de criação de um órgão que gerenciasse e fiscalizasse essas áreas. Diante disso, no ano de 1967, por intermédio do Decreto nº289 de 28 de fevereiro, é criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) vinculado ao Ministério da Agricultura (MA), com o fim de gerenciar e fiscalizar todas as Unidades de Conservação de âmbito federal existentes no país, além o de possuir a missão de cumprimento do Código Florestal, bem como o da competência de execução e orientação de práticas racionais para a conservação e preservação ambiental e formulação de políticas florestais (LOPES, 2007).

Ainda de acordo com Lopes (2007), no ano de 1973, é criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior. Assim como

o IBDF, seus objetivos eram semelhantes, como o de orientar o uso dos recursos naturais de forma racional para conservação do meio ambiente, o que levou a dividir com esse instituto a incumbência de fazer cumprir as políticas florestais existentes, possuindo também o papel de gerir e de fiscalizar as Unidades de Conservação. Como O IBDF e a SEMA possuíam os mesmos objetivos e vinham executando o mesmo papel, no ano de 1989 esses órgãos são unidos e, dessa união, surge o IBAMA, que, a partir daí, assume toda a responsabilidades dessas duas instituições, dentre elas a gestão de todas as UCs do Brasil.

Destaca-se que, durante a vigência do IBDF e da SEMA entre o período de 1970 a 1975, foi criada apenas uma Floresta Nacional no país, a Floresta Nacional do Tapajós, no estado do Pará. Marques (2007) afirma que, apesar dessa categoria ter sido a segunda categoria de UC criada no Brasil, é somente a partir da década de 1990, por meio do Decreto de nº 1.298 de 27 de outubro de 1994, que essa categoria ganha de fato uma regulamentação mais definida, exercendo a finalidade de uso múltiplo dos seus recursos naturais. Nesse sentido, as Flonas passam a ser definidas no Art. 1º desse decreto, como:

Áreas de domínio público, provida de cobertura vegetal nativa ou plantada, estabelecidas com os seguintes objetivos: promover o manejo dos recursos naturais, com ênfase na produção de madeira e outros produtos vegetais; garantir a proteção dos recursos hídricos, das belezas cênicas, e dos sítios históricos e arqueológicos; fomentar o desenvolvimento da pesquisa científica básica e aplicada, da educação ambiental e das atividades de recreação, lazer e turismo (BRASIL, 1994).

Ainda que em sua redação a criação desses espaços tivesse como alvo a produção de madeira, esse não era mais o motivo primordial de criação; a estratégia principal adotada era a conservação do ecossistema, visando compatibilizar o uso dos recursos florestais de forma racional e sustentável. O decreto nº1.298/94 também estabeleceu que essas áreas fossem delimitadas pelo Poder Público, sendo consideradas como bem da União e geridas pelo IBAMA, sob monitoramento do Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal.

Com a instituição do SNUC (2000), as Flonas passam a integrar o conjunto de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, sendo definidas como:

Uma área de cobertura vegetal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas (BRASIL, 2000).

As Flonas são áreas de domínio público, onde as áreas particulares compreendidas nos seus limites devem ser desapropriadas de acordo com o que prevê a lei, sendo permitida a permanência de populações tradicionais se as mesmas já habitarem esse espaço antes da sua criação. As visitas públicas e pesquisas científicas são permitidas, no entanto, devem ser autorizadas pelo órgão responsável<sup>14</sup> pela gestão da unidade, devendo ser obedecidas as normas estabelecidas no regulamento. Devem dispor de um Conselho Consultivo que está previsto em Lei, devendo ser gerido pelo órgão responsável pela administração da unidade. Esse conselho deve ser composto por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais existentes (BRASIL, 2000).

Cabe ressaltar que, no ano de 2006, foi promulgada pelo Governo Federal uma política de concessão florestal, estabelecida por meio da Lei de nº 11.284/2006, que, de acordo com o Serviço Florestal Brasileiro (2016), permitiria o direito de concessão para o manejo de florestas públicas a fim de extração de produtos madeireiros e não madeireiros e também de serviços de turismo de forma sustentável por empresas e pelas comunidades locais. O procedimento realizado para a concessão florestal das florestas públicas ocorre mediante a alguns critérios, tais como processo de licitação para exploração da área, cujas regras gerais estão dispostas na Lei nº 8.666/1993<sup>15</sup> e regras estabelecidas na Lei de nº 11.284/2006. Para que essas áreas possam ser submetidas ao processo de licitação, devem fazer parte do Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF). Esse plano é responsável por selecionar as áreas de florestas públicas em que poderá ser realizada a concessão no ano em que vigorar, além de descrever quais instrumentos utilizados para seleção das áreas. Além disso, só é permitido fazer parte dessas áreas as Florestas Públicas que tiverem cadastradas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) e possuírem o Plano de Manejo da Unidade de Conservação (SFB, 2016).

Segundo o Sistema Florestal Brasileiro (2016), após a aprovação para concessão de um retorno financeiro ao governo, conforme o Art. nº 36 da Lei nº 11.284/2006, o

---

<sup>14</sup> O órgão responsável pela gestão de todas as Unidades de Conservação do Brasil atualmente é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, este que é responsável por emitir autorização para realização de atividades de qualquer natureza dentro das Unidades de Conservação em todo território brasileiro.

<sup>15</sup> Lei que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

pagamento do uso das áreas, é necessário ser calculado mediante a proposta durante a licitação para o manejo da área.

Enfim, diante do panorama apresentado sobre a evolução da categoria de Floresta Nacional, algumas mudanças ocorreram, desde o objetivo de criação até as suas finalidades de uso, já que as primeiras Flonas criadas lá em 1946 apresentavam um caráter preservacionista, contudo o intuito maior de criação era a extração de madeira. Esse cenário, com o passar dos anos, foi mudando e hoje no Brasil existem 67 Flonas criadas. Desse modo, a criação dessa categoria de UC estabelece um importante passo, não somente para proteção e conservação da biodiversidade da região, mas também para a garantia do uso sustentável dos recursos florestais para o aproveitamento econômico desses recursos sejam eles pelos povos da floresta ou por empresas.

### **2.3. Importância das Florestas Nacionais para conservação da Amazônia**

O Brasil é composto por seis biomas: Amazônia, Cerrado, Mata Atlântica, Caatinga, Pampa e Pantanal. O território brasileiro apresenta uma área de 851 milhões de hectares, com a área florestal correspondente a 463 milhões de hectares, isto é, 54,4% de todo o território corresponde a florestas naturais e plantadas. Essas características põem o Brasil na posição de segundo país no mundo que apresenta a maior cobertura florestal, ficando atrás apenas da Rússia (BRASIL, 2013).

Dessa correspondência, o bioma Amazônico abriga 71,36% das florestas naturais existentes no País, além de representar cerca de 30% de toda floresta tropical mundial (BRASIL, 2013). Desse modo, as florestas existentes nesse bioma possuem grande importância para o planeta, devido a sua vasta extensão territorial, à rica biodiversidade (vegetal e animal) e à grande importância econômica resultante da disponibilidade de diversos produtos florestais e não-florestais.

As diversas riquezas naturais tornam a Floresta Amazônica palco de distintos interesses. De um lado envolvendo os grupos favoráveis à preservação e conservação dos recursos naturais; de outro, as populações tradicionais residentes no território que são dependentes dos recursos gerados pela floresta para sua sobrevivência; e de grupos econômicos, nesse caso, que giram em torno principalmente da exploração dos recursos naturais da floresta com a finalidade econômica de acumulação de capital financeiro.

Essa é uma discussão que remete ao conceito de território, tanto no sentido clássico da definição trazida pela Geografia Política (HAESBART, 2001), quanto no ponto de vista antropológico, trazido por autores como Diegues (1996) e Little (2002).

Haesbaert (2001) relaciona o conceito de território ao de poder, explicando que desde a sua origem este abarca tanto um sentido material quanto simbólico, pois segundo o autor, essa conotação aparece etimologicamente ligada tanto ao termo “terra-territorium” quanto ao “terreo-terror” (terror, aterrorizar) (HAESBAERT, 2001).

Já Diegues (1996) e Little (2002) trazem a visão antropológica do termo, na qual os territórios são espaços onde modos de vida das Populações Tradicionais se realizam, que, nesse sentido, é ressaltado o seu aspecto simbólico e o da associação entre a formação identitária desses grupos sociais ao espaço que eles ocupam e convivem.

Todo esse leque de possibilidades que se abre em torno das possibilidades de ocupação e de uso de territórios na Amazônia evidencia a necessidade de um olhar mais atento para a utilização sustentável da Floresta. Essa região, juntamente a algumas outras áreas ambientais como a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira, estão caracterizadas no parágrafo 4º da Constituição Federal de 1988 como patrimônio nacional. Assim sendo, a utilização dessas áreas está sujeita às normas e condições estabelecidas em lei, assegurando a preservação do meio ambiente e o uso dos recursos naturais (BRASIL, 1988).

Para além da importância da Floresta Amazônica como patrimônio natural e o estabelecimento em lei de normas que regem a utilização dos seus recursos, a criação de Unidades de Conservação nessa região também constitui um importante instrumento tão como para a contribuição e para a proteção e a conservação desse espaço.

Segundo Veríssimo et. al., (2011), a primeira Unidade de Conservação criada na Amazônia Legal<sup>16</sup> ocorreu no ano de 1959, o Parque Nacional do Araguaia, no estado do Tocantins. Posteriormente, na década de 1960, é criada a Floresta Nacional de Caxiuanã, no estado do Pará. A partir desse período, tem-se início o processo de intensificação de criação de Unidades de Conservação nessa região.

Outro marco foi à criação da Floresta Nacional do Tapajós, localizada no sudoeste do estado do Pará no ano de 1974. Segundo Campos e Castro (2006), esta Flona inaugura na região Amazônica um programa de reservas florestais que fazia parte de um planejamento estatal para o desenvolvimento da atividade florestal na região.

---

<sup>16</sup> A Amazônia Legal corresponde aos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, e parte dos estados de Mato Grosso e Maranhão.

As Flonas possuem papel importante para a região Amazônica, não apenas como subsídio para conservar as suas extensas áreas de floresta, mas também para conciliação de práticas sustentáveis que visem à geração de renda às populações inseridas nesses espaços. Ressalva-se que essas populações existentes nesses espaços são denominadas populações tradicionais. Esse termo é amplamente discutido, por, segundo Fraxe et. al. (2011), não há um conceito universalmente aceito. Entretanto, no ano de 2007, o Decreto de nº 6.040, de 7 de fevereiro instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e trouxe em seus desígnios a definição legal para esses termos, definindo-os como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Antes mesmo da existência desse decreto, já existiam várias discussões a fim de definir esses atores sociais que buscam transmitir o conhecimento que possuem através de gerações após gerações. Autores como Diegues e Arruda foram os primeiros a caracterizar e definir de maneira mais concreta o termo *populações tradicionais*; a conceituação desse segmento por ambos é similar.

Diegues (2000) aponta que as populações tradicionais são grupos humanos que se diferenciam por meio da sua cultura, reproduzindo seu modo de vida para as gerações futuras. Essas populações historicamente se caracterizam pela apresentação de um vasto conhecimento da natureza e pelo manejo específico de que utilizam para explorar os recursos. Suas atividades realizadas, sejam elas culturais ou econômicas, são desempenhadas especialmente em base familiar. Já Arruda (1999) infere que as populações tradicionais são grupos que geralmente ocupam uma determinada região há muito tempo, caracterizam-se sobretudo pela forma de utilização dos recursos naturais basicamente para sua sobrevivência; não possuem muita preocupação com o mercado, portanto suas atividades são voltadas para uso da mão de obra familiar.

Diante dessas particularidades apontadas, fica muito claro que a constituição das UCs, sem levar em consideração as populações tradicionais, é completamente inviável, tendo em vista que esses povos são responsáveis por grande parte da conservação da biodiversidade existente muito antes desses espaços serem resguardos por lei. Dessa forma, o capítulo seguinte se dedicará a realizar o debate sobre a criação de uma

Floresta Nacional no estado do Amazonas e quais as mudanças foram acarretadas na vida das populações tradicionais locais que fazem uso desta Unidade.

## **CAPÍTULO 3: FLORESTA NACIONAL DE HUMAITÁ: DA CRIAÇÃO AOS DESAFIOS.**

Esse capítulo tem o objetivo de abordar como ocorreu o processo de criação da Floresta Nacional de Humaitá, bem como apresentar os principais desafios enfrentados pelas populações tradicionais que utilizam os recursos naturais dessa Unidade. Ademais, o capítulo tratará sobre alguns aspectos quanto à gestão da Unidade de Conservação, incluindo questões como a participação social, a gestão dos recursos naturais e os conflitos.

Será abordada a questão da sobreposição da Terra Indígena Jiahuí e esse contexto junto à Flona. As ferramentas analisadas para construção desse capítulo foram: Ata do Conselho Consultivo da Flona, entrevistas com os indivíduos que fazem uso dos recursos naturais da Flona, entrevista com a gestora e entrevista com uma liderança indígena Jiahuí (cacique de uma das aldeias da Terra Indígena Jiahuí).

O capítulo foi dividido em quatro seções. A primeira abordará como foi o processo de criação da Flona; a segunda, como os entrevistados percebem a criação da unidade; terceira, a participação social e a gestão da Flona; quarta, a problemática da sobreposição da TI Jiahuí com a Flona de Humaitá.

### **3.1. Floresta Nacional de Humaitá: Processo de criação**

A criação da Flona de Humaitá no ano de 1998 fez parte do projeto chamado *Pacote Verde*, que foi um conjunto de medidas instituídas pelo governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso no mesmo ano. Esse conjunto de medidas foi lançado com intuito de diminuir ações predatórias ao meio ambiente, uma vez que altos índices de desmatamento vinham sendo registrados entre os anos de 1995 e 1996 na região Amazônica. Desse modo, a intenção do projeto era proteger no mínimo 10% da Floresta da Amazônia. Uma das motivações do governo federal para lançamento desse pacote foi decorrente da campanha realizada pelo *World Wildlife Fund for Nature* (WWF) que tinha como objetivo a preservação de 10% das florestas mundiais. Diante disso, no ano de 1998, esse projeto criou sete novas Florestas Nacionais na Amazônia<sup>17</sup>, sendo a Flona de Humaitá uma delas (BRASIL, 2011).

---

<sup>17</sup> As outras seis Flonas que também fizeram parte do Pacote Verde são as Flonas de Itacaiunas, Itaituba I, Itaituba II, Altamira, Xingu e Carajás, todas no estado do Pará.

Anterior à criação a Flona de Humaitá, a área era usada pelo Exército Brasileiro para treinamento de militares da região. No ato da sua criação, não houve audiências públicas, uma exigência que passou a existir somente a partir da implementação do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) no ano 2000. Foi somente nesse ano que o IBAMA passou a desenvolver atividades de cunho participativo, buscando estreitar e construir uma relação com as famílias da Flona. Até então, o IBAMA atuava apenas na fiscalização de crimes ambientais, em especial o de exploração de madeira existente na área.

Somente em 2003 que começaram a ter início algumas intervenções junto às comunidades da Flona de Humaitá. Essas intervenções almejavam levar informações fundamentais que, até então, eram desconhecidas pelas pessoas, por exemplo, a do objetivo de criação da Flona; a de princípios e diretrizes; a de domínio territorial e categoria (CASTELLANET et. al., 2013). Logo abaixo, em entrevista, a gestora narra como ocorreu o processo de criação da Flona de Humaitá.

A Floresta Nacional de Humaitá foi criada ainda nos moldes não muito democráticos por decreto e sem passar por audiência pública, né, em 98 ela foi criada em 1998 em 2 de janeiro de 1998 foi criada por decreto a unidade. E nessa época aquela região ali, ela há mais tempo atrás seria como área de treinamento para o exército ali aquela área, né, então assim, já haviam alguns moradores, mas depois do decreto não houve uma informação para comunidade sobre o que é uma Unidade de Conservação para que é, não havia muito essa preocupação. E do período de criação de 1998 até 2002 mais ou menos 2001 – 2000, né, a unidade só tinha uma pessoa do IBAMA que era o antecessor da Y, não havia muito contato assim com a comunidade, com os moradores, né. Nem os moradores sabiam da criação, a partir dali, por volta de 2001 – 2002 Y começou a fazer impulsões dentro da unidade para fazer um registro de quantas comunidades havia, de quantas famílias (GESTORA DA FLONA HUMAITÁ, 2015).

Essa observação, no que se refere ao desconhecimento e aos procedimentos que se sucederam para criar a Flona de Humaitá, é reforçada pelos participantes da pesquisa, observado no trecho das falas de dois entrevistados:

Esse processo de criação da Flona, nós fomos pegos igual aquele inimigo, quando amanheceu o dia já estava cercada dos inimigos, assim nós fomos pegos, assim, não avisaram nós, quando nós soubemos que tinha sido criado já não tinha mais jeito, já tava todo mundo espantado, já não tinha mais jeito, né (ENTREVISTADO 3, 2015).

Foi um susto que a gente teve, chegaram aqui dizendo que tinham criado uma reserva, já com limites do que podia fazer, do que não podia fazer. Porque nós aqui que mora nas comunidades é tudo mal informado, não é como o pessoal da cidade que tem uma internet, tem um telefone, aqui tem televisão, mas nem assiste todo dia por causa de energia, mas para gente foi um susto (ENTREVISTADO 13, 2015).

A partir dos relatos citados acima, nota-se que o processo para criação da Flona de Humaitá não passou por nenhum tipo de consulta pública, ressaltando também que a informação de que a área teria se tornado uma Floresta Nacional só aconteceu alguns anos depois. Isso mostra uma despreocupação por parte do Estado com as populações tradicionais que estavam ali constantemente fazendo uso daquele território.

A ausência desses procedimentos iniciais como a realização de audiências públicas pode ser justificada pelo fato de a criação da Flona ter sido anterior à institucionalização do SNUC (2000), instrumento este que vai prever todas as normativas referente à criação de unidades, sobretudo, no Art. 22 parágrafo 2º, apontando a obrigatoriedade de consultas públicas e estudos técnicos que precedam a criação de Unidade de Conservação, sejam elas de Proteção Integral ou de Uso Sustentável. Todavia, as únicas categorias em que não há obrigatoriedade para consulta pública são as Reservas Biológicas e a Estação Ecológica, ambas inclusas na de grupo de UCs de Proteção Integral.

Muito embora o processo de criação de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável seja permeado de interesses voltados para garantia de conservação e preservação de uma determinada área, é importante levar em consideração as populações locais que habitam ou fazem uso dos recursos dessas áreas, pois, conforme Diegues (1996), elas possuem um conhecimento empírico do funcionamento do ambiente onde vivem e manejam, daí a importância de manter e valorizar a identidade desses povos, reconhecendo os seus direitos enquanto cidadãos dentro desses espaços, porque conhecem as particularidades do ecossistema regional. Vale destacar que o desconhecimento inicial em relação ao processo de criação da Flona de Humaitá foi apontando por todos os vinte entrevistados, pela gestora e também pela liderança indígena Jiahuí.

Dessa forma, é relevante o entendimento da dinâmica entre as relações entre homem e natureza dentro desses espaços instituídos pelo Estado, pois as populações tradicionais residentes nesses locais possuem formas próprias de ocupar e usar esses territórios como condição para sua reprodução social, econômica e cultural sem causar grandes danos ao meio ambiente, além de necessitarem de apoio para a viabilização do manejo de maneira múltipla e sustentável como estabelece a legislação.

Dada importância das florestas como subsídio de conservação e manutenção das diferentes espécies florestais, biológicas e do seu potencial econômico, essa categoria de

UC é extremamente importante, porque, de acordo com Medeiros e Young (2011), elas apresentam um enorme potencial para exploração. Todavia vem sendo explorada de ilegal e inadequadamente.

Segundo dados coletados em campo, essa afirmação feita por Medeiro e Young (2011) pode ser observada na Flona de Humaitá, uma vez que é permitida a exploração dos recursos dentro dessa categoria de UC. No entanto, essa exploração só pode ser realizada mediante o que prevê seu Plano de Manejo<sup>18</sup>. Como até a data da pesquisa a Unidade não possuía seu Plano de Manejo, é presumível que algumas atividades estariam sendo realizadas de forma ilegal.

Nesse contexto que remete à falta de Plano de Manejo, Castellanet et. al., (2013) afirmam que a falta desse documento na Flona de Humaitá pode ocasionar o impedimento de diversas atividades produtivas em escala comercial, por exemplo, a exploração de madeira, de açaí, de castanha, de peixe etc. Essa insatisfação é evidenciada por alguns entrevistados e, através do relato abaixo, essa afirmação pode ser averiguada:

Eu sou morador mesmo e tenho 46 anos que vivo lá dentro. Quando foi criada a Reserva Nacional eu já vivia lá dentro, mas agora mudou muito agora que virou reserva, porque os próprios moradores foram prejudicados de lá por causa do ICMBio. Porque tem um plano de manejo um plano de uso que era para ser feito faz 15 anos atrás e nunca apareceu isso aí. Nós não temos nenhum recurso lá dentro, nós não podemos fazer nada lá dentro, entendeu? Nada. Então, os próprios moradores foram prejudicados. A Flona Nacional como ela é sustentável ninguém pode se sustentar de lá, né, não existe ninguém que se sustente de lá. Eu trabalho no garimpo para poder sobreviver, porque não tem outra fonte de renda para a gente sobreviver, tem que trabalhar no garimpo. O Plano de Manejo que dentro da Flona tem que ter nunca existiu esses anos todinhos (ENTREVISTADO 19, 2015).

O trecho do relato acima indica que eles se sentem prejudicados em relação ao uso dos recursos naturais da área devido à ausência do Plano de Manejo da unidade, já que são mais de 18 anos desde a sua criação e a Unidade ainda não possui esse documento, e, conforme a percepção desses entrevistados, isso tem comprometido o cotidiano dessas famílias, pois, como não existe o documento que regulamente o uso

---

<sup>18</sup> “É um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da Unidade (SNUC, 2011, p. 6)”. E é definido pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Conservação – SNUC.

dos recursos naturais em função dos objetivos gerais de criação da Unidade, as populações que dependem dessa área têm suas atividades restringidas e optam por executar atividades que vão lhe gerar uma renda maior mesmo sendo ilegais.

Por sua vez, a ausência do Plano de Manejo não é uma particularidade da Flona estudada e, sim, de muitas outras UCs existentes no país, como apontado por Veríssimo et. al., (2011), em que mais de 70% das Unidades de Conservação da Amazônia Legal não possuem Plano de Manejo ou ainda não foram finalizados.

Cabe destacar que, segundo o ICMBio (2016), é na Região Amazônica onde está concentrado o maior número de Unidades de Conservação de Uso Sustentável; nesse sentido, Dutra e Farias (2009) apontam a importância da elaboração do Plano de Manejo nas UCs da Amazônia, objetivando um retorno econômico para as populações tradicionais locais, ou seja, a utilização de métodos de conservação sustentáveis para que se possa manejar a madeira, o açaí, a castanha, os peixes, as essências florestais e etc., pois sem esse plano tudo fica inviabilizado e não se possui alternativas necessárias embasadas legalmente para o uso do espaço.

De acordo com o Art. 15º do Decreto 4.340, de 22 de agosto de 2002, após a criação de uma Unidade de Conservação, se esta não possuir o Plano de Manejo, faz-se necessária a criação de um documento que regule as ações para execução de atividades de proteção e fiscalização desta área. Assim, como forma de suprir a ausência do Plano de Manejo na Flona de Humaitá, fez-se necessária a criação de um Acordo de Gestão entre as comunidades que fazem uso dos recursos naturais da área e o órgão gestor da Unidade (ICMBio), buscando substituir de forma interina esse documento.

Esse Acordo de Gestão ou Plano de uso consiste em um instrumento de gestão no qual são estabelecidas normas para utilização dos espaços e dos recursos naturais de uso coletivo de uma UCs, respeitando a legislação ambiental em vigência. Esse acordo, depois de discutido e aprovado em assembleia, é encaminhado ao ICMBio e em seguida publicado no Diário Oficial da União.

Segundo a gestora, o Acordo de Gestão da Flona de Humaitá foi construído por moradores das comunidades em parceria com o ICMBio, sendo as regras deles sugeridas em conformidade com as especificidades de cada comunidade. Esse acordo foi aprovado por meio da Portaria de nº 207, de 10 de Junho de 2013, publicado no Diário Oficial da União em 17 de junho do mesmo ano; foi formulado com um prazo de validade de dois anos, com início na data da sua criação. Tal medida foi tomada,

principalmente, para definir o perfil dos beneficiários<sup>19</sup> da Flona e elencar algumas regras para a utilização dos recursos naturais desse território, já que, até então, não havia nenhum documento que assegurasse legalmente a forma de manejo dessa Unidade. Ademais, nesse documento foram acordadas regras de conduta para as famílias que utilizam os recursos naturais, por exemplo: uma casa por família; se o morador desejar sair da Flona, só terá direito ao regresso uma única vez e com a autorização do órgão gestor da Unidade; não será permitido o ingresso de pessoas que não tenham quaisquer relações ou vínculo de ancestralidade com aquele território antes da sua criação; além da forma de manejo dos lagos e rios e da comercialização do pescado (BRASIL, 2013).

Como a pesquisa de campo culminou-se no ano de 2015, ano que esse acordo completaria os dois anos de vigência, a gestora reiterou na sua entrevista que a principal pauta da reunião do Conselho Consultivo da Flona – que aconteceria na primeira quinzena de dezembro – teria a intenção de analisar e avaliar esse acordo, porque, ao ser criado, seu vigor seria apenas de dois anos e passível a mudanças nas normas estabelecidas. Conforme relatado pela gestora, a elaboração do Plano de Manejo da Unidade tem sido um dos principais desafios e gargalos a ser resolvido, entretanto pressupõe-se que esse problema esteja próximo de ser resolvido, uma vez que já foi realizado o levantamento do meio físico e biótico da Unidade e agora só falta apenas a conclusão do levantamento socioeconômico, o que demanda considerável aporte de recursos financeiros.

Contudo, enquanto a Unidade não se consolida por meio da efetivação de seu Plano de Manejo, algumas situações que dizem respeito à vida das populações tradicionais locais seguem indefinidas, gerando insegurança para eles.

De acordo com Art. 17 parágrafo 2º do SNUC (2006), nas Flonas só é “admitida a permanência de populações tradicionais que habitam quando de sua criação, em conformidade com o disposto em regulamento e no Plano de Manejo” (p.17). Assim, segundo a realidade narrada pelos entrevistados, eles já se encontravam ali anteriormente à criação da Flona, e esse evento trouxe mudanças em suas vidas, visto que regras e condutas no que se refere ao uso dos recursos passam a ser estabelecidas.

---

<sup>19</sup> Segundo o Acordo de Gestão da Flona, são considerados beneficiários “os moradores e os usuários permanentes e seus descendentes que, desde 1998, possuem benfeitorias, desenvolvem atividades geradoras de renda e usufruem historicamente da área comunitária da Flona”.

Essas mudanças influenciam no modo como eles irão utilizar os recursos naturais, provocando, portanto, insatisfação nessas famílias.

### **3.2. Floresta Nacional de Humaitá: Percepção das famílias quanto a sua criação.**

Como observado ao longo dessa dissertação, para a criação de uma UC de Uso Sustentável, existem muitos desafios a serem superados para que a permanência e a sobrevivência das populações tradicionais sejam levadas em consideração, afinal, a interferência do Estado sem consulta local para a criação de uma UC, como foi o caso da Flona de Humaitá, pode contribuir para impactar alguns aspectos sociais e econômicos na vida dessas populações.

Nesse contexto, Diegues et. al., (2000) aponta que, apesar da criação dessas unidades terem por objetivos resguardar as populações tradicionais, o que acontece, em certa medida, é a restrição e a impossibilidade dessas comunidades executarem determinadas atividades econômicas que passam a ser restritiva em decorrência das regras instituídas. O relato do entrevistado abaixo problematiza de forma contundente as reflexões realizadas por Diegues (2000).

As mudanças foram para pior, porque pior que eu digo como eu lhe falei logo agora, você trabalhava, podia abrir tanto de mata que fosse, tanto na capoeira, capoeira que nós chamamos é uma mata que foi aberta e com 2 a 3 anos pode reabrir de novo, a mata virgem é a Floresta mesmo. Então, antes para você fazer roçados não tinha que estar se preocupando de fazer documento, de procurar o órgão gestor. “Oh Fulano to querendo fazer uma roça aqui”. Eu tenho até na pescaria hoje, até mesmo para consumo a gente tem uma regra, para vender, então, tudo que você tem vamos dizer se você for mesmo entrar na onda da Lei, tem que ser assim. As coisas mudaram desse jeito, antes você fazia as coisas despreocupados não tinha essa coisa de você até mesmo sobre recurso, você ir na cidade, o pessoal ter que vir olhar se é preciso você desmatar ou não, então quer dizer, as coisas mudaram e hoje tá desse jeito. O que melhorou foi só assim, por exemplo, se a gente ver uma pessoa estranha que esteja caçando, a gente denuncia, mas é difícil fazer isso, porque geralmente são pessoas conhecidas da gente. Com essa situação da Flona, melhorou muito, porque as pessoas respeitam muito mais para entrar lá. (ENTREVISTADO 17, 2015).

No geral, os entrevistados apontaram a criação da Flona como elemento catalisador de mudanças nos seus modos de vida, tanto em caráter positivo quanto negativo, mas muito mais as mudanças negativas. Essa percepção nula de que os participantes da pesquisa possuem está associada principalmente ao conjunto de regras criadas, pois atividades como o uso dos recursos florestais madeireiros, a abertura de roça, a caça, a pesca, a criação de pequenos animais e até mesmo a construção de casas para um membro da família que casou, deve se enquadrar na legislação estabelecida.

Nesse sentido, atos que até então eram considerados comuns e estavam inclusos dentro das formas mais triviais de vida que esses povos estavam acostumados a viver passam a serem modificados.

No caso da Flona de Humaitá, devido à própria falta de conhecimento do funcionamento da Unidade, os entrevistados percebem, sobretudo, apenas pontos negativos da sua criação, desconsiderando alguns benefícios trazidos. Entretanto, cabe ressaltar que esse cenário negativo apontando por eles refere-se às ações incipientes dos órgãos gestores e à falta de apoio a atividades econômicas sustentáveis, como está estabelecido no Art. 3 do Decreto de criação da Flona.

Diante desse contexto, a gestora da Flona relatou que essa percepção negativa referente à criação da Flona possivelmente está relacionada ao fato dessas famílias não terem sido consultadas durante o processo de sua criação e também à restrição de fazer uso, por exemplo, dos recursos florestais madeireiros, além da não visão de uma perspectiva futura da Unidade como um fator substancial de desenvolvimento econômico para região. Não obstante, a gestora reconhece que a Flona futuramente pode vim cumprir um dos seus principais objetivos de criação que é o uso múltiplo dos recursos florestais, tornando, assim, o Sul do Amazonas um polo de desenvolvimento para produção vegetal sustentada, gerando renda para as populações tradicionais locais e para o município de Humaitá.

Buscando contribuir nesse debate, o Quadro 3 procura trazer uma síntese das mudanças ocasionadas na vida das famílias locais com a criação da Flona de Humaitá.

**Quadro 3 - Principais mudanças ocorridas na vida das famílias que compõem as comunidades da Floresta Nacional de Humaitá.**

ATIVIDADES	ANTES DA CRIAÇÃO DA FLONA	DEPOIS DA CRIAÇÃO DA FLONA
PESCA	<p>*A atividade pesqueira era realizada sem nenhum tipo de restrição, podendo ser utilizado qualquer instrumento para captura dos peixes.</p> <p>*Em qualquer lago poderia pescar.</p>	<p>*Somente os beneficiários poderão pescar comercialmente na área da Flona;</p> <p>*no período de cheia do rio Madeira e seus afluentes, a partir do 15 de Março até 15 de Julho, poderá ser comercializado até 200 kg/família/semana;</p> <p>*as comunidades Palha Preta, do Maicí Mirim e o Povo Indígena Jiahuí, que não preveem a realização de pesca comercial;</p> <p>*São proibidos batção e pesca de mergulho;</p> <p>*alguns lagos são restritos para essa atividade.</p>
AGRICULTURA E CRIAÇÃO ANIMAL	<p>*As duas atividades não possuíam nenhum tipo de restrição para sua execução.</p>	<p>*Só são permitidos 3 hectares por família para atividade de agricultura;</p> <p>*solicitações de áreas maiores deverão ser devidamente justificadas;</p> <p>*será permitido aos beneficiários o uso de mecanização nas áreas agricultáveis de uso da comunidade com autorização do ICMBio;</p> <p>*proibida a aplicação de agrotóxicos sintéticos;</p> <p>*Serão permitidas a criação de abelhas e a venda do mel e própolis, porém não será permitida a venda de matrizes, no caso da meliponicultura;</p> <p>*é permitida a criação de pequenos animais, desde que em cercados;</p>
EXTRATIVISMO VEGETAL e MINERAL	<p>*Extrativismo Florestal.</p>	<p>*Realizado somente pelos beneficiários da Flona;</p> <p>*o transporte e a comercialização da madeira e seus subprodutos só serão permitidos nos casos em que a atividade é realizada de maneira artesanal e que tradicionalmente é realizada comercialmente;</p> <p>*é proibido o abate das espécies de extração e alimento;</p> <p>*a produção e comercialização de mudas assim como a coleta e comercialização de sementes sempre serão permitidas mediante à associação e ciência do ICMBio;</p>
	<p>*Garimpavam dentro da área da Flona.</p>	<p>*Proibida a atividade de extrativismo mineral dentro dos limites da UC e no seu entorno.</p>
ORGANIZAÇÃO SOCIAL	<p>*Não havia nenhuma organização comunitária dos moradores e usuários.</p>	<p>*Os moradores e usuários estão formalmente organizados através de quatro associações comunitárias, são elas: Associação Maicí-Mirim - AMARIM, Associação dos Moradores das Barreiras do Tambaqui - AMBATAM, Associação dos Moradores de Barro Vermelho - AMORBARV, Associação dos Moradores do Paraná do Buiuçú – AMPAB;</p>

		*as associações de moradores do interior da Flona só serão reconhecidas como representativas junto ao ICMBio, nos assuntos que influenciem a gestão da UC, quando contarem com, no mínimo, 70% de seus associados como beneficiários da unidade.
POLÍTICAS PÚBLICAS	*Não acessavam nenhuma política públicas.	*Atualmente acessam algumas políticas públicas, dentre elas a aposentadoria, Seguro Defesa, Bolsa Família, Bolsa Verde, Agente Jovem e PETI.
MORADIA	*Permitida a entrada de novos moradores sem autorização prévia do órgão gestor da Flona para construção de novas residências.	*Não é permitida a entrada de novos moradores que não tenham relação com a UC antes do ano de 1998; *para o ingresso de novos moradores, deve haver assembleia da associação, na qual a maioria irá deliberar acerca da entrada deste, dependendo de sua ancestralidade e relação com a UC; *posteriormente deverá consultar o ICMBio.
FONTES DE RENDA	*Extração de Madeira; pesca; extrativismo vegetal; garimpo e agricultura.	*Agricultura é realizada principalmente para autoconsumo, todavia ainda existem aqueles se sustentam apenas dessa atividade; *pesca para comercialização somente para os beneficiários da Flona; *extrativismo do açaí, castanha, tucumã e piquiá; *garimpo, apesar de ilegal muito realizam a atividade; *outras atividades como: funcionários públicos, comerciantes, artesões, autônomos; *benefícios de transferência de renda.
EDUCAÇÃO	*Algumas comunidades possuíam escola, porém não tinham professores.	*Foram construídas novas escolas; *professores foram contratados.
SAÚDE	*Não havia agente comunitário de saúde; *as pessoas utilizavam basicamente a medicina alternativa; *em casos graves buscava-se atendimento na sede de Humaitá	*As comunidades possuem agente comunitário de saúde; *ainda utilizam bastante a medicina alternativa; *quando as pessoas necessitam de atendimento médico e odontológico, têm que se deslocar até a sede do município de Humaitá.

**Fonte:** Elaborado pela autora com base no Acordo de Gestão (2013) e na entrevista com os moradores e usuários.

De forma geral, as informações contidas no Quadro 3 permitem agrupar as mudanças ocorridas na vida das populações tradicionais que utilizam a área da Flona de Humaitá em três categorias, são elas: mudanças relacionadas ao uso comum dos recursos naturais (pesca, agricultura e criação animal, extrativismo vegetal e extrativismo mineral (garimpo)), organização social e políticas públicas.

No que se refere ao uso dos recursos naturais, nota-se que a criação da Flona estabeleceu restrição total àquelas pessoas que não fazem parte da UC (não são usuários nem moradores) e trouxe algumas regras de uso para seu público beneficiário dentro da filosofia do manejo comunitário de recursos naturais normatizados pela legislação.

Em relação ao quesito organização social, a criação da Floresta Nacional de Humaitá estimulou as famílias a buscarem meios formais de organização social, inclusive, foram motivados a isso, na esperança de serem beneficiados por políticas públicas governamentais, como o Bolsa Verde.

Sobre o Bolsa Verde, ele se constitui como um programa de transferência de renda instituído no ano de 2011 pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro, com a intenção de incentivar as populações extrativistas, indígenas, ribeirinhas, quilombolas e agricultores familiares e demais populações tradicionais à conservação do meio ambiente e à utilização sustentável dos recursos naturais em áreas de Flonas, Resex, RDS e Assentamentos com viés ambientalmente diferenciados, como os Projetos de Assentamentos Agroextrativistas. Esse benefício é uma forma de compensação a essas populações pelo apoio aos serviços ambientais prestados. O valor desse benefício em junho de 2016 era de R\$ 300,00, concedido trimestralmente às famílias consideradas prioritárias, isto é, aquelas que se encontram em situação de extrema pobreza (MMA, 2016).

No que tange as políticas públicas, fica claro que a criação da Unidade representou um ganho para as famílias beneficiárias no tocante a direitos sociais básicos garantidos pela Constituição Federal como o acesso gratuito a serviços de educação, saúde e políticas de transferência de renda, entretanto isso não significou que esses serviços estejam sendo oferecidos de forma satisfatória, como será visto no capítulo quatro desse trabalho.

Assim, diante do exposto no quadro 3, é possível afirmar que a criação da Flona de Humaitá provocou mudanças na vida das famílias que fazem uso desse território, tanto no que diz respeito a aspectos positivos quanto a negativos.

Segundo Diegues (1996), no caso das unidades de Uso Sustentável em que é permitida a permanência de pessoas, essas limitações de uso dos recursos naturais, de acordo com critérios previstos na legislação, tendem a gerar alguns problemas de ordem política, econômica e social, porque o ideal é a conservação desses espaços de maneira conjunta com o conhecimento cultural das populações tradicionais, uma vez que o conhecimento das particularidades do ecossistema regional e onde vivem deve ser levado em consideração, como uma maneira de valorização sua identidade e de reconhecimento dos seus direitos enquanto cidadãos – fundamentais dentro desses espaços.

No cenário estudado, foi possível perceber a realidade que Diegues (1996) aponta. O trecho de uma das entrevistas, abaixo citado, traz à tona essa realidade:

Já chegaram dizendo que o governo tinha criado uma reserva, aí foram dizer quais eram os limites e aí foi um susto que o pessoal teve aqui na comunidade. Na época, a gente estranhou muito, porque era uma coisa que você fazia e depois você não pode mais fazer, muitas pessoas da comunidade foram pegos, multados com essa situação, porque não sabia da situação. Porque antes você trabalhava e não tinha preocupação. Vou dizer estou com quase 40 anos agora em dezembro e, ó para você ver, nós nunca desmatemos isso aqui para criar tantos danos, então quer dizer, que a gente viu o pessoal do governo guarnecer, mas a gente se chama de os verdadeiros guardiões da Floresta. E o que eles dão é um bolsa verde em 3 em 3 meses, 300 reais, agora me diga um pai de família hoje faz o que com 300 reais de 3 em 3 meses? Fizemos reuniões junto com o órgão do ICMBio questionando, questionando não, pedindo para explicar, porque se era uma reserva, tinha que dar uma solução, porque o povo ali de dentro estava acostumado a fazer os seus trabalhos e de repente do nada muda, como que resolve a situação do povo que mora aqui dentro (ENTREVISTADO 13, 2015).

O trecho da entrevista citado ilustra que as novas regras estabelecidas em decorrência da criação da Flona de Humaitá têm gerado problemas de caráter social, cultural e econômico para essa população. Para além dessas questões, conflitos também podem ser gerados ou potencializados em virtude desse cenário de insatisfação e mudanças nos modos de vida dessas famílias. Nesse sentido, Oliveira (2014) afirma que uma das alternativas para resolver esse tipo de problema é buscar conciliar medidas socioambientais agregadas à preservação cultural dessas populações locais. Dessa maneira, o que pode ser constatado na pesquisa de campo é que a Flona tem cumprido parcialmente seu objetivo, já que as ações voltadas para a utilização desse espaço estão ligadas basicamente à preservação e conservação dos recursos naturais e ao uso dos produtos para o autoconsumo.

Por sua vez, a criação de Unidades de Conservação no Sul do Amazonas, segundo Dutra e Faria (2009), tem se configurado como principal mecanismo para o impedimento de algumas práticas predatórias na região, como desmatamento, expansão agrícola, pecuária, exploração mineral (garimpo) e também pesca predatória. Corroborando com a afirmativa dos autores, notou-se, por meio das falas de alguns entrevistados, que eles veem a criação da Flona como uma barreira, especialmente, em função da exploração do garimpo e da madeira, ou seja, a criação da Unidade tem atuado como instrumento para evitar essas práticas denominadas ilegais na região.

Mesmo com tantas dificuldades enfrentadas por essas populações, são poucos aqueles que abandonam e vão embora, afinal o sentimento de pertencimento e apego ao local onde vivem é muito forte. Isso pode ser constatado na Flona de Humaitá, que, apesar de muitos afirmarem perceber apenas impactos negativos com a sua criação, nenhum dos entrevistados demonstrou interesse em deixar o local. O relato do entrevistado abaixo ilustra essa questão.

Com todas as dificuldades eu pretendo ficar lá porque eu gosto da terra mesmo, né, foi aonde eu conheci minha mulher me casei lá e tal e passei a gostar muito do terreno, lá é bom. É uma delícia lá e eu não quero sair de lá (ENTREVISTADO 16, 2015).

A fala do entrevistado acima traz reflexões que ajudam a entender que, embora cada categoria de UC de Uso Sustentável tenha suas especificidades e objetivos próprios, é preciso levar em conta as aspirações e particularidades das populações que vivem desses territórios. Para que, assim, a equação entre Estado, unidades e populações possa ser menos conflituosa. A partir dessa perspectiva, a seção seguinte discutirá a importância da participação social dentro desses espaços, bem como apontará como vem sendo realizada a gestão da unidade e como os principais desafios são enfrentados pelo órgão gestor para gerir esse território.

### **3.3. Participação Social e Gestão da Floresta Nacional de Humaitá**

A participação social na sociedade brasileira configura-se como uma recente conquista, considerando que o País experimentou um extenso processo de regime autoritário que foi a Ditadura Militar (1964-1985), período no qual não havia liberdade de participação e expressão dos sujeitos sociais na esfera pública (CICONELLO, 2008). Assim, a participação social aqui será entendida sob a perspectiva de Rocha (2008), aquela que envolve a participação da sociedade em espaços públicos de interlocução

com o Estado. Essa forma de participação começa a ganhar espaço, sobretudo, a partir do período de redemocratização do país, o qual se inicia principalmente no final da década de 1970 e início de 1980, fazendo emergir novos atores sociais, protagonistas, sujeitos coletivos e políticos, através em especial dos movimentos sociais<sup>20</sup> (GOHN, 2011).

Segundo Silva e Schneider (2009), esse cenário de redemocratização brasileira dá margem aos debates sobre a participação social e ligam-se às discussões sobre os movimentos sociais, os quais emergem como mecanismo para questionar alguns interesses sociais e as formas de reprodução autoritárias e de dominação política no Brasil. Os autores afirmam que caberia a criação de mecanismos e instrumentos institucionais capazes de possibilitar modos de expressão e de representação de interesses sociais que eram tidos como invisíveis até então nos espaços políticos do País.

A promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988 contribui para fortalecer a atuação e mobilização social, uma vez que a CF representa uma importante instância que favorece a inserção dos atores sociais no cenário de participação. De acordo com Rocha (2008), o Brasil é um Estado Democrático de Direito que tem dentre seus fundamentos a cidadania, atribuindo relevância à participação da sociedade na vida do Estado, por instituição de vários dispositivos nas esferas públicas de âmbitos federal e local.

Para Ciconello (2008), um dos elementos fundamentais para a democracia e a política é a participação dos indivíduos nos espaços públicos, pois torna-se importante a discussão e deliberação de decisões que dizem respeito às suas vidas e às demandas coletivas.

No que tange à democracia participativa, a Constituição Federal estabelece os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, compreendendo as instâncias municipal, estadual e federal, visando incluir a representação do Estado e da sociedade civil, indicando que as gestões das políticas em determinadas áreas como seguridade social,

---

<sup>20</sup> Os movimentos sociais representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais (GOHN, 2011).

educação e direitos da criança e do adolescente devem ter caráter democrático e descentralizado (ROCHA, 2008).

Segundo Sumiya e Campos (2004), a criação dos Conselhos é um dos mecanismos institucionais utilizados para ampliar as oportunidades de participação política da sociedade, apresentando-se como instrumento de democracia representativa por envolver em sua composição representação de instituições e vários segmentos da sociedade.

No caso das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, a criação dos conselhos age como instrumento potencializador da democracia participativa, na intenção de gerir esses espaços com a participação do povo. Esses Conselhos recebem o nome de Conselhos Gestores, que têm como primazia a construção de um espaço de discussão e de colaboração no gerenciamento da gestão das unidades. Eles possuem dupla denotação, podendo ser consultivo ou deliberativo. No entanto, geralmente os conselhos das UCs são consultivos, que é o caso das Flonas, porém, nas Reservas Extrativistas e nas Reservas de Desenvolvimento Sustentável, o conselho é deliberativo (BRASIL, 2015).

A composição desses conselhos prevê a representação de diversos atores que mantêm uma relação direta com a unidade. Na maioria dos casos, esse conselho é formado por representantes de órgãos públicos (de áreas ambientais e de áreas afins), de representantes de grupos do setor privado (associação comercial, empresarial, etc.), de Organizações não Governamentais que tenham atuação na região da Unidade, além da população quem mantém vínculos diretos com o território (BRASIL, 2015).

Ressalta-se que, quando a Flona de Humaitá foi criada, a sua gestão era de competência do IBAMA; com a criação do ICMBio em 28 de agosto de 2007<sup>21</sup>, o IBAMA deixa de assumir essa função, passando a ser executada pelo novo órgão.

---

<sup>21</sup> É a Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007 que cria o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. É uma autarquia federal e está vinculado ao Ministério do Meio Ambiente. É uma instituição com o objetivo de realizar algumas ações da política nacional de unidades de conservação, ligadas à esfera federal no que se refere à implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União; de executar políticas referentes ao uso sustentável dos recursos naturais e apoio as populações tradicionais e ao extrativismo em UC de uso sustentável; de estimular programas de pesquisa com ênfase na preservação, conservação e proteção da biodiversidade além da promoção da educação ambiental; de poder agir como polícia ambiental para proteger as UC instituídas pela União; de trabalhar conjuntamente a outras entidades para promover, executar e articular programas ligados ao ecoturismo e às outras atividades permitidas nas UCs.

A sede do escritório do órgão gestor da Flona de Humaitá localiza-se no município de Humaitá e atualmente conta apenas com uma servidora que exerce a função de gestora, todavia é importante frisar que esta servidora não faz parte do quadro efetivo do ICMBio, atuando como cargo de confiança. Essa relação trabalhista mostra uma fragilidade para a própria servidora e a gestão da unidade. Uma vez que se trata de um cargo de confiança, a qualquer momento ela pode ser dispensada, o que pode impactar o andamento de trabalho na Flona. Isso sem mencionar a sobrecarga de trabalho que ocorre no fato da Unidade possuir apenas essa servidora como funcionária para conduzir todos os trabalhos.

Porém, além dessa servidora, constatou-se que o escritório tem o apoio de um estagiário que não é remunerado. Esse cenário encontrado no gerenciamento da Flona mostra uma situação precária em relação ao corpo técnico da unidade. Sobre essa questão, o relato abaixo nos ajuda a entender essa situação:

Na Flona é “eu equipe” mesmo, tem um voluntário que é o X e a gente trabalha aqui como NGI – Núcleo de Gestão Integrada, por exemplo, quando eu preciso de um fiscal o meu colega aqui da outra unidade vai fiscalizar pra mim, quando eu preciso de um motorista um colega daqui do lado vai dirigir pra gente, ele precisa do material que eu tenho aí empresto pra ele, então a gente trabalha todo mundo junto, cada um na sua unidade, mas a gente precisando um do outro a gente se ajuda aqui, né (ENTREVISTA GESTORA, 2015).

Essa realidade do escritório local, com certeza, permite ter uma ideia de como o olhar sobre a Flona de Humaitá ainda é frágil por parte do Estado brasileiro. É importante salientar que, para além desse trabalho de gerir, fiscalizar e autuar infratores, a gestora é responsável por presidir o Conselho Gestor, prerrogativa essa estabelecida na normativa instituída pelo SNUC (2000), ou seja, após a criação de uma Flona, faz-se necessário criação de um Conselho Gestor para gerir a unidade.

No que concerne à constituição do Conselho Gestor da Flona de Humaitá, este ocorreu muito tempo depois da sua criação. Somente em 14 de dezembro de 2007 é que foi realizada a primeira reunião para a formação desse conselho. Esse encontro aconteceu na sede do município de Humaitá. A morosidade do Estado em constituir o conselho e a própria desarticulação das famílias da Flona para se organizarem acarretam sérios prejuízos para a própria unidade. Entre estes, é possível citar a própria discussão de como os recursos da unidade podem ser geridos ou utilizados, a falta de uma política para o uso e manejos dos recursos, entre outros. A Tabela 3 traz alguns fatos que

auxiliam no entendimento desse processo de sensibilização e mobilização social nas comunidades da Flona para, no final, criar o Conselho Gestor da unidade.

**Tabela 3 - Atividades realizadas para criação do Conselho Consultivo da Flona Humaitá.**

DATA	LOCAL	ATIVIDADE
14/12/2007	Humaitá	I Reunião de formação para o Conselho Consultivo
21/02/2008	Comunidade Paraisinho	Oficina de Formação para o Conselho Consultivo
22/02/2008	Comunidade Paraná do Buiuçú	Oficina de Formação para o Conselho Consultivo
14/03/2008	Comunidade Barreira do Tabaqui	Oficina de Formação para o Conselho Consultivo
14/03/2008	Comunidade Mirarí	Oficina de Formação para o Conselho Consultivo
15/03/2008	Comunidade Flechal	Oficina de Formação para o Conselho Consultivo
16/03/2008	Comunidade Maicí	Oficina de Formação para o Conselho Consultivo
25 a 28/06/2008	Porto Velho – RO	Visitas a instituições pública e privada
12/09/2008	Comunidade Maicizinho	Oficina de Formação para o Conselho Consultivo
20/10/2008	Distrito de Calama – RO	Oficina de Formação para o Conselho Consultivo
12/06/2009	Humaitá	Oficina de Formação para o Conselho Consultivo
17/12/2009	Não informado	Capacitação aos conselheiros das associações

**Fonte:** Elaborado pela autora, documentação obtida em campo, 2015.

Notaram-se, a partir da Tabela 3, as realizações de diversas oficinas em algumas comunidades da Flona e nas demais que possuem ligação com a mesma (localizadas no entorno). Essas oficinas almejavam mobilizar as comunidades para a formação do conselho; dentre as sete comunidades que o integram, apenas duas foram contempladas. A documentação analisada, no entanto, não possuía informações suficientes que permitissem identificar o porquê as demais comunidades que ficam dentro do perímetro da Flona não foram contempladas com as oficinas.

Após esse longo processo de sensibilização social para mostrar a importância de a Flona possuir um conselho, finalmente, em 17 de junho de 2010, ele foi criado, através da Portaria de nº 47/10, e publicado no Diário Oficial da União no dia 18 de junho de 2010 sob o nº 115 seção 1 página 111. Assim sendo, sua composição engloba vários segmentos sociais e o Poder Público, tais como representantes de órgãos governamentais (instituições públicas federais e do governo estadual e municipal), sociedade civil organizada (precisam estar habilitados segundo a portaria de criação desse regimento). Sua composição é a seguinte: (Tabela 4).

**Tabela 4 - Composição do Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Humaitá.**

<b>REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>	
<b>COMPOSIÇÃO</b>	<b>CATEGORIA</b>
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio.	Órgão Governamental – federal
Unidade Avançada de Humaitá da Superintendência Regional do INCRA no Amazonas-SR (15)/AM.	Órgão Governamental – federal
Serviço Florestal Brasileiro - SFB, Unidade Regional Purus Madeira.	Órgão Governamental – federal
Campus do Polo Vale do Rio Madeira da Universidade Federal do Amazonas – UFAM	Órgão Governamental – federal
Coordenação Regional do Madeira da Fundação Nacional do Índio - FUNAI/AM.	Órgão Governamental – federal
Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas - IDAM, Unidade Local de Humaitá.	Órgão Governamental – estadual
4ª Companhia Independente da Polícia Militar de Humaitá, Amazonas.	Órgão Governamental – estadual
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Humaitá/AM.	Órgão Governamental – municipal
<b>REPRESTAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL</b>	
Associação do Povo Indígena Jiahuí – APIJ.	Associação
Organização do Povo Indígena Parintintin do Amazonas – OPIPAM.	Organização Social
Associação dos Agricultores do Paraisinho – AAP.	Associação
Associação dos Produtores de Calama e Maicí –	Associação

APROCAM.	
Associação dos Produtores da Comunidade do Paraíso Grande – APROPAG.	Associação
Associação dos Moradores de Barro Vermelho – AMORBARV.	Associação
Associação dos Moradores do Paraná do Buiú – AMPAB	Associação
Associação dos Moradores do Maicé-Mirim – AMARIM.	Associação
Associação dos Moradores da Barreira dos Tambaqui – AMBATAM.	Associação
Cooperativa Mineral e Agropecuária de Humaitá – COOPMAH.	Cooperativa
Diocese de Humaitá	Instituição Religiosa
Instituto Pacto Amazônico – IPA	ONG

**Fonte:** Elaborado pela autora, dados do Diário Oficial da União, 2012.

No que se refere ao mandato dos conselheiros, o Art. 3º da portaria ICMBio de nº 47, de 17 de junho de 2010, estabelece a duração de dois anos, podendo ser renovado pelo mesmo período. Essa atividade é de extrema importância para o interesse público e não possui nenhum tipo de remuneração.

A elaboração do regimento interno do Conselho Gestor da Flona ocorreu nos dias 30 e 31 de agosto de 2010, na sede do município de Humaitá. Após as deliberações ocorridas nessa reunião, o Conselho Consultivo da Flona Humaitá ficou definido como uma entidade que tem como objetivo ações direcionadas para orientações de atividades desenvolvidas na Flona ou em seu entorno e está situado junto ao ICMBio/Humaitá. Ainda segundo o mesmo regimento, o credenciamento e habilitação para fazer parte desse conselho estão regulamentados no Art. 17, inciso nº 1 desse documento, sendo necessários os seguintes critérios:

- a) Para os órgãos públicos: apresentar documento de sua criação, regimento interno e documento de nomeação do Titular para os municípios que abrangem a Flona Humaitá;
- b) Para as entidades não governamentais: apresentar ata de fundação da entidade, registro e ata de reunião de posse da diretoria e os objetivos da entidade compatíveis com as atividades da Flona de Humaitá; (BRASIL, s/p, 2010).

No entanto, para o credenciamento de qualquer entidade para compor o conselho, é necessária a aprovação deste em Assembleia Geral. E o presidente do Conselho Consultivo é o gestor da Floresta Nacional de Humaitá e também responsável por presidir as Assembleias Gerais. Os objetivos principais deste conselho estão assegurados no inciso 1º do Art. 1º do Decreto de nº 1.298/94, que são:

I – Contribuir para o aprimoramento de uma política florestal que possa garantir o desenvolvimento da sociedade e a conservação dos recursos naturais;

II – Promover a gestão e o planejamento da Flona Humaitá, de forma consultiva e propositiva, envolvendo os diversos grupos da sociedade e do poder público;

III – contribuir para a gestão participativa em outras Unidades de Conservação (DECRETO de nº 1.298/94, inciso 1º Art. 1º).

As reuniões do Conselho Consultivo da Flona são previstas para serem realizadas duas vezes ao ano, uma no início e a outra no final; contudo, se existir necessidade de reuniões extraordinárias, ela sempre deverá ser convocada pelo presidente do conselho ou por, no mínimo, 50% dos conselheiros.

Diante de toda essa exposição de como o conselho foi criado e como ele se compõe, a sua criação permitiu a constituição de um importante espaço para discussões, reflexões e tomada de decisões principalmente no que tange ao uso dos recursos da unidade. Entretanto, mesmo com a existência desse espaço, a Flona necessita que o Plano de Manejo seja criado, pois este é um importante instrumento de gestão, além de ser orientador de como os recursos deverão ser utilizados.

No debate da importância da criação dos Planos de Manejo como fundamental instrumento para o bom andamento do uso dos recursos naturais, Souza (2010) enfatiza que estes são essenciais para nortear e orientar a gestão da unidade, em especial no que se refere aos aspectos econômicos e ambientais, além do mais, esse documento “estabelece um zoneamento para a área, caracterizando o meio físico e identificando os usos e potencialidades de manejo dos recursos naturais, orientados pelo princípio do desenvolvimento sustentável” (SOUZA, 2010, p.77). Ademais, Castellanet et. al., (2013) aponta o Plano de Manejo como instrumento importante, no caso da Flonas, para solicitação de processos de concessões florestais, de licenciamento ambiental e de recebimento de benefícios sociais. Nesse sentido, o desafio de gestão de uma UCs sem

Plano de Manejo é grande, uma vez que a inexistência desse documento acarreta uma série de impedimentos e perdas para os que fazem uso desses espaços.

Outra situação observada na pesquisa de campo é a existência de relações conflituosas entre as famílias da Flona e o órgão gestor. Os principais deles identificados estão associados, sobretudo, à exploração mineral (garimpo) e à pesca. Esses conflitos são, principalmente, consequência das famílias em se recusar a respeitar a legislação ambiental vigente. Desse modo, como forma de inibir a prática ilegal dessas infrações, o órgão gestor atua fiscalizando e multando os infratores, eventos esses que têm causado insatisfação em algumas famílias, conforme aponta o relato a seguir:

O ICMBio não deixa a gente trabalhar, entendeu?! Por exemplo, não pode fazer uma roça porque tem um documento que diz você só pode derrubar 2 hectares, aí a gente tem que vim aqui pedir uma autorização se não a mulher vai lá encher o saco da gente. Ela quer tratar a gente tipo um escravo um filho, pior do que um filho porque o filho da gente a gente não pode humilhar ele. Se é para fazer um galinheiro, fazer uma roça em uma capoeira que a gente replantou e vai plantar tem que vim pedir licença, entendeu?! Isso aí acho que não pode acontecer (ENTREVISTADO 9, 2015).

Assim, os conflitos se associam especialmente à limitação que as regras criadas irão impor para a realização de determinadas atividades com as quais estavam acostumados.

O garimpo, por exemplo, é uma atividade praticada há séculos no Rio Madeira segundo Soares (2009), e para muitas famílias residentes em comunidades ribeirinhas representa boa parte da renda familiar, contudo atualmente essa é uma atividade ilegal nas proximidades da Flona, pois eles não possuem licença ambiental que é expedida pelo Instituto de Proteção ao Ambiente do Amazonas (IPAAM) e a permissão de Lavra Garimpeira outorgada pelo Departamento Nacional de Proteção Mineral (DNPM). O órgão gestor atua fiscalizando e multando os mesmos, e isso faz com que eles se revoltam, como pode ser observado no depoimento a seguir.

Eu trabalho no garimpo, porque a renda é melhor, mas já fui multado pelo ICMBio por causa disso, já fui chamado na Polícia Federal já fui chamado no juiz, eu estou recorrendo porque eu não tenho condições de pagar, pois a multa é de 100 mil reais. E eu conversei com eles e agora a gente continua sendo prejudicado porque a gestora de lá quer que nós retire a minha balsa de lá. E eu como morador de lá acho que eu não tenho direito de tirar (ENTREVISTA 6, 2015).

Cabe esclarecer que o garimpo é uma atividade que não pode ser executada dentro dos perímetros da Flona de Humaitá, estando previsto no item 46, capítulo 7 do

Acordo de Gestão da Unidade. A proibição dessa atividade é válida para todas as UCs do Brasil. A área de delimitação para extração aurífera também é um dos fatores que tem gerado conflito na Flona, pois foi relatado pela gestora que eles têm garimpado em áreas não permitidas, em alguns casos, ultrapassando o limite permitido de 200 m da margem do rio, isto é, dentro dos limites da Flona. No entanto, alguns entrevistados que desempenham essa atividade contrapõem essa afirmação e garantem garimpar somente no “meio” do Rio Madeira, estando, assim, longe da margem do rio, conforme a fala a seguir: “Não existe garimpo dentro da Flona, garimpo dentro da Flona não existe, existe no Rio Madeira, né, mas não é dentro da Flona” (Entrevistado 6, 2015). Todavia, cabe destacar que a questão da mineração não era foco dessa pesquisa e, portanto, não teríamos dados suficientes para afirmar onde realmente ocorreria essa atividade.

Mesmo com todas essas tensões existentes, a gestora afirma na sua entrevista que o ICMBio reconhece a prática como importante para o calendário econômico do município e da região, e, com o propósito de equacionar esse problema, o órgão gestor buscou realizar um acordo com a cooperativa dos garimpeiros da Flona para que eles pudessem exercer essa atividade em regime de economia familiar, em pequenas balsas, mas fora dos limites da unidade.

Embora o ICMBio reconheça a importância da atividade e tenha realizando um acordo com as famílias que realizam essa atividade, estas se encontram impossibilitadas de realizar tal tarefa por falta de documentos necessários para realização da atividade, documentos que não são de competência do ICMBio. Essa realidade também foi encontrada por Soares (2009), o qual salienta que a licença de operação para garimpagem não foi concedida para a cooperativa de garimpo de Humaitá em anos anteriores, porque, de acordo IPAAM (órgão que concede a licença ambiental) e o Departamento Nacional de Proteção Mineral (DNPM) (órgão que concede a permissão de lavra garimpeira – PLG), os mesmos vinham praticando a extração desse minério nas proximidades da Flona.

Esse contexto faz com que uma das principais atuações realizadas pelo órgão gestor seja a fiscalização desses espaços, principalmente junto àqueles que praticam a garimpagem. Essas ações geram multas e provocam reações de revolta nos garimpeiros, ocasionando tensões e conflitos entre o ICMBio e esses indivíduos. Essa problemática é percebida por meio do trecho da entrevista realizada com um usuário que trabalha com garimpo.

O ICMBio pelo que eu conheço não é fiscal do rio, do garimpo. Ele é da Flona e eles não fiscalizam a Flona eles fiscalizam o rio e os moradores, porque a senhora pode pegar e procurar ter um conhecimento aí, que só quem é prejudicado é os moradores. Nós só não temos a licença de lá que é a garimpeira, porque? Quem é o culpado? O ICMBio, porque é o ICMBio que é responsável. Eles podiam conversar com IPAAM e conseguir uma liberação para nós, que nós tínhamos entrado num acordo porque eles não liberaram para nós que somos morador, mas liberaram pra dragas de Porto Velho, entendeu? Então, ela quer preservar esse ouro para quem? Aí e os moradores não podem trabalhar e só eles podem trabalhar? (ENTREVISTADO 17, 2015).

Como dito anteriormente a atividade garimpeira é uma das que mais gera renda para algumas famílias. A sua exploração ocorre, principalmente, entre os meses de maio a outubro, período em que o rio se encontra com o nível de água mais baixo. É executada pelos homens (pais e filhos mais velhos), muitos possuem suas próprias balsas de garimpo (Figura. 3), entretanto, é possível encontrar aqueles que trabalham subordinados a patrões<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> Esse termo aqui é utilizado para designar os proprietários das balsas de garimpo.



**Figura 3 - Balsas de garimpo no Rio Madeira.**

Foto: GOMES, M.C. Pesquisa de campo, 2015.

Para corroborar a importância do garimpo para essas famílias, sobretudo, as que vivem nas comunidades da Barreira do Tambaqui, o relato do trecho da entrevista abaixo ajuda a entender essa importância.

Cada comunidade aqui senhora, por mais que seja dentro da Flona cada uma tem as suas tradições, eu tô falando da Barreira, você pode ir lá no Buiúçu e o pessoal falar de outra maneira, não são, lá eles podem trabalhar com outros tipos de recurso. Na Barreira mesmo 1 e 2, o recurso é de roça e garimpo, mas se eu for falar de recurso eu vou falar mais do garimpo, porque a maioria do pessoal da Barreira é garimpo, a roça é um meio de você não comprar, (se) planta para se manter. A principal fonte de renda vamos dizer assim, até hoje do povo aqui da reserva toda, é o garimpo eu acho que é, na minha concepção, eu também trabalho com roça, mas o principal do pessoal aqui e o meu é o garimpo, a senhora anda aqui vai tá só mulher aqui, os homens mesmo vão ta tudo no garimpo, porque é onde você arruma um dinheirinho a mais para você comprar alguma coisinha pra você ter na sua casa, porque hoje em dia o pobrezinho quer ter televisão quer beber água gelada, então é aonde você tem um recurso, onde você pode comprar umas coisinhas é através do garimpo. A roça ela não dá você entra na casa de um garimpeiro, você vê a diferença a diferença com o pessoal que trabalha na roça, quer dizer o recurso é maior a renda é maior (ENTREVISTADO 17, 2015).

O relato do entrevistado afirma que algumas famílias possuem a atividade do garimpo como principal fonte de renda na comunidade Barreira do Tambaqui por propiciar maior rentabilidade para elas, além de alegarem ser uma prática cultural da comunidade, mas, com a criação da Flona. As famílias passaram a ser mais fiscalizadas em relação a essa atividade.

Para a gestora, essa tensão seria algo pontual e acontece justamente com quem está envolvido com a prática do garimpo. E, portanto, pela perspectiva dela, os conflitos entre o órgão gestor e as famílias que utilizam os recursos da Flona seria algo incipiente. Já no que se refere à atividade garimpeira, ela acredita que o problema seria mais um desafio de gestão a ser realizado, pois é uma atividade que desprende muito tempo e faltam técnicos para trabalhar com mais ações educativas do que apenas com fiscalização. Ainda indagada sobre por que alguns entrevistados possuem essa imagem tão negativa em relação ao ICMBio, a gestora explica que talvez isso aconteça em razão de eles verem o órgão como elemento que pune através das multas aplicadas.

No entanto, apesar desse discurso conciliador, o trabalho de campo mostrou que essa situação referente ao garimpo é uma relação conflituosa entre as partes envolvidas, pois de um lado estão as famílias sentindo-se no direito de explorar esse recurso pelo fato de praticarem essa atividade anterior à criação da unidade, e do outro o ICMBio, buscando cumprir o seu papel enquanto órgão responsável por administrar, fiscalizar e fazer valer a lei.

Outra situação que remete a tensões entre gestão e famílias é a da atividade da pesca. A premissa é a mesma: a não aceitação por parte dos moradores e usuários das regras estabelecidas para manejo desse recurso. Segundo os entrevistados, o órgão gestor estaria aplicando multas com a justificativa que a arte de pesca praticada estaria fora do que seria permitido por lei. Para os entrevistados, essa forma de pescar já era praticada pelos seus ancestrais e essas mudanças e restrições para extração desse recurso os deixam revoltados. Essa afirmação é ilustrada abaixo no trecho de uma das entrevistas:

Uma parte de onde nós moramos é um igarapé de água boa, peixe no inverno passa mesmo, aí a gente cruza o igarapé de malhadeira. E eles já entraram lá já tiraram malhadeira, minha não porque como eu falei ainda agora, não sou teimoso, né, eu gosto de obedecer sempre, mas do meu cunhado e de outros lá já pegaram, já pintaram e bordaram lá dentro assim. O problema maior mesmo é como eu já falei, é a proibição. Tem uma porção de lago que ficou proibido da gente pescar né, mais ninguém (risos) respeita isso, até porque a gente já pescava lá antes (ENTREVISTA 3, 2015).

Após a criação do Acordo de Gestão, algumas regras passaram a reger essa atividade, como a da pesca comercial na Flona que só poderia acontecer para os beneficiários da unidade; em determinada época do ano, que vai de 15 de março a 15 de junho, há limite 200 kg de peixe semanalmente por família; quanto à pesca de mergulho e batção<sup>23</sup>, essas artes são proibidas; para os instrumentos de pesca, só é permitido o uso de espinhel, caniço, linhada, zagaia e flecha, malhadeira, arco e flecha e jiqui<sup>24</sup>. Desse modo, as tensões no que se refere à pesca se dão por eles não respeitarem esse acordo, acabando multados, divergindo, então, com o órgão gestor no cumprimento dessas regras.

Essa problemática de conflito entre as populações tradicionais locais e a gestão da Flona não é algo novo, haja vista que já tinha sido identificada em publicação do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) no ano de 2011. Publicação essa que se originou de um encontro de conselheiros no município de Lábrea (AM) nesse mesmo ano, os quais eles relataram alguns dos principais problemas enfrentados com o ICMBio Humaitá: “abuso de autoridade; desrespeito cultural das populações; falta de licenciamento para atividades; geração de renda; pois o ICMBio só fiscaliza e não traz solução.” (IEB, 2011, p.39). Portanto, foi possível constatar na pesquisa de campo que esses problemas persistem até hoje.

### **3.4. Sobreposição da Terra Indígena Jiahuí com a Flona Humaitá**

Além das questões entre gestão e famílias que exploram os recursos, ressalta-se que outro elemento causador de polêmica e de debate se refere à sobreposição da terra Indígena Jiahuí. Sobre a questão da sobreposição de Terra Indígena (TI) com a UC, esta não é um problema exclusivo da Flona de Humaitá, a literatura tem apontado que isso tem atingido todo o País. Nesse contexto, autores como Rodrigues e Ferreira (2012) apontam que a região Amazônica é a mais atingida, e é onde se concentra grande parte desses casos, apresentando mais de 70 identificações, e cada uma possui circunstâncias jurídicas totalmente diferentes.

---

<sup>23</sup> Técnica usada para atrair peixes para determinada direção, que consiste em bater na água com a mão ou um pedaço de madeira.

<sup>24</sup> Armadilha utilizada para captura de peixe.

De acordo com Piazzaroli (2007), dados fornecidos pelo Instituto Socioambiental (ISA) diz que existem no Brasil 18 casos de sobreposição de Flonas com TI. A autora afirma que essas sobreposições podem ser decorrentes, em alguns casos, da criação da UC antes da TI ser demarcada, uma vez que há falta de conhecimento da comunidade indígena estabelecida naquela área ou até mesmo interesses políticos.

O direito das populações indígenas ao acesso à terra é constitucional e está assegurado no Art. 231 da Constituição Federal de 1988, que reconhece e garante os direitos dos indígenas quanto à sua organização social, tradições, crenças, línguas, costumes, além do direito à terra que tradicionalmente ocupam, sendo da União a incumbência de demarcação e proteção de todos os bens desses territórios. É no § 1º desse artigo que está materializado juridicamente a definição de Terras Indígenas:

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, Art. 231).

De acordo o Instituto Socioambiental (ISA) (2016), esse direito assegurado pela Constituição é um direito que precede a criação do Estado, uma vez que essas populações foram os primeiros habitantes a ocuparem o Brasil, cabendo, assim, um reconhecimento histórico desses povos. O ISA ainda afirma que esse direito se encontra ameaçado, porque o Governo Federal deveria até o ano de 1993 – como previa a Carta Magna –, demarcar todas as Terras Indígenas já existentes. Como essa situação está longe de ser cumprida, a realidade encontrada sobre a demarcação das TI no Brasil é a falta de regularização; outras, em fase de reconhecimento, e esse cenário acaba gerando conflitos em virtude do direito ao território. É importante salientar que as populações indígenas possuem o Estatuto do Índio, instituído através da Lei 6.001/73, também são, pois, amparados por uma legislação específica.

A extensão territorial do Brasil é de 8.511.965 km<sup>2</sup>, dessa, as TI ocupam uma área de 1.172.995 km<sup>2</sup> e somam 700 áreas, levando a ocupar por volta de 13,8% do território brasileiro. A maioria dessas áreas encontra-se na Amazônia Legal, com um total de 422 áreas, o que corresponde a 22,25% do território Amazônico e 98,42% da extensão de todas as TI do país; os 1,58% restante distribuem-se pelas demais regiões do país (ISA, 2016).

As TI são homologadas pelo Governo Federal com direito assegurado exclusivamente para o seu uso. Como previsto no parágrafo § 2º da Constituição Federal de 88, “as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes (BRASIL, 1988, Art. 231)”.

A população indígena encontrada no Brasil, segundo o censo demográfico do IBGE (2010), corresponde a 0,47% da população, ou seja, um total de 896.917 pessoas, listadas nas mais de 240 etnias.

Com o propósito de tratar a questão da sobreposição de TI com a Flona de Humaitá, torna-se importante saber quem é essa população e como essa questão afetou e afeta o uso do seu território, além de entender como ela lida com esse problema. Assim, a TI que tem parte da sua área sobreposta a Flona de Humaitá é a TI Jiahuí (Figura 4).

Os Jiahuí são povos que possuem uma filiação linguística Tupi-Guarani e compõem um subgrupo Kagwahiva, são oriundos do Alto Tapajós, mas hoje fazem parte de um conjunto de grupos que ocupam a região do Médio Rio Madeira; estão localizados ao Sul do Amazonas (ISA, 2016). De acordo com dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) no ano de 2013, 113 pessoas viviam na TI Jiahuí, distribuídas em duas aldeias, Kwari e Ju’i. A primeira possui duas casas e a segunda, oito. Ademais as duas encontram-se a 100 metros da rodovia Transamazônica.



**Figura 4 - Mapa da Flona Humaitá com destaque para a área de sobreposição com Terra Indígena Jiahuí.**

Fonte: IMAZON, 2012, modificado pela autora.

Historicamente esse grupo quase teve o seu povo extinto, visto que enfrentou problemas com ocupação das suas terras por fazendeiros e, por conseguinte, teve que se juntar a uma outra etnia indígena existente na região, os Tenharim, ou ir para cidades mais próximas (ISA, 2016). É somente a partir do ano de 1998 que, impulsionados por esses conflitos de direito a terra, essas populações passam a se organizar e tem-se o início do processo de retomada do território indígena Jiahuí, sobretudo, para a garantia da sua sobrevivência física e cultural.

A TI Jiahuí está localizada em Humaitá (AM) há 100 km da sede do município pela BR – 230 (Transamazônica) e faz limite com outras duas TI, Tenharim e Pirahã, e com a Flona de Humaitá (sobreposição). No ano de 1988, o presidente da República José Sarney publicou o Decreto de nº 95.859 deliberando a criação de uma área para uso do Exército nas comunidades Boa Esperança e Pupunha (localizadas em Humaitá). Anos depois, o então presidente Fernando Henrique Cardoso anulou alguns incisos desse decreto e criou no ano de 1998 a Floresta Nacional de Humaitá (Decreto de nº 2.485) sobre a superfície das mesmas glebas militares, sobretudo, com a delimitação da

área militar e, por conseguinte, a própria União acabou por definir e sobrepor parte dos limites da TI Jiahuí que já existiam nesse local (ISA, 2016).

Somente três anos após a criação da Flona, que uma portaria declaratória (367/MJ/23.04.01) do Ministério da Justiça reconheceu a existência da Terra Indígena Jiahuí, cuja área estava sobreposta parcialmente a da UC. Através de um decreto presidencial no ano de 2004 (decreto de 27 de outubro de 2004), ocorreu a demarcação administrativa dessa terra, homologada com uma superfície de aproximadamente 47.354 hectares, e com uma sobreposição de 62,6% do território indígena Jiahuí, conforme observado na Figura 4.

Uma das lideranças indígena dos povos Jiahuí narra em sua entrevista como ficaram sabendo da criação da Flona de Humaitá e da sobreposição com a TI Jiahuí:

Em relação a essa questão da criação da unidade na época que a gente ouviu falar que tinha uma unidade sobreposta a TI Jiahuí a gente ficou surpreso. Primeiro, que a gente só sabia que ia haver demarcação nossa da TI Jiahuí, né, começou o trabalho da demarcação da TI Jiahuí desde 2005 até 2007, depois da demarcação da TI Jiahuí que a gente soube dessa sobreposição da Flona com a TI. Que foi criada a Floresta Nacional de Humaitá, né, e parte dela ficou dentro do território Jiahuí que é um território sagrado. Nenhum dos Jiahuí participou, né, se participaram eu não me lembro, porque eu acompanhei todo processo de criação e homologação da nossa terra, né, desde a década lá de 90 até os dias de hoje, né, não houve consulta não houve audiência nós nunca fomos convocados para nenhuma audiência para consulta da criação dessa unidade, né, então a gente usa o termo assim: Não é a TI que é sobreposta na unidade de conservação é a unidade de conservação que é sobreposta na TI Jiahuí porque antes de ser criada a unidade milenarmente já existia o povo Jiahuí ali, então a Floresta Nacional de Humaitá foi criada eu acho que equivocadamente sem consultar os povos originados daquela terra que é os Jiahuí, né. Então desde daí que a gente soube que tinha essa sobreposição, mas a gente continua morando lá, a gente continua usufruindo dessa terra que é nossa, né, é isso (LIDERANÇA INDIGENA JIAHUÍ, 2015).

Como a Flona foi criada por meio de decreto, assim como as populações tradicionais locais, os povos indígenas também não foram consultados durante o processo de criação e só ficaram sabendo da criação da Unidade anos depois, demonstrando que a atuação do Estado foi inerte por algum tempo após a criação da Flona.

Segundo Piazzaroli (2007), mesmo que não haja demarcação formal da TI, isso não implica que eles não estejam amparados constitucionalmente, pois não é esse fator que a condiciona como uma TI, ela apenas visa reconhecer em ordem prática o direito originário, ou seja, esse direito independe de demarcação, ele é pré-existente e originário.

Quando o direito originário da TI é reconhecido e ocorre um caso de sobreposição com uma UC, o que prevalece é a TI, fazendo com que o ato de criação da UC se torne inapto ou nulo diante de qualquer ação jurídica (PIAZZAROLI, 2007). Isso está determinado na Constituição Federal no Art. 231, parágrafo § 6º:

São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito à indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

No caso da Flona Humaitá, o que ocorre é a coexistência entre esses territórios. Piazzaroli (2007) aponta que essa coexistência é possível desde que os objetivos da UC não estejam à frente da necessidade de aproveitamento da terra pelos povos indígenas, isto é, a sua presença e suas formas de lidar com o território sejam respeitadas. Durante a entrevista com a gestora, ela afirmou que os direitos de uso da área onde há a sobreposição são respeitados e a Flona não ocasiona nenhum tipo de prejuízo para os índios, pois o que prevalece é o direito deles, pelo fato de ser a área protegida com exigência mais restritiva segundo a Constituição de 1988.

Entretanto, os indígenas parecem não estarem satisfeitos com essa sobreposição, pois afirmam que a Flona tem limitado o uso do seu território. Além disso, os indígenas alegam que a ausência de fiscalização e monitoramento por parte do órgão gestor nas proximidades da TI tem contribuído como vetor de invasão nesse território, conforme mostra trecho do relato da liderança dos Jiahuí:

Os Jiahuí desde 2000 vem reivindicando a segunda demarcação da TI Jiahuí pra eliminar de vez essa sobreposição da Floresta Nacional de Humaitá, porque diretamente ela vem afetando os nossos modos de vida dentro do território Indígena Jiahuí, porque lá dentro dessa sobreposição tem quatro aldeias antigas nossas, dos nossos antepassados, tem vários cemitérios aonde foi enterrado os nossos pajés, tem vários locais aonde ocorreu as cerimonias culturais dos Jiahuí tem área de produção dos Jiahuí como: açai, copaíba, castanha, andiroba, sangue de dragão e outros produtos que a gente utiliza da floresta, né. A gente tira caça e pesca dessa área, né, e hoje a gente está tendo limitação pelo Instituto de Biodiversidade – ICMBio eles limitaram o nosso usufruto dentro dessa sobreposição e isso não é o nosso costume de delimitação, né, e nós não víamos isso como delimitação. Então assim, a gente já procurou o ICMBio a gente aqui não quer, nunca foi proposito dos Jiahuí criar atrito com Instituto Chico Mendes de Biodiversidade a gente sempre procurou o ICMBio para fazer parceria de verdade pra fazer mesmo gestão compartilhada (ENTREVISTA COM LIDERANÇA INDÍGENA JIAHUÍ, 2015).

Desse modo, o discurso da liderança indígena evidencia uma insatisfação ocasionada pela sobreposição da Flona com a TI, porque existe uma disputa pelo território, uma vez que já possuíam suas formas de manejo e não aceitam terem seus hábitos culturais restringidos e modificados em função da criação da unidade. Vale ressaltar que, mesmo com esse discurso contundente apontando a existência dessa insatisfação decorrente da sobreposição, o líder indígena Jiahuí afirma que não há um conflito com o órgão gestor, pois eles têm procurado lidar com essa questão harmoniosamente e buscado diálogo com o ICMBio.

Para o ISA (2004), a problemática de sobreposição de terra entre TI e UC no Brasil acontece principalmente pela ausência de políticas públicas por parte do Governo Federal direcionadas a esses espaços ambientais protegidos, e isso acarreta a ineficiência dos objetivos que a UC se propõe.

Portanto, diante de todos os relatos aqui mencionados, é possível inferir que o povo indígena Jiahuí se sente prejudicado, tanto no que se refere ao direito de uso da sua terra, quanto a questões sociais e culturais, solicitando, assim, a eliminação total dessa sobreposição ou uma gestão compartilhada com o órgão gestor.

## **CAPÍTULO 4 – VIVER NA FLONA: HABITAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO.**

Este capítulo tem por objetivo discorrer sobre o perfil das famílias que mantêm alguma relação com a Flona de Humaitá, como vivem nesse território, perpassando pelas formas de atendimento a necessidades básicas, como habitação, saneamento básico, energia elétrica e educação; destacando as principais atividades desenvolvidas e as maneiras de comercialização dos produtos, além da apresentação de como essas populações encontram-se organizadas nesse espaço, ou seja, o capítulo contará com a caracterização social, econômica e cultural das famílias da Flona no cenário atual. O capítulo será dividido em quatro seções, no qual a primeira seção tratará do perfil das famílias; a segunda, contará com a descrição do cenário da unidade; a terceira, apresentará as formas de organização social das famílias; e a quarta e a última seção abordará as formas de organização de trabalho.

### **4.1. Perfil das famílias da Floresta Nacional de Humaitá**

De acordo com os dados coletados na pesquisa realizada pela UFV/ICMBio (2015), a Flona de Humaitá possui cerca de 73 famílias, e os dados apontam que a maioria dos moradores e usuários é do sexo masculino (56,4%), e a faixa etária predominante varia de 30 a 59 anos (24,4%). Em relação à naturalidade, como já dito anteriormente, eles são principalmente naturais do município de Humaitá (AM).

O perfil educacional dos membros dos grupos familiares encontrados é distribuído da seguinte maneira: 31% possuem o 1º ano do Ensino Fundamental, 25% Ensino Fundamental completo, 9% Educação Infantil, 8% Ensino Médio completo, 7% analfabetos, 5% semianalfabetos, 4% Ensino Médio incompleto, 4% não se aplica, 3% Superior incompleto, 2% Superior completo, 1% não sabem e 0,4% possuem curso técnico (UFV/ICMBIO, 2015). Esses dados demonstram que o percentual de indivíduos alfabetizados na Flona de Humaitá é significativo, e isso é um ponto positivo, tendo em vista que, segundo Neiva (2009), os índices de escolaridade nas comunidades rurais do país ainda são muito baixos.

Esses baixos índices educacionais em comunidades rurais, como afirma Costa (2014), estão relacionados a uma série de fatores, dentre eles as condições precárias de infraestrutura das escolas, a qualificação insuficiente dos professores, a alta rotatividade

desses profissionais (em razão de a maioria ser oriunda de cidades; em dado momento, são realocados para as comunidades e, quando têm oportunidade, querem voltar para área urbana), a ausência de biblioteca, laboratórios, recursos eletrônicos, isso sem mencionar a precariedade do acesso à energia elétrica, o abastecimento de água e as péssimas condições sanitárias das escolas. Essa problemática apontada por Costa (2014) foi encontrada nas comunidades da Flona de Humaitá, pois nem todas as comunidades possuem escolas e as que possuem apresentam condições inadequadas de infraestrutura. Por meio da Figura 5, pode-se notar um pouco da realidade do espaço escolar visto em algumas das comunidades.



**Figura 5 - Escolas das comunidades da Flona de Humaitá.**

Foto: GOMES, M.C. Pesquisa de campo, 2015.

Em relação à principal fonte de renda das famílias com base nos dados da UFV/ICMBio (2015), pode-se afirmar que ela é oriunda de diversas atividades, tais como: agricultura (16%), seguido da pesca (27%), serviços domésticos (16%), extrativismo vegetal (15%), garimpo (9%), autônomo (9%). Para Costa (2014), a diversidade de atividades realizadas nas comunidades rurais na Amazônia caracteriza-se sobretudo pela “disponibilidade dos recursos, das condições geográficas da região (facilidade ou dificuldade de acesso) e da relação da população com a natureza” (COSTA, 2011, p. 193).

No que se refere à renda familiar, os dados da pesquisa do UFV/ICMBio, (2015) mostram que a renda mensal dessas famílias está distribuída da seguinte forma: 11,5% até ½ salário mínimo, 30,8% receberam 1 salário mínimo, 30,8% receberam entre 1 e 2 salários mínimos, e entre 4 e 5 salários mínimos estão cerca de (1,9%), e 25% não informaram.

Cabe destacar que os benefícios ou programas governamentais vão contribuir na composição de renda dessas famílias da Flona de Humaitá. Os benefícios acessados citados pelas famílias são: aposentadoria (42,9%), Bolsa Família (36, 5%), Bolsa Verde (7,9%), seguro defeso (6,3%), pensão (3,2%), Agente Jovem (1,6%) e PETI<sup>25</sup> (1,6%) (UFV/ICMBio, 2015).

Em meio à importância desses programas de geração de renda como complemento para que as famílias possuam uma maior rentabilidade, ressalta-se que alguns entrevistados relataram a importância do recebimento desses benefícios, entretanto salientaram que são poucas as pessoas que acessam essas políticas públicas, principalmente o Bolsa Verde.

Costa (2014) afirma que os programas de geração de renda promovidos pelo governo destinado, em especial, a atividades relacionadas ao desenvolvimento sustentável, como a Bolsa Verde, têm deixado a desejar, porque não têm alcançado suficientemente avanço na renda das famílias; além do valor desse benefício ser baixo, nem todos têm sido contemplados.

#### **4.2. As comunidades da Flona de Humaitá**

As localidades rurais existentes no município de Humaitá são nomeadas historicamente pelos entrevistados de “comunidade” e mais especificamente chamadas de “comunidades ribeirinhas”. Essa identidade possivelmente está diretamente ligada à proximidade com os cursos de água, sobretudo com o Rio Madeira, visto que, na maioria das vezes, é de onde eles retiram seu sustento e utilizam para realização de outras atividades (BARAÚNA, 2009).

Corroborando com as observações de Baraúna (2009), a Flona de Humaitá está organizada em sete comunidades, e seis são denominadas de comunidades ribeirinhas

---

<sup>25</sup> É um programa do governo federal que tem como objetivo erradicar o trabalho infantil de crianças e adolescentes menores de 16 anos e garantir o acesso à escola e a atividades socioeducativas.

(Paraná-Buiuçú, Salomão, Boa Esperança, Barro Vermelho, Barreira do Tambaqui, Maicí), recebendo essa conotação por encontrarem-se às margens do Rio Madeira. Nesse contexto, autores como Oliveira (2012) e Santana (2013) certificam que o rio se constitui como alicerce importante na vida dos ribeirinhos distribuídos em suas proximidades, pois essas águas desempenham papel fundamental tanto para sobrevivência, por meio da pesca, da produção de alimentos nas terras mais férteis em suas margens, como também por atuarem como principal via de transporte.

Para Costa (2014), termos como “localidade” e “colocação” são bastante utilizados no estado do Amazonas para designar a configuração espacial das populações nas áreas rurais. O termo “localidade” refere-se a locais que possuem uma ou duas casas construídas próximas umas das outras e pertencente à mesma família e localizada longe de outras comunidades ou mesmo localidades. E “colocação” é denominada principalmente por encontrarem-se longe da margem dos rios e apresentarem também uma pequena quantidade de casas, lembrando que esse termo é herdado das formas as quais os seringueiros se instalavam dentro dos seringais, isto é, construíam seus barracões no meio da floresta.

No caso das comunidades que mantêm vínculo com a Flona de Humaitá, os arranjos espaciais são diferenciados uma das outras, por exemplo, na comunidade Paraná do Buiuçú, Salomão, Boa Esperança, as casas estão distribuídas um pouco mais distante umas das outras. Já no caso das comunidades de Barreira do Tambaqui, Barro Vermelho, Palha Preta e Maicí, as casas são construídas mais próximas umas das outras, sendo possível encontrar escola, igreja e sede das associações comunitárias.

Para Oliveira (2012), os modos de habitações na Amazônia destacam-se como um importante fator para compreender as relações existentes entre os moradores na utilização dos recursos naturais e nas relações familiares. Nesse sentido, Costa (2014) reconhece que as boas condições de habitação possuem papel relevante para compor a estruturação de um núcleo familiar, porque, através das formas habitação, é possível perceber elementos para compreender a forma de vida que as famílias possuem, através das práticas sociais e produtivas.

Assim, notou-se uma diferenciação no padrão construtivo das casas (Figura. 5: A, B, C, D, E F, G), e essa diferenciação está ligada à renda dessas famílias, isto é, de acordo com relatos de alguns entrevistados, as famílias que possuem casa com uma

estrutura melhor, a renda é proveniente da atividade garimpeira que, segundo eles, é a que traz maior rendimento.

O padrão construtivo das moradias da área estudada é constituído da seguinte maneira: piso de madeira (94,2%), paredes também de madeira (96,2%) e teto de telha de amianto (63,5%). São estruturas de casas encontradas em muitas comunidades rurais da região Amazônica, comumente conhecidas como palafitas<sup>26</sup> (Figura 6: A, B, E, F, G). Muito embora o termo palafita remeta a casas próximas de locais onde alagam nas comunidades da Flona, muitas dessas palafitas estavam longe da margem do rio e dos igarapés. As Figuras 6C e 6G representam um padrão que também pode ser encontrado na unidade; a 6C apresenta um padrão construtivo similar às anteriores citadas, porém apresenta o teto de palha; a 6G é de casas mistas, piso de alvenaria, paredes de madeira e telha de amianto, essas casas foram encontradas somente na comunidade Barreira do Tambaqui.

---

<sup>26</sup> As palafitas são um tipo de habitação geralmente construída em locais que alagam, isto é, em várzea. São feitas normalmente de madeira, palha ou taipa; sua armação é construída em cima de pilares bem alto para evitar que a água alcance. Essas moradias são comuns de serem encontradas na região Amazônica e no Pantanal.



**Figura 6 - Formas de habitação das famílias na Flona de Humaitá.**

Foto: GOMES, M.C. Pesquisa de campo, 2015.

De maneira geral, as casas são construídas pelo chefe da família e, muitas vezes, com a ajuda dos vizinhos – quando estes não apresentam habilidade para carpintaria. A maior parte da matéria prima utilizada na construção das residências é retirada da própria Flona, com exceção de materiais industriais como as telhas de amianto, cimento, tijolos etc., esses são trazidos da cidade. Essa realidade também foi encontrada por Costa (2014) em alguns municípios do Sul do Amazonas<sup>27</sup>, que salientou que o material

<sup>27</sup> Os lugares estudados por Costa (2014) na região Sul do Amazonas envolveu dois Projetos de Assentamento e duas Unidade de Conservação de Uso Sustentável e abrangeu os seguintes municípios: Humaitá (Projeto de Assentamento Agroextrativista Botos e Projeto de Desenvolvimento Sustentável Realidade), Novo Aripuanã (Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Madeira), Borba (Reserva de Desenvolvimento Sustentável Rio Madeira),

utilizado para construção das casas é retirado das áreas mais próximas das sedes das comunidades, pois isso facilita a vida do morador. Conforme alguns relatos de entrevistados, eles se sentem receosos com a retirada de madeira devido às restrições que passaram a existir após a criação da Flona Humaitá, alegando que o reparo e a manutenção das casas foram dificultados.

Ainda que a extração de madeira seja ilegal dentro dos limites da Flona, o Acordo de Gestão permite a retirada desse produto, mas pode ser realizada apenas pelos beneficiários da unidade e cujas finalidades atendam somente a atividades denominadas tradicionais, devendo ser solicitada uma autorização prévia ao órgão gestor da UC. Essa autorização também é válida para retirada de madeira para manutenção e construção de casas dentro da unidade.

Entretanto alguns alegam não buscar a licença expedida pelo órgão gestor, pois afirmam tratar-se de um processo muito burocrático. Se a licença não for expedida, eles não podem realizar a atividade, e se forem pegos desrespeitando as regras estabelecidas no Acordo de Gestão, são multados e têm seus instrumentos utilizados apreendidos.

Ainda no que tange à questão das moradias, em função da enchente atípica ocorrida entre os anos de 2013 e 2014, algumas famílias tiveram que mudar temporariamente para a sede de Humaitá. Isso ocorreu principalmente com aquelas famílias que residiam próximo às margens dos cursos d'água, desse modo algumas dessas pessoas perderam suas casas e seus roçados. Na entrevista, a gestora relata que essa enchente dizimou várias comunidades ribeirinhas existentes na Calha do Madeira, inclusive as comunidades da Flona. E somente a partir do ano de 2015 que essas famílias têm voltado lentamente para a região, portanto, até a data da pesquisa de campo, não se tinha o controle exato de quantas famílias encontravam-se dentro da unidade, o que existia era uma estimativa que variava entre 58 a 60 famílias.

O órgão gestor tem buscado dar apoio a essas famílias, emitindo autorizações para que construam novamente suas residências. Contudo a gestora afirma que, depois de trágico acontecimento, um novo cenário foi formado, porque algumas famílias ganharam casas na cidade e agora pretendem apenas manter seu plantio na Flona, ou seja, deixam de ser moradores e passam a ser usuários, em virtude disso a dinâmica espacial da unidade tem se configurado de forma diferente.

As residências possuem de três a quatro cômodos. Quando apresentam três cômodos, são distribuídos em sala, quarto e cozinha; quando são quatro cômodos, acrescenta-se o banheiro ou outro quarto.

No que se refere ao serviço de saneamento básico, é inexistente na Flona. Já o abastecimento de água, é possível afirmar que cerca de 54% das residências não possuem água encanada, logo as principais fontes de abastecimento de água são provenientes dos mais diversos lugares, como rios/igarapés, poços ou nascente, canalização por bomba e etc. (UFV/ICMBio, 2015).

Cerca de 75% das famílias dizem não fazer uso de nenhum tipo de tratamento de água, apenas 25% dizem utilizar de alguma técnica para tratá-la. Entre os métodos citados, o mais usual é a solução de hipoclorito (92%) e a prática de coar (8%). (UFV/ICMBio, 2015). Como apenas 25% utilizam algum tipo de tratamento para uso da água, isso tende a refletir no aparecimento de doenças como diarreia, verminoses e etc., adquiridas por essa má qualidade de água consumida. Corroborando para esta tese, Brito (2013) assegura que a maioria das enfermidades nas áreas rurais pode ser diminuída desde que as populações tenham acesso à água potável ou utilizem de alguma técnica de tratamento.

Dados da Funasa (2011) permitem alegar que a falta ou mesmo a inadequação do saneamento básico nas áreas rurais, principalmente do acesso à água potável e de qualidade, está relacionada com a pobreza não apenas no Brasil, mas no mundo.

Os dados do Ufv/ICMBio (2015) apontam que 77% das residências possuem instalações sanitárias, e desse número apenas 20% possuem banheiro no seu interior, os outros 57% apresentam as instalações sanitárias do lado externo das casas. Todavia, não existe rede de esgoto nessas comunidades, ou seja, os dejetos sanitários são descartados diretamente no ambiente, por exemplo, em fossas, no rio ou em valas. Os que não possuem instalações sanitárias em suas residências representam 23%, utilizando dos mais diversos lugares para realizar suas necessidades fisiológicas, seja no mato, no pau da gata, no banheiro da escola, seja no sanitário da sede da comunidade.

Segundo Costa (2014), a destinação inadequada desses dejetos pode contribuir para a contaminação de rios, lagos, igarapés e também do lençol freático e diante disso ocasionar o aparecimento de algumas doenças como hepatite, cólera, verminoses e outras. A proposta sugerida por Brito (2013) para a resolução dessa problemática de inexistência de tratamento de esgoto no meio rural é assinalada com a obrigatoriedade

de sistemas alternativos para a destinação do esgoto doméstico, pois não existe serviço público para esses fins nessas áreas.

Na Flona não existe coleta de lixo, geralmente a destinação dada para os resíduos sólidos produzidos é realizada através das seguintes formas: ou eles são queimados, enterrados, jogados no quintal ou no barranco e etc. (UFV/ICMBio, 2015).

Roversi (2013) aponta que jogar os resíduos sólidos de qualquer maneira no solo e queimá-los é uma prática comum no meio rural porque não existe coleta adequada. A queimada é a prática mais utilizada, sobretudo, mas é altamente danosa ao meio ambiente, pois diminui os nutrientes do solo, polui o ar e causas riscos à saúde humana, além de ser ilegal. A Figura 7 apresenta algumas maneiras de eliminação desses resíduos na Flona.



**Figura 7 - Destinação de resíduos sólidos praticados pelas famílias da comunidade Barreira do Tambaqui.**

Foto: GOMES, M.C. Pesquisa de campo, 2015.

Portanto, as práticas de destinação de lixos domésticos utilizadas no meio rural como queimar, lançar no ambiente, enterrar e jogar nos mananciais (rios, igarapés, córregos e etc.) são inadequadas e incorretas, pois, além de causar prejuízos ao meio ambiente, podem acarretar risco à saúde das famílias. Para, além disso, essas maneiras

de eliminação, na maioria das vezes, são decorrentes da falta de um sistema de coleta adequado e da ausência de educação ambiental para que isso seja evitado e possa ser realizado, em alguns casos, o reaproveitamento de determinados resíduos (COSTA, 2014).

Brito (2013) aborda que o saneamento básico em áreas rurais deveria ser uma prioridade para o Estado, assim como nas áreas urbanas, no entanto o que se observa é que esses serviços vêm sendo negligenciados naquelas áreas, permitindo inferir que as áreas rurais sofrem com a falta de atenção e recurso injetado pelo Estado.

Enfim, as condições de saneamento básico existentes na Flona de Humaitá são precárias, devido à falta de políticas e de apoio por parte do Estado para resolver esses problemas, pois a unidade não é contemplada com nenhum tipo de política pública voltada para essa questão.

No que diz respeito à eletrificação, as residências da Flona não têm acesso ao serviço público de fornecimento de energia elétrica. Entretanto, possuem outras formas de acesso a esse bem através de motor gerador comunitário, de motor gerador domiciliar, de lamparina, de vela, de lanterna, de energia solar, de lampião etc. As fontes de distribuição mais utilizadas são os motores comunitários, correspondendo ao um percentual de 43%, os demais são a vela ou a lamparina com 25%, e o motor gerador domiciliar com 10% (UFV/ICMBio, 2015). Ressalta-se que nem todas as comunidades da Flona possuem motor comunitário, conforme pode ser observado pela Figura 8, as que possuem foram doados pelo Poder Público municipal, sendo estes movidos a diesel e cabendo às próprias famílias a responsabilidade de comprá-lo. Dessa forma, o custo dessa energia é mais alta do que de outras fontes, fazendo com que os geradores tenham uma escala de funcionamento reduzida, ou seja, eles são ligados às 18h horas e desligados às 22h; nesse horário o uso é basicamente para o entretenimento das famílias. Após esse horário, cada família busca outras formas de iluminação (velas, lamparinas, lanternas e etc.).



**Figura 8 - Local e o gerador de energia comunitário da comunidade Barreira do Tambaqui.**

Foto: GOMES, M.C. Pesquisa de campo, 2015.

Mesmo o Brasil sendo um dos países mais ricos em recursos naturais, de acordo com Villaça (2011), muitas famílias não possuem acesso a serviços básicos, um deles é o da energia elétrica. A mesma autora assegura que no estado do Amazonas essa realidade é percebida principalmente nas comunidades rurais. Nesse sentido, Costa (2014) alega que, mesmo possuindo um grande potencial hidroenergético, as comunidades rurais existentes na região enfrentam grandes problemas relacionados à distribuição de eletrificação, pois a energia gerada por algumas usinas hidrelétricas presentes nesses estados, como é o exemplo da usina hidrelétrica do Jirau, Santo Antônio – localizadas em Rondônia –, e a usina de Tucuruí no estado do Pará, têm sua distribuição focada para outras regiões do país.

Segundo Di Lascio e Barreto (2009), a eletrificação é fundamental para o desenvolvimento rural de qualquer região, contudo, como as áreas rurais na região Amazônica apresentam uma baixa densidade demográfica, o acesso à energia é

dificultado e encarecido. Essa afirmação corrobora com Villaça (2011), o qual certifica que o transporte de energia por meios convencionais em alguns locais no estado do Amazonas torna-se inviáveis em função da dificuldade de acessibilidade em razão das características geográficas da região.

Em decorrência dessa ausência regular de energia nas comunidades da Flona, as famílias deixam de usufruir de um conforto domiciliar, como o de uso de equipamentos domésticos, de entretenimento além de equipamentos para beneficiamento da produção, como mostra o trecho de um relato do entrevistado abaixo.

A gente perde muito com a falta de energia na comunidade, a gente tem as polpas de açaí, cupuaçú, goiaba. A gente perde muito porque não tem como armazenar, entendeu?! E a gente está sem energia aqui, só mesmo com a energia da natureza que é a luz da natureza e a energia de lamparina (ENTREVISTADO 5, 2015).

A ausência de eletrificação em comunidades rurais, de acordo com Di Lascio e Barreto (2009), ocasiona dificuldades econômicas para essas pessoas, uma vez que esses problemas trazem baixa rentabilidade das atividades de produção.

Embora o governo federal desde de 2003 venha tentando solucionar os problemas da ausência de eletrificação no meio rural brasileiro, através da universalização desse serviço com a implementação do “Programa Luz para Todos<sup>28</sup>”, muitas comunidades do estado do Amazonas ainda não foram contempladas, e a Flona é uma delas.

Portanto, mesmo que a energia elétrica seja um serviço que dever ser garantido a todas as populações sejam elas urbanas ou rurais, percebe-se a ausência no fornecimento eficaz de energia elétrica nas comunidades da Flona que seja capaz de suprir as reais necessidades das famílias não apenas voltadas para o entretenimento, mas também para outras atividades do cotidiano, em especial as de retorno econômico.

Os serviços de saúde, segundo os dados levantados pela UFV/ICMBio (2015), são mencionados pelas famílias como péssimos ou inexistentes, pois nenhuma das comunidades apresenta posto de saúde ou qualquer outra unidade de atendimento médico/odontológico. Quando é necessário um atendimento ou acompanhamento médico/odontológico, as famílias têm que se deslocar até a sede do município de

---

<sup>28</sup> Programa Luz para todos: é um programa do governo federal instituído por meio do Decreto nº 4.873 de 11 de novembro de 2003 que tinha como objetivo e meta levar o acesso à energia elétrica de forma gratuita para mais de 10 milhões de pessoas do meio rural até o ano de 2008 segundo o Ministério de Minas Energia.

Humaitá e o tempo médio gasto para chegar lá varia de 1 hora (comunidade mais próxima) até mais de 6 horas (comunidade mais distante). Nesse sentido, eles só procuram o médico em casos de urgência, senão utilizam meios alternativos, como o de plantas medicinais.

Apesar da falta de médicos, enfermeiros ou dentistas, a pesquisa de campo apontou que todas as comunidades apresentam pelo menos um agente comunitário de saúde<sup>29</sup>, que normalmente é algum morador da comunidade que executa a função. Entretanto, apenas 2% dizem receber a visita desses agentes (UFV/ICMBio, 2015). Segundo os entrevistados, o trabalho executado pelos agentes comunitários de saúde na Flona tem se limitado apenas em medir a pressão de hipertensos, levar alguns remédios para as famílias quando há suspeita de infecção por doenças como dengue e malária; eles recolhem o material para a realização de exames e encaminham pacientes para sede do município quando se trata de algumas doenças mais graves.

Esses resultados apresentam a precariedade e a ineficiência nos serviços de saúde na Flona. Essas dificuldades de acesso fazem com que as famílias só procurem o atendimento médico para fins de tratamento mais graves e não para ações preventivas.

Diante de toda essa realidade contextualizada, observada em campo e por meio dos dados secundários utilizados, afirma-se que, mesmo com a criação da Flona de Humaitá e por isso, em teoria, traria a presença mais efetiva do Estado na implantação de políticas públicas de apoio e incentivo voltadas às populações locais, o que se percebe é que essa realidade ainda se encontra distante do universo dessas famílias.

#### **4.3. Organização Social das famílias que compõem a Flona de Humaitá**

Para Baraúna (2009), a organização espacial e social das famílias residentes em comunidades rurais do município de Humaitá está relacionada principalmente com elementos como casamento, migração e relações de parentescos. E essa composição tende a favorecer a conformação desses espaços.

---

<sup>29</sup> Agentes Comunitários de Saúde: figura instituída pelo governo federal por meio do Programa de Agentes Comunitários da Saúde (PACS) em 1991, incorporada posteriormente ao Programa Saúde da Família (PSF) em 1994 no âmbito das ações do Ministério da Saúde, voltado à promoção, à prevenção e ao tratamento da saúde das famílias através de ações individuais e coletivas, numa tentativa de implementar os princípios do SUS de universalização, desintegração e participação da comunidade (BRASIL – Ministério da Saúde, 1994).

Relações que as pessoas construíram em toda vida a sua vida uma com as outras, destacando relações de: afetividade, parentesco, interesses em comuns, costumes, tradição, ajuda mútua, vizinhança, a territorialidade, proximidade, pontos significativos que configuram em sentimentos de pertencimento, que propiciaram a união de pessoas em torno do fundamento de suas “comunidades”, dando origem a essas recorrentes formas de organização que encontramos em todo Rio Madeira (BARAÚNA, 2009, p. 300).

No caso da Flona de Humaitá, observou-se que a configuração desses espaços está intimamente ligada a uma relação de parentesco, que tem nos laços de afetividade, de compadrio e de reciprocidade um pilar importante nos laços de vizinhança constituídos nessa Unidade.

Autores como Costa (2005) e Miguez et. al., (2011) descrevem que esses laços constituídos em comunidades rurais são essenciais para garantir uma boa relação entre as pessoas e fazer com que elas façam ou sintam-se parte de um grupo social e cultural em comum, contribuindo para a interação e o sentimento de pertencimento.

Nos trabalhos de campo foi possível notar algumas manifestações dessa interação e de ajuda mútua entre os comunitários, por exemplo, a comunidade da Barreira do Tambaqui, onde houve uma organização entre as famílias para arrecadar fundos para consertar o gerador público que estava quebrado há mais de 21 dias e a prefeitura não tinha tomado providência para o conserto.

Outra situação presenciada foi a organização e a mobilização da comunidade para receber a imagem de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do município. Esse evento é um momento de louvor, de integração e de trabalho coletivo que acontece para a imagem da padroeira ser bem recebida na comunidade. Para o recebimento da imagem da Santa, a comunidade se organizou para arrumar e decorar a igreja para tal evento que é tido como um comprometimento coletivo comunitário com a santa e já se tornou algo tradicional na comunidade do Barreira do Tambaqui. Na Figura 9 observa-se a igreja local decorada para receber a imagem da Santa.



**Figura 9 - Imagem da padroeira de Humaitá na igreja da comunidade Barreira do Tambaqui.**

Foto: GOMES, M.C. Pesquisa de campo, 2015.

Destaca-se que essa festa religiosa envolve a mobilização não só da comunidade Barreira do Tambaqui, mas de outras comunidades ribeirinhas e das igrejas católicas da sede. A padroeira percorre diversas comunidades do município durante todo o mês de dezembro e o ápice da festa acontece na sede do município de Humaitá. Esse festejo católico levanta uma questão importante, referida por Míguez et. al., (2011), que é a importância e a influência que a igreja católica representa para a formação cultural e social das comunidades rurais da Amazônia.

Além das relações interpessoais existentes entre as famílias, é necessário que estes estejam organizados, isto é, para obtenção e eficiência de qualquer empenho ligado à conservação ambiental e ao desenvolvimento sustentável na região Amazônica, é indispensável a existência de organização social das comunidades e populações tradicionais da região, pois, sem qualquer tipo de organização, torna-se difícil alcançar a efetividade necessária nesses âmbitos (IEB, 2011).

As famílias da Flona estão organizadas em quatro associações comunitárias, são elas: Associação Maicí-Mirim – AMARIM; Associação dos Moradores das Barreiras do Tambaqui – AMBATAM; Associação dos Moradores de Barro Vermelho –

AMORBARV; Associação dos Moradores do Paraná do Buiuçú – AMPAB. Contudo, constatou-se, durante a pesquisa de campo, que o processo de mobilização social é muito frágil, quase inexistente. Apesar das famílias estarem organizadas através das respectivas associações comunitárias, notou-se que estas não possuem uma solidificação enquanto unidade de mobilização e organização social.

As organizações comunitárias da Flona só foram surgindo após a criação da unidade, pois, segundo entrevistados, ONGs como o Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB<sup>30</sup> e Pacto Amazônico<sup>31</sup> passaram a atuar com trabalhos educativos e de sensibilização para organizarem as comunidades em associações, afinal a luta pelos direitos de forma coletiva torna-se mais fácil que individualmente. O processo de organização social de algumas comunidades da Flona é relatado pela atual gestora da unidade, conforme o depoimento abaixo:

A X (gestora da Flona na época da sua criação) me procurou na época e eu atuava como diretora técnica do Pacto Amazônico e ela me procurou na época, aliás, eu a procurei na época para a gente fazer um projeto de assistência técnica e social, né, lá na unidade. E ela me chamou me convidou para uma reunião que houve lá no Centro do Menor com todos os moradores e lá eu pude conversar com os moradores sobre a importância ainda como Pacto Amazônico, eu, né, e a X me chamou como convidada nessa reunião eu tive o primeiro contato com todos os moradores. E nessa ocasião a gente promoveu e animou a comunidade a se organizar através de associação. Eles tinham um início de associação lá, assim, um livro que tinha o começo de uma reunião que alguém pensou em fazer, mas não estava registrado não estava nada. E daí a agente a partir daí começou a ajudar a comunidade a se organizar, né, até a formação da AMPABI tudo com vários projetos com a AMPABI, em todas essas gestões a partir da X eu continuei fazendo trabalhos e indo na comunidade reavivando o tema de organização social (ENTREVISTA GESTORA FLONA HUMAITÀ, 2015).

O relato da gestora da Flona ilustra como se deu o processo de criação da associação comunitária das comunidades Paraná do Buiuçú, Salomão e Boa Esperança. A criação dessa associação, de acordo com alguns entrevistados, foi uma conquista, pois a associação era uma forma de eles serem representados politicamente e mostrarem que estavam organizados, deixando de serem invisíveis, buscando fortalecerem-se para reivindicarem seus direitos nos espaços formais.

---

<sup>30</sup> É uma ONG com ênfase em temas socioambientais e atuação na Amazônia e no Cerrado, atua procurando apoiar e fortalecer organizações sob as dimensões, sociais, econômicas, culturais e ambientais com foco na sustentabilidade.

<sup>31</sup> É uma ONG que atua em comunidades rurais de baixa renda no sul do estado do Amazonas, buscando promover a organização social dessas comunidades, além de empoderar essas pessoas para promoção do desenvolvimento sustentável nesses locais. Foi fundada no ano de 2003.

Segundo os dados do IEB (2011), são bastante esporádicas as experiências bem-sucedidas referentes a ações de organização social na região Amazônica. Já os erros e os equívocos, estes são muitos. Esses fatos acontecem geralmente porque os atores externos (ONGs, instituições governamentais etc.) que organizam esses grupos não estão conectados com as realidades das dinâmicas locais, ou seja, chegam querendo proliferar estruturas simplesmente formais e sem nenhuma preocupação em construir os reais laços de organização de fato, como: reciprocidade, solidariedade e construção da identidade local, realmente faltando levar em consideração o processo mais orgânico da mobilização social.

#### **4.4. Organização de Trabalho: Relação com recursos naturais da Flona.**

É importante destacar que as diversas formas de organização de trabalho nos mais variados habitats, como as florestas e as águas, são essenciais para a reprodução dos modos de vida das populações e para possibilitar a sobrevivência desses povos que dependem desses ambientes (SILVA et. al., 2011). Por isso, é imprescindível considerar a reprodução social e cultural das populações existentes para que as políticas públicas que venham ser implantadas atendam às necessidades e particularidades regionais e locais, para haver a garantia de melhoria da renda e posteriormente das condições de existência.

A lógica de organização do trabalho realizada pelas populações da Flona de Humaitá está associada às atividades de agricultura, extrativismo vegetal, pesca e o extrativismo mineral (garimpo). Para Costa (2014), a diversidade de atividades realizadas nas comunidades rurais na Amazônia caracteriza-se sobretudo pela “disponibilidade dos recursos, das condições geográficas da região (facilidade ou dificuldade de acesso) e da relação da população com a natureza” (COSTA, 2014, p. 193).

A organização dessas atividades é realizada pelos grupos familiares ou por mutirão, que consiste na ajuda mútua dos comunitários para execução de alguma tarefa, é uma prática realizada por comunitários em algumas das comunidades da Flona, organizadas de acordo com a necessidade de um respectivo morador.

Conforme Oliveira (2012), essa forma de organização concretizada por meio do trabalho familiar é comum em muitas comunidades rurais brasileiras. Geralmente os homens são os que trabalham na roça, na mata e coletam os produtos extrativistas, em

alguns casos as mulheres desenvolvem atividades de plantio e tratos culturais, bem como de extração de produtos extrativistas.

Na agricultura as famílias possuem suas roças e plantam principalmente abacate, abacaxi, abóbora, arroz, banana, batata, cacau, café, cupuaçu, feijão, mamão, mandioca/macaxeira, maxixe, melancia, milho, pimenta e tomate (UFV/ICMBIO, 2015). O plantio dessas culturas é realizado em várzea ou em terra firme, a época vai depender do ambiente; as espécies que são plantadas na várzea geralmente são plantadas nos meses de junho a setembro, pois é a época em que os níveis das águas do rio começam a baixar. No caso da terra firme, as culturas são plantadas no final da época seca e início das chuvas. A colheita vai depender da cultura e é realizada ao longo do ano. Essas atividades são executadas por meio de técnicas tradicionais, bem como, em terra firme, esse processo ocorre primeiro com a derrubada da capoeira, queimada, encoivramento e requeima. Nas áreas de várzea, as famílias apenas limpam o terreno; essa limpeza é realizada geralmente após a descida das águas que ocorre nos meses de janeiro a julho. Essas práticas são feitas de forma manual, utilizando apenas instrumentos simples como inchada, terçado e machado.

Segundo Castro et. al., (2011), as roças são um sistema de cultivo mais utilizados na região Amazônica e sua finalidade está associada especialmente ao consumo das populações ribeirinhas, sendo as espécies cultivadas predominantemente anuais. Já Oliveira (2012) aponta para além do sistema de cultivo, a roça como um espaço de reprodução de conhecimento, pois é durante a realização das atividades agrícolas que os pais ensinam aos seus filhos como manejar aquele espaço.

As normas estabelecidas no Acordo de Gestão da Flona para realização da atividade de agricultura são: cada família só tem direito a três (3) hectares, se necessária a abertura de novas áreas, só será permitido apenas um (1) hectare, com priorização das áreas de capoeira<sup>32</sup>; a autorização para abertura de novas áreas só é permitida mediante autorização do ICMBIO realizada por meio da associação ou diretamente ao órgão; se necessário uma área maior que as permitidas deverão ser realizadas por meio de uma justificativa; não é permitido o uso de agrotóxico; e é permitido o uso de mecanização, porém com a autorização do ICMBio.

---

<sup>32</sup> “São áreas de florestas secundárias (ou de regeneração) formadas nas áreas em pousio, são percebidas como parte integrante do sistema de produção. Essas capoeiras tem a função principal de recuperação da capacidade produtiva do solo, principalmente em termos de incorporação de matéria orgânica, controle de invasoras e na produção de alimentos para a fauna (CASTRO, et. al., 2011, p. 86)”.

No extrativismo vegetal, os principais produtos extraídos são o açaí (*Euterpe Oleracea*), castanha-do-Brasil (*Bertolletia Excelsa*) e tucumã (*Astrocaryum aculeatum*) (UFV/ICMBio, 2015). A extração desses produtos, no caso do açaí por exemplo, geralmente é realizada pelos mais jovens, que sobem às árvores e retiram a fruta. No caso da castanha e do tucumã, eles esperam a fruta cair no chão. O beneficiamento desse produto é feito na própria moradia e a mão de obra utilizada é basicamente familiar.

A pesca é uma atividade realizada regularmente pelos usuários da Flona o ano inteiro, principalmente nos meses de março a agosto, destacando que o Acordo de Gestão permite a pesca para fins de comercialização, conforme foi apontado no capítulo anterior, somente a partir de meados de março até meados de julho. As formas de captura dos peixes são feitas ou de forma embarcada (canoa, barcos e batera) ou desembarcada. Os instrumentos mais utilizados são: redes e malhadeiras, linhas e anzóis, tarrafas, zagaia e espinhel. O armazenamento é feito na própria casa do pescador (UFV/ICMBio, 2015). A atividade pesqueira na Flona possui várias regras para execução dessa prática, as quais estão previstas no Acordo de Gestão, com as regras especificadas para cada comunidade da Flona. Mesmo o acordo de gestão ter sido construído de forma participativa, houve entrevistados que relataram a sua insatisfação com por conta dessas regras.

Tanto a produção agrícola, quanto a extrativista e pesqueira, além de ser realizada especialmente para o autoconsumo, o excedente é comercializado geralmente na sede de Humaitá. Quando chegam a Humaitá, a venda normalmente é realizada nas residências (a maioria possui residência em Humaitá e os que não possuem ficam na casa de parentes), na rua ou na porta de supermercados (Figura. 10). Cabe lembrar que outra atividade responsável por gerar renda para famílias é a exploração de garimpo, atividade descrita no capítulo anterior.



**Figura 10 - Forma de comercialização de produtos pelas famílias da Flona Humaitá.**

Foto: GOMES, M.C. Pesquisa de campo, 2015.

Desse jeito, a organização do trabalho, a relação com os recursos naturais existentes na Flona de Humaitá, além do conhecimento sobre o ambiente em que eles vivem tendem a contribuir para uma simbiose entre o homem e a floresta, tornando-se importantes para definir seus modos de reprodução cultural, social e econômico, apontando, assim, características marcantes nas formas tradicionais de se relacionar com esse espaço.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação de Unidades de Conservação como forma de resguardar determinadas áreas para proteção dos ecossistemas existentes tem se tornado um instrumento importante para preservação ambiental no mundo inteiro, pois, além das inúmeras benfeitorias para conservação dos recursos naturais, a criação desses espaços age também trazendo benefícios não apenas as populações locais (na forma de políticas públicas, garantia do território e etc.), mas para a população como um todo.

No caso do Brasil, o grupo de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, que possuem como finalidade compatibilizar as formas de uso dos recursos naturais de forma sustentável e, em alguns casos, com populações já existentes nesses espaços, tem se configurando como uma conquista importante, muito embora a legislação que rege esses espaços ainda seja engendrada, principalmente, sob uma herança recebida de modelos de UC existentes no mundo.

O processo de criação de uma unidade de conservação não é um procedimento simples, sobretudo quando há a existência de populações tradicionais nesses espaços. Essas populações ali existentes já possuem hábitos específicos, bem como uma relação singular com a natureza e seus ciclos, manejando os recursos naturais de acordo com o que a natureza tem a oferecer. No entanto, a chegada do Estado acarreta algumas mudanças, afinal regras passam a existir em função dos objetivos criados para a preservação dessa área.

No caso das Florestas Nacionais, o seu arranjo institucional não permite a permanência de populações dentro dos seus limites, a não ser que estas já estejam nesses locais antes da sua criação. Na Flona estudada já existiam algumas famílias residindo nesse espaço e, durante seu processo de criação, nenhum tipo de consulta pública foi realizada. Desse modo, pode-se inferir, com os relatos dos entrevistados, que eles se encontram, no geral, descontentes com a criação da Unidade por afirmarem que as maneiras de uso dos recursos naturais passaram a ser restringidos e limitados, pois foram criadas diversas regras que podem contribuir para alterar as formas de uso do espaço e conseqüentemente dos seus modos de vida.

Entretanto, apesar dessa conotação de descontentamento referente ao processo de criação da Flona de Humaitá dada pelos entrevistados, é importante salientar que a Unidade tem agido não apenas na conservação do patrimônio natural da biodiversidade

Amazônica, mas também no ordenamento territorial local, além de frear a destruição da floresta devido à expansão da fronteira agrícola que vinha se expandindo na região sul do Amazonas, o que, em determinada medida, garante que essas populações tenham a garantia de conservação desse território.

Infere-se que essa atribuição ao descontentamento ocorra devido à falta de elementos fundamentais, como até hoje não existir um Plano de Manejo da Flona, o que corrobora para a dificuldade em gerir o território. Embora haja um Acordo de Gestão, que foi construído com os comunitários e o Conselho Consultivo da Flona, ele ainda é insuficiente para dirimir eventuais dúvidas e tensões que permanecem no caso estudado. Nesse sentido, um dos maiores desafios da gestão atual é a criação desse documento.

Também é preciso ressaltar, em relação à gestão da Flona, que a falta de infraestrutura operacional, de funcionários e a precarização das condições de trabalho no escritório do ICMBio de Humaitá comprometem a própria atuação do órgão na execução dos trabalhos da gestão, fiscalização e ações educativas junto às famílias que estão diretamente relacionadas com esse território.

No que tange às tensões identificadas na Flona, percebeu-se que estas são desencadeadas, principalmente, pela falta de entendimento entre os usuários e a gestão da unidade, uma vez que, de acordo com a legislação, a utilização dos recursos ocorre dentro das normativas que, na maioria das vezes, fogem ao entendimento das comunidades que vivem nesse território. Isso leva a um descompasso entre as regras vigente, os costumes e modos de vidas das populações que habitam a Flona, contribuindo para o estranhamento e conflito que permeiam essa Unidade.

No caso da sobreposição existente entre a Flona e a TI Jiahuí, foi possível notar que existe uma disputa desse espaço, pois os povos indígenas sentem-se prejudicados com a criação de uma Unidade de Conservação sobreposta em seus domínios. Uma alternativa para mitigar esse desencontro é a proposta vir dos próprios indígenas, na intenção de que aconteça uma gestão compartilhada desse território. Ou a realização de uma nova demarcação para resolver de vez os eventuais problemas causados por essa sobreposição.

Apesar de todos os entraves vividos pelas populações tradicionais locais relatados nas entrevistas, não há como negar que a criação da Flona de Humaitá trouxe benefícios para região sul do Amazonas e para as populações que utilizam esse

território, porque, além da invasão de terras, algo mencionado como recorrente, o desmatamento, também passou ser controlado nesse território.

Enfim, o cenário apresentado da Flona de Humaitá mostra que muitos desafios existem para que os objetivos primordiais de preservação e utilização de forma sustentável dessa área sejam cumpridos. Dentre esses desafios, está a atuação mais eficaz por parte do Estado com esse território para que haja, além do interesse em proteger o patrimônio natural, um retorno econômico e social às pessoas que utilizam esse território.

## 6. REFERÊNCIAS

ARRUDA, Rinaldo. “Populações Tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. *Ambiente & Sociedade*. Ano II, n. 5, p. 79-92. 1999.

BARAÚNA, Gláucia Maria Quintino. As políticas governamentais que afetam as “comunidades ribeirinhas” no município de Humaitá-AM no Rio Madeira. In: *Conflitos Sociais no Complexo Madeira*. 1ª ed. Manaus: UEA Edições, 2009. 391 p.

BARTACE, Ana Paula Arcanjo. Evolução das unidades de conservação no contexto nacional. *Anais XVI. Encontro Nacional dos Geógrafos*. Porto Alegre. 2010.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. Regulamenta o artigo 225, § 1º incisos I, II, III e IV da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília: MMA/SBF, 2000. 56p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Sistema Nacional de Unidade de Conservação**. 6º Ed. Brasília: 2006. 50 p.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em 05 de Abril de 2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Regimento Interno do Conselho Consultivo da Floresta Nacional de Humaitá, AM**. Brasília: 2011. s/p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Serviço Florestal Brasileiro. **Levantamento Socioeconômico da Floresta Nacional de Humaitá - AM - 2011**. Brasília: 2011. 365p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Serviço Florestal Brasileiro. **Florestas do Brasil em resumo – 2013**. Brasília: 2013. 188 p.

BRASIL. PORTARIA no 207, DE 10 DE JULHO DE 2013. Acordo de Gestão da Floresta Nacional de Humaitá. **Diário Oficial da União** (da República Federativa do Brasil), Brasília, n. 207, p. 89-91, 17 de julho de 2013. Seção 1.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Serviço Florestal Brasileiro. **Gestão de Florestas Públicas. Relatório 2014**. Brasília: MMA/SFB, 2015.

BRASIL. Decreto nº 23.793, de 23 de janeiro de 1934. Institui o Código Florestal Brasileiro de 1934. Disponível em: [http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Legislacao\\_ambiental/Legislacao\\_federal/LEIS/CODIGO\\_FLORESTAL\\_1934.pdf](http://www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/Legislacao_ambiental/Legislacao_federal/LEIS/CODIGO_FLORESTAL_1934.pdf). Acesso em 16 de junho 2016.

BRASIL. **Decreto nº 2.485, de 2 de fevereiro de 1998**. Cria a Floresta Nacional de Humaitá, no Estado do Amazonas, e dá outras providências. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2485.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2485.htm). Acesso em 05 de Abril de 2016.

BRASIL. Decreto nº 1.298, de 27 de outubro de 1994. Aprova o Regulamento das Florestas Nacionais, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D1298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D1298.htm). Acesso em 16 de junho de 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BOLETIM INFORMATIVO da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Dezembro de 2011. Ed. nº 10.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, Santa Catarina. Vol. 2 nº 1 (3), p. 68-80, janeiro-julho/2005.

BRITO, Priscila Nazaré de Freitas. **Qualidade Da Água De Abastecimento Em Comunidades Rurais De Várzea Do Baixo Rio Amazonas**. Macapá, 2013. 49 p. Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Pró-reitora de Ensino de Graduação, Curso de Ciências Ambientais, 2013.

CAMPOS, A. C.; CASTRO, S. S. Unidades de conservação, a importância dos parques e o papel da Amazônia. **Terra Livre**, n. 26 (1): 127-141, 2006.

CASTELLANET, C; SABLAYROLLES, P; MATTOS, L; OLIVEIRA, C; CLAVIER, P. **Contribuições de organizações de base territorial para a governança socioambiental**. 2013. p 31.

CASTRO, Albejamere Pereira; SILVA, Suzy Cristina Pedroza; PEREIRA, Henrique dos Santos; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; SANTIAGO, Josane Lima. A agricultura familiar: Principal fonte de desenvolvimento socioeconômico e cultural das comunidades da área focal do projeto Piatam. In: Comunidades ribeirinhas Amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais. 1ª ed. Manaus: Reggo Edições, 2011. Cap II. p. 35-50

CINTRA, Lydia. Qual a diferença entre preservação e conservação?. Planeta Sustentável. Site Superinteressante. 2013. Disponível em: <<http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/ambiente/qual-a-diferenca-entre-preservacao-e-conservacao-superinteressante-841780.shtml>>. Acesso em 16 de Jun. de 2016.

CICONELLO, Alexandre. **A participação social como processo de consolidação da democracia no Brasil**. In: From Poverty to Power: How Active Citizens and Effective States Can Change the World. 2008. p.

COSTA, Francimara Souza da. **A dinâmica dos recursos comuns em unidades de conservação e assentamentos rurais no Amazonas: uma abordagem fuzzy**. Set.

2014. 363 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2014. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

COSTA, Rogério da. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. **Interface - Comunic., Saúde, Educ.**, v.9, n.17, p.235-48, mar/ago 2005.

DIEGUES, Antônio Carlos S. et al. **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil**. São Paulo: NUPAUB-USP, PROBIO-MMA, CNPq, 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1996. 169 p.

DI LASCIO, Marcos Alfredo; BARRETO, Eduardo José Fagundes. Energia e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Rural Brasileira: Eletrificação de Comunidades Isoladas. 1ª ed. Brasília: Ministério de Minas e Energia, 2009. 190 p.

DRUMMOND, J. A. et al. O Estado das Áreas Protegidas no Brasil – 2005. Brasília: CDS, agosto de 2006. Disponível em: <[https://www.academia.edu/3307044/O\\_Estado\\_das\\_%C3%81reas\\_Protegidas\\_do\\_Brasil\\_-\\_2005](https://www.academia.edu/3307044/O_Estado_das_%C3%81reas_Protegidas_do_Brasil_-_2005)>.

DUTRA, Raimundo Leandro Costa; FARIA, Ivani Ferreira. **Reserva de desenvolvimento sustentável enquanto instrumento de gestão rural no Amazonas: viabilidade, importância e desafios**. In: XIX Encontro nacional de Geografia Agrária. 2009, São Paulo. p. 1-15.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, Henrique dos Santos; WITKOSKI, Antônio Carlos. **Comunidades ribeirinhas Amazônicas: modo de vida e uso dos recursos naturais**. 1ª ed. Manaus: Reggo Edições, 2011. 224 p.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. 1ªed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação* v. 16 n. 47 maio-ago. 2011. P. 333 – 513.

HAESBAERT, Rogério. Da Desterritorialização e Multiterritorialidade. Rio de Janeiro. In: Anais do V Congresso da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR, v. 3, 2001.

HASSLER, Márcio Luís. A importância das Unidades de Conservação no Brasil. **Revista Sociedade & Natureza**, Universidade Federal de Uberlândia, v. Nº 33, p. 78-89, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=13&search=amazonas>. Acesso em 30 de abril de 2015.

ICMBIO, INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE; UFV, UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Levantamento de dados socioeconômicos da Floresta Nacional de Humaitá.** Banco de dados UFV/ICMBIO 2015. (Dados não publicados).

ICMBIO, Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade. **Unidade de Conservação Federais no Brasil.** Disponível em: [http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/servicos/geoprocessamento/DCOL/Mapa\\_UC\\_fed\\_out\\_2015.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/servicos/geoprocessamento/DCOL/Mapa_UC_fed_out_2015.pdf). Acesso em 04 de jan. de 2016.

IEB, Instituto Internacional de Educação do Brasil. **Organização Social na Amazônia: Uma experiência de associativismo na RDS do Rio Madeira (Novo Aripuanã e Manicoré).** Org. Roberta Amaral de Andrade. – Brasília: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2011. 93 p.

IMAZON, Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. **Áreas Protegidas no Sul do estado do Amazonas.** Org. Paulo Amaral; Andréia Pinto; Izabella da Paixão Gomes; Carlos Alexandre da Cunha; Rodney Salomão; Gabriela Galetti. – Belém, PA: Imazon, 2012.

IORES, Edviges Marta. **Na trilha do manejo científico da floresta tropical: indústria madeireira e florestas Nacionais.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Antropologia (Cessou em 2002), v. 3, p. 289-309, 2008.

ISA, Instituto Socioambiental. **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza – o desafio das sobreposições.** Organização Fany Ricardo. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

ISA, Instituto Socioambiental. **Povos Indígenas do Brasil.** Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/povo/jiahui>. Acesso em 15 de abr. de 2016.

LITTLE, Paul. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade.** Brasília: UnB, 2002. Série Antropologia nº 322. 32 p.

LOPES, José Carlos Raulino. **Floresta Nacional: implantação, gestão e estudo de Caso – Flona de Palmares.** Teresina, 2007. 96 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Piauí, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MARQUES, Anésio da Cunha. **Planejamento da Paisagem da Floresta Nacional de Três Barras (Três Barras – SC): Subsídios Ao Plano De Manejo.** Curitiba, 2007. 128 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG, Universidade Federal do Paraná, 2007.

MEDEIROS, Rodrigo. **Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil**. Ambiente e Sociedade, Campinas, v. 9, n. 1, jan./jun. 2006.

MEDEIROS, Rodrigo. YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann. In: Projeto Contribuição das Unidades de Conservação Brasileiras para a Economia Nacional. – Brasília: UNEP-WCMC, 2011. 120p. (Relatório Fina).

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Conselhos Gestores**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/conselhos-gestores>>. Acesso em 14 de maio de 2016.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Bolsa Verde**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/desenvolvimento-rural/bolsa-verde>. Acesso em 19 de maio de 2016.

MIGUEZ, Sâmia Feitosa; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos. Caracterização sociocultural das comunidades da área focal do Piatam. In: Comunidades ribeirinhas Amazônicas: memória, ethos e identidade. Manaus: Reggo Edições, 2011. Cap II, 53-130 p.

MOREIRA, Maria Luiza Osório. **Unidades de Conservação Estado de Goiás**. Goiás, 2000 18 p.

NEIVA, Ana Cláudia Gomes Rodrigues. **Caracterização Socioeconômica da Comunidade Quilombola Kalunga e proposta de reintrodução do bovino curraleiro como alternativa de geração de renda**. Goiânia, 2009. 138 p. Tese (Doutorado em Ciência animal) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal, Universidade Federal de Goiás, Escola de Veterinária, 2009.

OLIVEIRA, Milena Nunes. Populações tradicionais e a construção do mosaico de unidades de conservação do Jacupiranga. In: XXII Encontro Estadual de História da ANPUH – SP. Santos, 2014. **Anais eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH – SP**. Santos. p. s/p.

OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de. Reflexões sobre o uso do espaço em comunidades Amazônicas: Uma Análise da comunidade extrativista do Iratapuru. **Revista Brasileira de Economia Doméstica**, Viçosa, v. 23, n.1, p.121-146, 2012.

PIAZZAROLI, Patrícia. **O Conflito das Sobreposições Terras indígenas e unidades de conservação**. Curitiba, 2007. 130 p. Dissertação (Mestrado Direito Econômico Social) – Programa de Pós-Graduação de Direito – PPD, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2007.

RIBEIRO, Glaucus Vinicius Biasetto. A origem histórica do conceito de Área de Preservação Permanente no Brasil. **Thema**, v. 08, n. 01, 2011.

ROCHA, Enid. **A Constituição Cidadã e a Institucionalização dos Espaços de Participação Social: Avanços e Desafios**. In: ANFIP. (Org.). 20 anos da Constituição

Cidadã: Avaliação e Desafios da Seguridade Social. 1ed. Brasília: ANFIP, 2008, v., p. 131-148.

RODRIGUES, Priscilla Cardoso; FERREIRA, Rafael Reis. **Sobreposição de Unidades de Conservação em Terras Indígenas no Estado de Roraima**. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=e6be4c22a5963ab0>. Acesso em: 05 de Junho de 2016.

ROVERSI, Clério André. **Destinação dos Resíduos Sólidos no Meio Rural**. Medianeira, 2013. 47 p. Monografia (Especialização Gestão Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental em Municípios – Polo UAB do Município de Medianeira Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná –UTFPR – Campus Medianeira.

RYLANDS, A. B; BRANDON, K. **Unidades de Conservação Brasileiras**. Megadiversidade. v. 1, n. 1. p. 27 – 35. Jul. 2005.

SANTANA, Franciane Aguiar. Comunidades Ribeirinhas da Amazônia: Relato de Experiência. **Revista Perspectiva Amazônica**, Santarém – Pará, v. 3, n. 6, p 47-56, 2013.

SFB. Serviço Florestal Brasileiro. **Processo de concessão**. Disponível em: <http://www.florestal.gov.br/concessoes-florestais/processo-de-concessao/processo-de-concessao>. Acesso em 16 de jun. de 2016.

SILVA, José de Arimatéa. **Análise Quali-quantitativa da extração e do manejo do Recurso Florestais da Amazônia Brasileira: Uma abordagem geral e localizada (Floresta Estadual do Antimari – AC)**. Curitiba, 1996. 532 p. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Universidade Federal do Paraná, 1996.

SILVA, Maria do Socorro Ferreira da; SOUZA, Rosemeri Melo e. **Unidades de conservação como estratégia de gestão territorial dos recursos naturais**. Terra@Plural, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 241 – 259, jul./dez. 2009.

SILVA; Marcelo Kunrath; SCHNEIDER, Sergio. **A participação dos agricultores nas políticas de desenvolvimento rural: uma análise do Pronaf Infraestrutura e serviços no Estado do Rio Grande do Sul (1997-2000)**. In: Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural. 2ªed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILVA, Suzy Cristina Pedrosa; PEREIRA, Cloves Farias; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos; SILVA, Michele Andreza Pedroza da. **A coleta de produtos florestais nas comunidades da área de atuação do Piatam**. In: Comunidades ribeirinhas Amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais. 1ª ed. Manaus: Reggo Edições, 2011. Cap VI, 141-154 p.

SOARES, Ana Paulina Aguiar. **O garimpo no Rio Madeira: Território e Identidade**. In: Conflitos Sociais no “Complexo Madeira”. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. UEA Edições, 2009. p. 391.

SOUZA, Gisele Elaine de Araújo Batista; **Reserva Extrativista Chico Mendes – Ac: Os Desafios de Gestão (Com)partilhada**. Viçosa, 2010. p. 218. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural – PPGER, Universidade Federal de Viçosa.

SUMIYA, L. A; CAMPOS, Luiz Claudio Marques. **Conselhos Gestores de Políticas Sociais: Desenho Institucional e Poderes do Executivo**. 2004. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad\\_2004/POP/2004\\_PO P1818.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2004/POP/2004_PO P1818.pdf)>. Acesso em 14 de maio de 2016.

TEXEIRA, Cristina. O desenvolvimento sustentável em Unidade de Conservação: A “Naturalização” do social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 20, nº. 59, p. 51-66, out/2005.

VERÍSSIMO, A; ROLLA, A; VEDOVETO, M; FUTADA, S. de M. 2011. **Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira: avanços e desafios** (p. 87). Belém/São Paulo: Imazon e ISA.

VILLAÇA, Andrea Lopes. **A implantação de minirredes de energia solar em comunidades isoladas do Amazonas**. Lavras, 2011. 46 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação *Lato Sensu* Formas Alternativas de Energia) - Departamento de Engenharia, Universidade Federal de Lavras, 2011.

VILLARROEL, Larissa Carolina Loureiro; TONI, Fabiano. Política e meio ambiente: A inclusão das Unidades de Conservação na agenda do governo do estado do Amazonas. **Raízes**, v. 32, n.1, jan-jun/2012.

## APÊNDICE

### APÊNDICE 1: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa **Populações tradicionais em Florestas Nacionais: um estudo de caso na Floresta Nacional de Humaitá, Amazonas**. Nesta pesquisa pretendemos analisar os impactos da criação da Floresta Nacional de Humaitá na dinâmica socioeconômica e nos conflitos envolvendo as populações tradicionais associadas a esta unidade. O motivo que nos leva a estudar essa temática parte do fato da implementação das UCs de uso sustentável trazer consigo uma série de novos arranjos que afetam de forma direta a vida das populações locais, sejam eles acontecimentos positivos ou negativos, tendo em vista que a sua criação passa a dar acesso e garantir direitos, bem como exige inúmeras restrições de uso desses espaços. Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: para atingir esse objetivo proposto, será elaborada uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa, por meio de estudo de caso, no qual será realizada uma pesquisa de campo para aquisição de dados primários que serão coletados através de entrevistas semiestruturadas, além disso serão analisados dados secundários frutos de uma pesquisa ocorrida pelo convênio entre UFV e ICMBIO; também serão feitas revisão bibliográfica e consultas a fontes e materiais disponíveis sobre o tema. Será realizado um levantamento documental na instituição responsável pela administração da unidade e entrevistas semiestruturadas direcionadas às famílias da Floresta Nacional de Humaitá e ao gestor (a) responsável da unidade de conservação.

Ademais as informações coletadas durante as entrevistas, serão usados registros fotográficos da Reserva e do ambiente onde o entrevistado (a) vive, levando em consideração eventos que possam estar acontecendo na comunidade e que tenham relação com o tema trabalhado— resalta-se que não serão usadas fotografias que exponham a imagem das pessoas entrevistadas. Como forma de contribuir para facilitar a sistematização das informações, as entrevistas serão gravadas. No entanto, lembramos que esses áudios não serão de nenhum modo divulgados.

Os riscos envolvidos na pesquisa consistem na resistência dos moradores em não querer participar da pesquisa, ou até mesmo omissão de informações, por não se sentirem a vontade ou confiarem no pesquisador. Todavia, é importante enfatizar que

serão tomadas todas as precauções possíveis para que essa eventual situação não ocorra. A pesquisa contribuirá para ajudar a esclarecer como a criação de uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, nesse caso uma Floresta Nacional, interfere na dinâmica socioeconômica e nos conflitos internos e externos das comunidades envolvidas, uma vez que a chegada do Estado, à medida que garante direitos, implica também um conjunto de compromissos que não existiam anteriormente nesse território.

Para participar deste estudo, o Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. O Sr.(a) tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo uma arquivada pelo pesquisador responsável, no **Departamento de Economia Rural/UFV**, e a outra será fornecida ao Sr.(a).

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de cinco anos após o término da mesma, e depois desse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, \_\_\_\_\_,  
contato \_\_\_\_\_, fui informado(a) dos objetivos da pesquisa **Transformações socioeconômicas na vida de populações tradicionais: um estudo de caso na Floresta Nacional de Humaitá, Amazonas** de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e foi-me dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Viçosa, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

---

Assinatura do Participante

---

Assinatura do Pesquisador

## **APÊNDICE 2: ENTREVISTA COM GESTOR (A) DA FLORESTA NACIONAL DE HUMAITÁ.**

**Número da Entrevista:** \_\_\_\_\_ **Data:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### **DADOS PESSOAIS**

1. Nome do (a) entrevistado: \_\_\_\_\_

2. Idade: \_\_\_\_ anos

3. Sexo: ( ) M ( ) F

4. Formação Acadêmica: \_\_\_\_\_

5. Naturalidade: \_\_\_\_\_

### **6. Função:**

( ) Chefe ( ) Subchefe

### **DADOS REFERENTES À FLONA/HUMAITÁ**

7. Há quanto tempo o (a) senhor (a) atua na gestão da Unidade de Conservação (UC)?

8. Quantos funcionários o ICMBIO/Humaitá possui e qual a função e formação de cada um?

9. Em sua opinião a quantidade de funcionários existentes é suficiente? Se não, qual a quantidade ideal?

10. A UC possui plano de manejo? Se sim, a execução das ações previstas é efetivada total ou parcialmente? Se não, com base em quê são tomadas as decisões com relação às ações de manejo da UC?

11. Quais maiores dificuldades enfrentadas na gestão da UC?

12. Quais os principais projetos, programas e políticas públicas implementados na Flona/Humaitá desde a sua criação?

13. Principais resultados e dificuldades nos projetos implementados.

14. Como é a relação do ICMBIO/Humaitá com as populações residentes na Flona/Humaitá? (Associação, ONG's, Sindicato e etc).

15. Como funciona a gestão participativa na comunidade?

16. Quais os problemas enfrentados na gestão da unidade? Quais as possíveis soluções?

17. Existe algum tipo de conflito com a população? Qual e motivo?

18. Visão sobre o papel do Estado na gestão das Flona/Humaitá.

### **APÊNDICE 3: ENTREVISTA COM MORADOR (A) DA FLORESTA NACIONAL DE HUMAITÁ.**

**Número da Entrevista:** \_\_\_\_\_ **Data:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### **DADOS PESSOAIS**

1. Nome do (a) entrevistado: \_\_\_\_\_
2. Idade: \_\_\_\_\_ anos
3. Sexo: ( ) M ( ) F
4. Estado civil: \_\_\_\_\_
5. Naturalidade: \_\_\_\_\_
6. Profissão: \_\_\_\_\_
7. Tempo de residência na comunidade: \_\_\_\_\_
8. Quantos filhos? E qual o total de pessoas que moram na residência: \_\_\_\_\_
9. Nível de alfabetização:  
( ) analfabeto ( ) sabe ler ( ) sabe ler e escrever

#### **DADOS DE TRABALHO E RENDA**

10. Antes da criação da Flona, quais as principais atividades produtivas desenvolvidas pelo senhor (a) e sua família?
11. O que mudou em relação à dinâmica de trabalho com a criação da Flona? Qual sua opinião: foi positiva ou negativa essa mudança?
12. Trabalha fora da Flona? Se sim, com o quê? E o que leva o senhor a buscar outra fonte de renda?  
( ) SIM ( ) NÃO \_\_\_\_\_
13. Qual sua principal fonte de renda antes da criação e depois da implantação da Flona?

14. Qual a renda atual e antes da criação da unidade?
15. Recebe algum tipo de benefício do governo? Se sim, qual?
16. Esse benefício foi concedido há quanto tempo? (Se a resposta do item 10 for sim, essa pergunta deve ser feita)?
17. O que melhorou com o recebimento desse benefício?

### **DADOS SOBRE MORADIA, SAÚDE E EDUCAÇÃO**

18. A sua casa é a mesma desde a criação da Flona? Se não, o que mudou?
19. Possui energia elétrica? Se sim, quando passou a ter? ( ) SIM ( ) NÃO
20. Em relação à saúde, recebe orientações de saúde? A comunidade possui agente de saúde? Antes da criação da reserva como era?
21. Como era a educação antes da criação da reserva e como está atualmente? O senhor (a) acha que melhorou ou permanece igual?

### **DADOS SOBRE CONFLITO**

22. Como é a sua relação com as demais pessoas que vivem na Flona? Essa relação mudou com a criação da unidade?
23. O senhor (a) já teve ou tem algum tipo de desavença ou desentendimento com algum morador? Se sim, o que ocasionou essa situação?
24. Quais os conflitos que existiam antes da criação da Flona? Eles permanecem?
25. Quais conflitos passaram a existir com a criação da Flona? E quais as medidas estão sendo tomadas para resolvê-los?
26. Quem são as principais pessoas envolvidas nesse processo? O senhor já passou por alguma situação conflituosa? Qual?
27. O senhor (a) acha que a criação da Flona pode ter potencializado conflitos nessa área? Em sua opinião, o que motiva essa situação?

### **DADOS SOBRE A RELAÇÃO SOCIAL**

28. Qual a relação dos moradores com o ICMBIO? E como o senhor (a) avalia a atuação da instituição, existe algum tipo de conflito entre os moradores e a instituição?
29. Existe divergência entre os moradores da comunidade sobre como deve ser feito o

uso dos recursos da Flona?

**30.** O senhor (a) participa de alguma organização social? (Associação de moradores, cooperativa, sindicatos, grupos informais, etc). Quando passou a participar?

( ) SIM ( ) NÃO \_\_\_\_\_

**31.** Com a criação da Flona, os membros das comunidades passaram a participar mais ou menos dos grupos ou das organizações? Por quê?

**32.** Existe alguma Organização Não Governamental – ONG ou organização social que atua na Flona? Qual? Como o senhor (a) avalia a atuação dessa organização?

**33.** Quando há uma decisão a ser tomada na Flona, como isso acontece?

### **DADOS SOBRE A FLONA**

**34.** Como é a vida na Flona?

**35.** A Flona foi criada em sobreposição de terra indígena, qual a relação da comunidade com os indígenas locais?

**36.** Houve um movimento de resistência contra o decreto de criação da Flona. Como foi essa mobilização e o senhor (a) participou dessa mobilização? Qual sua opinião sobre esse assunto?

**37.** Quem primeiro levantou essa discussão?

**38.** Quais os atores e instituições que apoiaram esse processo?

**39.** Foi um processo conflituoso? Quais os principais conflitos?

**40.** Havia moradores ou comunidades que eram contrárias a essa mobilização?

**41.** De modo geral como o senhor (a) definiria a vida na comunidade antes da criação da Flona? E como o senhor (a) a define após a criação da unidade? Quais as vantagens que você considera que hoje possui e que antes não havia? E as desvantagens?

**42.** Em relação a planos para o futuro, o senhor (a) quer que seus filhos permaneçam aqui na Flona? Por quê?

## ANEXOS

### ANEXO I: AUTORIZAÇÃO DO ICMBIO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO NA FLORESTA NACIONAL DE HUMAITÁ, AMAZONAS.



Ministério do Meio Ambiente - MMA  
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio  
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

#### Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 50064-1	Data da Emissão: 15/07/2015 15:39	Data para Revalidação*: 13/08/2016
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

#### Dados do titular

Nome: MÁRCIA CAMPOS GOMES	CPF: 946.748.252-53
Título do Projeto: TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NA VIDA DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS: UM ESTUDO DE CASO NA FLORESTA NACIONAL DE HUMAITÁ, AMAZONAS.	
Nome da Instituição : UFV - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	CNPJ: 25.944.455/0001-96

#### Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Entrevista Semi-estruturada com as populações tradicionais moradoras da Floresta Nacional de Humaitá	09/2015	01/2016

#### Observações e ressalvas

1	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
2	Esta autorização NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
3	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Instrução Normativa ICMBio nº 03/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
4	O titular de licença ou autorização e os membros da sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforço de coleta ou captura que não comprometa a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condição in situ.
5	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
6	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em <a href="http://www.mma.gov.br/gen">www.mma.gov.br/gen</a> .
7	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infra-estrutura da unidade.

#### Outras ressalvas

1	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS da expedição e as condições para realização do trabalho na unidade.
---	--

#### Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Município	UF	Descrição do local	Tipo
1		AM	FLORESTA NACIONAL DE HUMAITÁ	UC Federal

#### Destino do material biológico coletado

#	Nome local destino	Tipo Destino
1	UFV - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet ([www.icmbio.gov.br/sisbio](http://www.icmbio.gov.br/sisbio)).

Código de autenticação: 12469652



Página 1/3



### Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 50064-1	Data da Emissão: 15/07/2015 15:39	Data para Revalidação*: 13/08/2016
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

#### Dados do titular

Nome: MÁRCIA CAMPOS GOMES	CPF: 946.748.252-53
Título do Projeto: TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NA VIDA DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS: UM ESTUDO DE CASO NA FLORESTA NACIONAL DE HUMAITÁ, AMAZONAS.	
Nome da Instituição : UFV - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	CNPJ: 25.944.455/0001-96

### Registro de coleta imprevista de material biológico

De acordo com a Instrução Normativa nº 03/2014, a coleta imprevista de material biológico ou de substrato não contemplado na autorização ou na licença permanente deverá ser anotada na mesma, em campo específico, por ocasião da coleta, devendo esta coleta imprevista ser comunicada por meio do relatório de atividades. O transporte do material biológico ou do substrato deverá ser acompanhado da autorização ou da licença permanente com a devida anotação. O material biológico coletado de forma imprevista, deverá ser destinado à instituição científica e, depositado, preferencialmente, em coleção biológica científica registrada no Cadastro Nacional de Coleções Biológicas (CCBIO).

Táxon*	Qtde.	Tipo de amostra	Qtde.	Data

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet ([www.icmbio.gov.br/sisbio](http://www.icmbio.gov.br/sisbio)).

Código de autenticação: 12469652



Página 2/3



Ministério do Meio Ambiente - MMA  
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio  
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

### Autorização para atividades com finalidade científica

<b>Número:</b> 50064-1	<b>Data da Emissão:</b> 15/07/2015 15:39	<b>Data para Revalidação*:</b> 13/08/2016
* De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

#### Dados do titular

Nome: MÁRCIA CAMPOS GOMES	CPF: 946.748.252-53
Título do Projeto: TRANSFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NA VIDA DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS: UM ESTUDO DE CASO NA FLORESTA NACIONAL DE HUMAITÁ, AMAZONAS.	
Nome da Instituição : UFV - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	CNPJ: 25.944.455/0001-96

\* Identificar o espécime no nível taxonômico possível.

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet ([www.icmbio.gov.br/sisbio](http://www.icmbio.gov.br/sisbio)).

**Código de autenticação: 12469652**



Página 3/3